



**UNIVERSIDAD AUTÓNOMA DE ASUNCIÓN
FACULTAD DE CIENCIAS DE LA EDUCACIÓN Y LA COMUNICACIÓN
DOCTORADO EN CIENCIAS DE LA EDUCACIÓN**

**O BULLYING NO AMBIENTE ESCOLAR: REPRESENTAÇÃO
SOCIAL DE PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL DA
ESCOLA EMBAIXADOR GILBERTO AMADO, RECIFE,
PERNAMBUCO**

Maria de Lourdes Leôncio Chacon

Asunción, Paraguay

2023

Maria de Lourdes Leôncio Chacon

**O BULLYING NO AMBIENTE ESCOLAR: REPRESENTAÇÃO
SOCIAL DE PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL DA
ESCOLA EMBAIXADOR GILBERTO AMADO, RECIFE,
PERNAMBUCO**

Tese apresentada, defendida e aprovada para o curso de Pós-Graduação na Faculdade de Ciências em Educação e de Comunicação da Universidade Autônoma de Assunção como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Educação.

Orientador: Prof. Dr. René Armando Flores Castillo

Asunción, Paraguay

2023

Maria de Lourdes Leônico Chacon

O BULLYING NO AMBIENTE ESCOLAR: REPRESENTAÇÃO SOCIAL DE PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL DA ESCOLA EMBAIXADOR GILBERTO AMADO, RECIFE, PERNAMBUCO
Asunción (Paraguay)

Tutor: Prof. Dr. René Armando Flores Castillo

Tese de Doutorado em Ciências da Educação. p. 146 – UAA, 2023.

Palavras Chave:

1. Bullying 2. Ambiente escolar 3. Professores 4. Representação social.

Maria de Lourdes Leôncio Chacon

**O BULLYING NO AMBIENTE ESCOLAR: REPRESENTAÇÃO
SOCIAL DE PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL DA
ESCOLA EMBAIXADOR GILBERTO AMADO, RECIFE,
PERNAMBUCO**

Esta tese foi avaliada e aprovada para obtenção do título de Doutor em Educação, pela
Universidade Autónoma de Asunción- UAA

DEDICATÓRIA

Dedico esta tese de doutorado a Deus por me proporcionar força, coragem e fé durante toda a caminhada de vida, me fazendo acreditar que o impossível torna – se possível para quem crer. A minha mãe, que sempre foi um exemplo de mulher e de superação que sempre me incentivou com orgulho a ser professora. Ela não mediu esforços para me ajudar com incentivos, palavras, gestos de amor, compreensão, atenção e no cuidado com os meus filhos pequenos nos momentos que precisava viajar, pesquisar, estudar e escrever. Ao meu querido e amado esposo pelo seu amor e por acreditar em mim e entender que o conhecimento é libertador e transformador. Aos meus filhos Maria Marcella e Antônio pelo seu amor e cumplicidade e por entenderem que a mãe precisava estudar, crescer, avançar para facilitar o conhecimento adquirido para aqueles esperam que o conhecimento seja socializado para aqueles que estão fazendo a escola de qualidade. E ao meu estimado e respeitável professor orientador, Dr. Rene Flores que de forma, sutil, leve, paciente e por amor no que faz, com seus inúmeros conhecimentos sabe verdadeiramente orientar um estudante, ensinar, pois ele consegue ensinar mais que conhecimento, que com sua trajetória acadêmica fez e faz diferença na educação, me possibilitou escrever. Foi aquele que me levantou com suas sábias palavras e dedicação ao que faz. Que honra ter conhecido uma pessoa capaz e humana como ele.

Gratidão!

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus pelo dom da vida e por ter me permitido chegar até aqui, iluminando meus caminhos.

Ao meu esposo José Marcelo da Silva pelo amor, dedicação, atenção e por ter cuidado de mim e dos nossos filhos.

A minha filha Maria Marcella e meu filho Antônio Miguel pelo amor e compreensão nos momentos de ausência e de estudo

A minha mãe, por toda a dedicação e amor aos filhos. Por saber verdadeiramente o que é ser Mãe.

Ao meu pai (in memoriam) que sempre ensinou aos filhos o valor da educação e que sonhava em ter uma filha professora.

Aos meus irmãos Paula Chacon e André Chacon pelos cuidados com meus filhos e toda ajuda dispensada sem medir esforços.

Ao meu amado e querido orientador, por seu ensinamento, paciência, compreensão, dedicação e amor pela profissão.

Meus colegas e amigos da UAA, em especial a Márcia, Edileusa, Soraya, Simone, Luciene

A Márcia, amiga que me ajudou nas horas de alegria e de dificuldade.

A Graça e Giselda do Instituto Pulsar

Ao EREF EMBAIXADOR GILBERTO AMADO pelo campo de pesquisa e aos professores pela colaboração

A Gestora Dóris Sandra, a vice gestora Maísa e a coordenadora Maria do Carmo por todo o acolhimento e apoio prestado

A todos os colegas de grupos de *WhatsApp* da UAA que socializaram material e sanaram dúvidas que auxiliaram no fazer pedagógico, em especial o professor Valdir, que sempre ajudou os colegas de classe e os de outras turmas de doutorado e mestrado sem medir esforços.

A todos os professores da UAA que socializaram seus conhecimentos com maestria e dedicação.

A UAA por propiciar que estudantes de diversas nacionalidades e regiões do país ou até fora dele pudessem ofertar um doutorado de qualidade.

A todos que diretamente ou indiretamente contribuíram para a realização deste sonho.

“A educação não transforma o mundo. Educação muda pessoas. Pessoas transformam o mundo”. Freire (1987, p.87)

ÍNDICE

Lista de figuras.....	ix
Resumo.....	xi
Resumem.....	xii
Absctrat.....	xiii
INTRODUÇÃO.....	1
HISTÓRICO E ESTADO ATUAL DO TEMA.....	1
JUSTIFICATIVA.....	3
PROBLEMATIZAÇÃO DA PESQUISA.....	4
PRIMEIRA PARTE: FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	7
1. O FENÔMENO BULLYING E SEUS ASPECTOS.....	7
1.1. Breve contexto histórico do bullying.....	7
1.2. O conceito de bullying.....	9
1.3. As causas do bullying.....	14
1.4. As consequências do bullying.....	18
1.5. Tipos de comportamentos dos envolvidos no ato do bullying.....	23
2. O BULLYING E O CONTEXTO ESCOLAR.....	29
2.1. O Bullying e as relações interpessoais.....	29
2.2. Relação professor e aluno.....	34
2.3. Relação aluno e aluno.....	43
2.4. Relação escola e família.....	47
3. AS LEIS BRASILEIRAS EM RELAÇÃO AO FENÔMENO BULLYING.....	51
3.1. O estatuto da criança e do adolescente.....	51
3.2. O projeto justiça na escola.....	55
3.3. O programa de combate a intimidação sistemática.....	58
3.4. A violência psicológica e a lei 13.431/2017.....	62
4. A TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS.....	66
4.1. Contextualização das representações sociais.....	66
4.2. O conceito de representações sociais.....	69
4.3. O processo de formação das representações sociais.....	71
4.4. Funções das representações sociais.....	72
4.5. As representações sociais na educação.....	74
SEGUNDA PARTE.....	78

5. METODOLOGIA DA INVESTIGAÇÃO	77
5.1. Objetivos da pesquisa.....	77
5.2. Plano de pesquisa.....	79
5.3. Contexto da pesquisa.....	79
5.4. Participantes da pesquisa.....	82
5.5. Desenho geral da pesquisa.....	83
5.6. Técnicas e instrumentos de coleta de dados.....	84
5.7. Validação dos instrumentos da pesquisa.....	86
5.8. Procedimentos para coletas de dados.....	86
5.9. Técnicas de análise e interpretação de dados.....	88
6. ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS	90
6.1. Análise e interpretação dos resultados	90
6.1.1. Descrição do ambiente observado (corredor, hall, salas de aula, sala das (os) professoras(es), refeitório, quadra esportiva etc.)	90
6.1.2. Dinâmica da escola no pátio, o que ocorre quando as(os) discentes por algum motivo saem de sala de aula.....	92
6.1.3. Tipos de interação com demais pessoas do espaço escolar.....	95
6.1.4. Atividades desenvolvidas.....	98
6.2. Resultados da entrevista em profundidade.....	101
6.2.1. Concepção dos professores a respeito do bullying.....	101
6.2.2. Fatores que influenciam na prática do bullying.....	111
6.2.3. Ações realizadas no enfrentamento do bullying no ambiente escolar.....	116
CONCLUSÕES E PROPOSTA	124
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	128
ANEXOS	138
ANEXO 1	140
ANEXO 2	145
ANEXO 3	146

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1. Percentual de vítimas que relatam as agressões.
- Figura 2. Local onde ocorrer às agressões.
- Figura 3. Envolvidos no bullying.
- Figura 4. Quem comete violência em espaço escolar.
- Figura 5. Quem sofreu bullying na escola.
- Figura 6. Tipo de agressão sofrida pelos alunos.
- Figura 7. Recorrência do bullying.
- Figura 8. Tipos de bullying sofridos por meninos e meninas na educação básica.
- Figura 9. Estratégias para o enfrentamento do bullying.
- Figura 10. Perguntas e objetivos da investigação
- Figura 11. Plano de pesquisa
- Figura 12. Vista panorâmica da cidade de Recife
- Figura 13. Escola Estadual Embaixador Gilberto Amado
- Figura 14. Participantes da pesquisa
- Figura 15. Técnicas relacionada aos objetivos da pesquisa
- Figura 16. Etapas da análise de conteúdo
- Figura 17. Biblioteca
- Figura 18. Laboratório de multimídia
- Figura 19. Refeitório na hora do recreio
- Figura 20. Lateral da escola
- Figura 21. Dinâmica sobre a afetividade
- Figura 22. Caixinha para a dinâmica do acolhimento
- Figura 23. Dinâmica do acolhimento
- Figura 24. Roda de conversa sobre o bullying
- Figura 25. Atividade de reflexão
- Figura 26. Planejamento para o projeto sobre o bullying
- Figura 27. Reunião de professores
- Figura 28. Concepção sobre o bullying
- Figura 29. Construção de conscientização do combate ao bullying no espaço escolar

Figura 30. O que os professores devem saber a respeito do bullying

Figura 31. Como identificar o estudante vítima de bullying

Figura 32. Dificuldades dos docentes em distinguir o bullying

Figura 33. Eventos que estão associados ao fenômeno bullying no espaço escolar

Figura 34. Relacionamento entre os professores e alunos que podem ser interpretados como bullying

Figura 35. Fatores essenciais para o significado atribuído ao fenômeno bullying

Figura 36. Medida realizadas quando ocorre um episódio de violência dentro da sala de aula

Figura 37. Ações implementadas pelos professores para minimizar o bullying no ambiente escolar

Figura 38. De que maneira essas ações ajudam as vítimas do bullying

Figura 39. Eficácia das intervenções

RESUMO

O bullying é um fenômeno que ocorre em todo o mundo, é marcado por ações violentas e repetitivas, onde os agressores buscam vítimas que são mais vulneráveis e não conseguem se defender. O trabalho teve por objetivo central analisar as representações sociais desenvolvidas pelos professores sobre o bullying no ambiente escolar do Ensino Fundamental II, da Escola Embaixador Gilberto Amado, Recife, Pernambuco. Para alcançar o objetivo realizou-se uma pesquisa qualitativa, tendo como o método etnográfico: observação participante e entrevista em profundidade. Os principais resultados obtidos evidenciaram que a escola possui uma boa estrutura física e que é comum a ocorrência de bullying principalmente em ambientes onde não há a fiscalização por parte dos professores e a gestão da escola. Dentre as medidas de enfrentamento realizadas pela escola para o enfrentamento estão: palestras, rodas de conversas e o desenvolvimento de projetos, tudo visando a conscientização dos alunos. Além disso, os participantes relataram ainda que a falta de capacitação adequada dos profissionais é um fator que dificulta a efetividade das ações de enfrentamento ao bullying. A pesquisa proporcionou compreender que em muitos casos a concepção que os docentes possuem sobre o bullying é resultante da sua formação como pessoa e como profissional. E na visão dos professores o bullying tem diversos fatores, que vão desde fatores psicológicos e a fatores físicos. E a principal maneira de enfrentar tal problemática é conscientizar os alunos sobre as consequências de suas ações, bem como a participação coletiva entre a escola e a família.

Palavras chave: Bullying. Ambiente escolar. Professores. Representação social.

RESUMEN

El bullying es un fenómeno que ocurre en todo el mundo, está marcado por acciones violentas y repetitivas, donde los agresores buscan víctimas más vulnerables y que no pueden defenderse. Este trabajo tuvo como objetivo principal analizar las representaciones sociales desarrolladas por docentes sobre el bullying en el ambiente escolar de la Escuela Básica II, de la Escola Embaixador Gilberto Amado, Recife, Pernambuco. Para lograr el objetivo se llevó a cabo una investigación cualitativa, utilizando el método etnográfico: observación participante y entrevista en profundidad. Los principales resultados obtenidos mostraron que la escuela tenía una buena estructura física y que el bullying es común, especialmente en ambientes donde no hay supervisión por parte de los docentes y la dirección de la escuela. Entre las medidas de enfrentamiento que realiza la escuela para el enfrentamiento se encuentran: charlas, círculos de conversación y elaboración de proyectos, todo ello encaminado a la sensibilización de los alumnos. Además, los participantes también relataron que la falta de formación adecuada de los profesionales es un factor que dificulta la eficacia de las acciones para combatir el bullying. La investigación permitió comprender que en muchos casos la concepción que tienen los docentes sobre el bullying es resultado de su formación como persona y como profesional. Y a juicio de los docentes el bullying tiene varios factores, que van desde factores psicológicos hasta factores físicos. Y la principal forma de afrontar este problema es sensibilizar a los alumnos sobre las consecuencias de sus actos, así como la participación colectiva entre la escuela y la familia.

Palabras clave: Bullying. Ambiente escolar. Maestros Representaciones sociales.

ABSTRACT

Bullying is a phenomenon that occurs all over the world, it is marked by violent and repetitive actions, where aggressors seek victims who are more vulnerable and cannot defend themselves. The main objective of this work was to analyze the social representations developed by teachers about bullying in the school environment of Elementary School II, at Escola Embaixador Gilberto Amado, Recife, Pernambuco. To achieve the objective, a qualitative research was carried out, using the ethnographic method: participant observation and in-depth interview. The main results obtained showed that the school had a good physical structure and that bullying is common, especially in environments where there is no supervision by teachers and school management. Among the coping measures carried out by the school for confrontation are: lectures, conversation circles and the development of projects, all aimed at raising students' awareness. In addition, the participants also reported that the lack of adequate training of professionals is a factor that hinders the effectiveness of actions to combat bullying. The research provided understanding that in many cases the conception that teachers have about bullying is the result of their training as a person and as a professional. And in the view of teachers bullying has several factors, ranging from psychological factors and physical factors. E a principal maneira de enfrentar tal problemática é conscientizar os alunos sobre as consequências de suas ações, bem como a participação coletiva entre a escola e a família.

Keyword: Bullying. Schoolenvironment. Teachers. Social representation.

INTRODUÇÃO

HISTÓRICO E ESTADO ATUAL DO TEMA

O bullying é um fenômeno que ocorre em todo o mundo, os primeiros relatos foram datados na década de 70 a partir de então vários estudiosos buscam aprofundamento sobre essa temática. Tal fenômeno é marcado por um cenário de violência, que vai desde atos que comprometem o estado físico ao psicológico da vítima, sendo que muitas vezes o comportamento agressivo é exercido de maneira contínua (Mascarenhas, 2012).

Os primeiros estudos realizados sobre o bullying foram na Noruega pelo pesquisador Dan Olweus, um dos fatores que podem ter desencadeado o interesse pelo estudo do tema foi o crescimento nos casos de violência, principalmente nas instituições de ensino (Calhau, 2011).

Esse foi considerado o marco inicial, a partir de então, vários autores deterão sua atenção ao fenômeno, onde começou-se a conceitua-lo, um dos conceitos atuais que foi relacionado ao bullying foi do autor Bittencourt (2012) que caracteriza o bullying como um conjunto de ações violentas, repetitivas e intencionais praticadas por um agressor a vítima.

De acordo com Martins (2005) as agressões relacionadas ao bullying possuem três classificações, sendo a 1º que envolve relacionadas as violências que ocorrem de forma direta e físicas; a 2º que inclui os comportamentos diretos, porém com violências verbais; e por fim a 3º que inclui os atos de violências praticados de forma indireta.

Além disso, outro tipo de bullying que está sendo cada vez mais praticado é cyberbullying, este vem se popularizando com o avanço e popularização da tecnologia, agora os agressores passaram a praticar o bullying através dos meios de comunicação virtual, enviando e mensagens eletrônicas com ofensas. Para isso, os agressores criam perfis falsos nas redes sociais, facilitando o anonimato que acarreta na impunidade (Weisz, 2021).

Para Ferreira & Deslandes (2018, p. 3370) o cyberbullying pode ser reconhecido como:

atos de violência psicológica e sistemática contra crianças e adolescentes perpetrados nas ambiências das redes de sociabilidade digital, podendo ocorrer a qualquer momento e sem um espaço circunscrito e demarcado fisicamente Bullying no ambiente escolar.

Como visto, o cyberbullying não tem local fixo para acontecer, não há limites “geográficos”, os agressores se tornam anônimos, fatos estes que contribuí para o

significativamente para a sensação de impunidade que o agressor tem. Todavia, independentemente de ser uma violência praticada de forma online, as suas consequências na vida da vítima são altamente significantes.

Independentemente do tipo de violência sofrida, a vítima sofre com as consequências, que vão desde a problemas sociais, onde a pessoa passa a ter dificuldades de relacionar-se com outras pessoas, há até o desenvolvimento de um quadro depressivo, levando a baixoautoestima, e em casos mais graves, ao suicídio (Weisz, 2021).

O bullying é praticado em diversos ambientes, sendo um deles a escola, onde as pessoas passam grande parte de suas vidas. A escola não deve ser vista somente como um local de construção de conhecimento, mas também de construção de identidade e de laços afetivos, além de ser um ambiente repleto de cultura. Como ressalta Wanderlei (2019) o ambiente escolar vai além da difusão e aquisição conhecimentos histórico-socio-culturalmente, também está ligada com a formação identitária e cidadã dos alunos.

Neste contexto, a escola é um espaço formado a partir de diferentes culturas, crenças e ideologias, é constituída de um público heterogêneo, e essas diferenças que deveriam ser valorizadas e respeitadas por todos, acaba sendo vista como uma oportunidade para a disseminação da violência. Por ser um ambiente que contém um grande público, os casos de bullying são mais difíceis de serem identificados os personagens envolvidos nas ações, especialmente pela presença dos alunos que são vítimas-agressoras (Zequinão, Medeiros, Pereira & Cardoso, 2016)

Os praticantes do bullying aproveitam esse ambiente de diversidade para prática ações de violência com pessoas que são teoricamente mais fracas, que não sabem se defende. Para Zequinão, Medeiros, Pereira & Cardoso (2016) as crianças e os adolescentes estão frequentemente em contato com os mais diversos tipos de violências, e elas vem na violência a solução para resolver seus conflitos.

Os conflitos existes são frutos da falta de tolerância do indivíduo, onde ele considera como correto somente os seus padrões, não sabendo lhe dá com as diferenças existentes na sociedade, gerando assim um círculo de violência e de exclusão. Albino & Terêncio (2012) ressaltam que essas ações se apresentam por meio da discriminação, seja de caráter religioso, racial, gênero, étnico ou de classe.

Para muitos alunos, o ambiente escolar é um desafio, pois como mencionado anteriormente, a escola é um local de grande heterogeneidade, e as diferenças existem podem ocasionar em conflitos pessoais, étnicos, culturais e econômicas (Bazon & Silva, 2017).

Assim, para alguns alunos o ambiente escolar não é um local agradável, pelo contrário, é responsável pela criação de experiências negativas que marcam a vida do educando.

Há casos, em que a imagem negativa que o aluno tem do ambiente escolar pode ser em decorrência dos casos de violências vivenciados. Esse cenário se constitui em desafio para os profissionais da educação, psicologia e saúde (Salmazo, Oliveira, Rinaldi, Moreno & Vieira-Junior, 2021).

Neste convívio escolar, a relação professor/aluno é de fundamental importância para a construção do conhecimento, mas também para a troca de experiência. Neste ambiente, a relação saudável é de fundamental relevância para o sucesso educacional e também para a formação do educando como pessoa. Sob essa ótica, o professor se mostra como uma figura central para o combate ao bullying, pois é ele quem está mais próximo dos alunos e conseqüentemente presencia diariamente os casos de violência, e sendo assim não deve ficar insensível diante destas agressões, logo deve sempre estar atento a tais situações (Santos, 2012).

Além da figura do professor, a família possui um papel de destaque para a construção da criança como indivíduo ético e consciente. Sendo assim, a escola e a família precisam caminhar juntas para a construção e formação integral dos estudantes, para além de sua dimensão cognitiva, mas sim cidadãos críticos e conscientes pra viverem em sociedade (Wanderlei, 2019).

JUSTIFICATIVA

O interesse inicial para a realização da pesquisa tem sua origem nas experiências e observações vivenciadas durante minha vida profissional, desde a graduação e posteriormente no ambiente de trabalho. Durante esses momentos de formação e de atuação profissional observei o dia a dia dos professores e suas interações diárias no ambiente escolar.

Observei o ambiente escolar como um todo, desde a gestão escolar, a relação dos alunos como os seus iguais, a relação professor/aluno, bem como a relação da família com o ambiente escolar. Ambiente este que possui diversas fragilidades, casos de agressões entre os alunos, agressões estas que se repetem frequentemente.

Os casos de bullying nas escolas são comuns, e os profissionais da educação buscam estratégias para coibir as ações violentas. Neste viés, vivenciei como que a coordenação, a equipe pedagógica e os professores lidam como essas situações, através das ações e projetos desenvolvidos.

Sendo assim, a realização da investigação justifica-se pela necessidade de compreender as representações sociais acerca do bullying no ambiente escolar, suas consequências na vida da vítima, e também na vida do agressor e do espectador, visto que são atos que acabam refletindo em todos que vivenciam ou estão próximos a alguém que passou por uma experiência traumática. Além disso, o trabalho visa contribuir para a disseminação do conhecimento científico.

PROBLEMATIZAÇÃO DA PESQUISA

O bullying é um fenômeno que está presente em diversos ambientes da sociedade, dentre estes a escola, um dos principais fatores que contribuem para os casos de violência no ambiente escolar é a grande diversidade observada neste local. Mediante isso, muitas crianças e adolescentes que não sabem lidar com a diversidade e nem com seus conflitos vem na violência a solução para os seus problemas.

Assim, os agressores que geralmente são aquelas crianças ou adolescentes que aparentam ser mais fortes ou mais populares, acabam por praticar atos violentos e repetitivos com as pessoas que são menos aceitas ou que não sabem se defender.

Com base no contexto já apresentado a investigação buscar responder as seguintes questões norteadoras: Qual a sua percepção a respeito do bullying? De que forma os profissionais têm participado da construção de conscientização do combate ao bullying no espaço escolar? O que os professores devem saber a respeito do bullying? Como você identifica que o estudante está sendo vítima do bullying? Quais as dificuldades dos docentes em distinguir o bullying de outros comportamentos considerados comuns no ambiente escolar? Quais eventos estão associados ao fenômeno bullying no contexto escolar? Quais as formas de relacionamento entre os professores e os alunos que podem ser interpretadas como bullying? Que fatores são considerados essenciais para o significado atribuído ao fenômeno bullying? O que você costuma fazer quando ocorre um episódio de violência em sala de aula? Quais as ações implementadas pelos professores, no sentido de minimizar o bullying no ambiente escolar? De que maneira essas ações ajudam as pessoas que são vítimas do bullying? Como se verifica a eficácia dessas ações?

Para tanto, para obter respostas a tais questionamentos, levantou-se como foco central a seguinte problemática: Como o bullying se apresentar e quais as principais estratégias de enfrentamento a tal fenômeno na Escola Embaixador Gilberto Amado, na cidade de Recife, Pernambuco?

Afim de responder à questão norteadora, delimitou-se os seguintes objetivos, sendo o objetivo geral: Analisar as representações sociais desenvolvidas pelos professores sobre o bullying no ambiente escolar do Ensino Fundamental II, da Escola Embaixador Gilberto Amado, localizada no bairro do Hipódromo em Recife, Pernambuco. E como objetivos específicos: Caracterizar os ambientes dentro da escola onde ocorre o bullying; identificar o processo de construção das representações sociais dos professores no espaço escolar sobre o fenômeno bullying; verificar os fatores que influenciam na prática do bullying; descrever as principais ações que são realizadas no enfrentamento do bullying no ambiente escolar.

Para alcançar os objetivos optou-se por realizar uma pesquisa aplicando o método de estudo de caso com enfoque qualitativo que permitiu a compreensão das relações sociais e a descrição do fenômeno em que os sujeitos estão envolvidos e interligados. Proporcionando um entendimento profundo das ações das representações sociais de professores sobre a construção, reprodução e reconstrução da realidade, dando sentido ao bullying como fenômeno social no ambiente escolar e, assim, buscando um guia operacional para a vida social, para a resolução de problemas e conflitos, buscando maior compreensão sobre a temática.

Para melhor compreensão, a tese foi organizada em quatro partes, sendo:

A primeira que parte é constituída da fundamentação teórica, que está subdividida em quatro tópicos, que discorrem sobre as considerações iniciais sobre o bullying, o bullying no contexto escolar, a legislação que apara crianças e adolescentes em casos de violência, bem como as representações sociais do bullying.

A segunda parte aborda a metodologia da investigação, na qual apresenta os passos da construção da tese, deste do plano que foi desenvolvido para realização da pesquisa, os instrumentos que foram utilizados, as técnicas de coleta de dados, assim como as técnicas de análise dos resultados.

A terceira parte apresentar os resultados obtidos como a investigação, expondo o ponto de vista dos participantes da pesquisa e de autores que foram utilizados para dá embasamento teórico ao trabalho.

Por fim, a última parte é constituída pelas conclusões que foram adquiridas durante a realização da pesquisa e pela interpretação e análise dos dados, bem como pelas observações de campo que vivencias. Além das conclusões da tese, também é exposto as principais sugestões para futuros trabalhos.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

1. O FENÔMENO BULLYING E SEUS ASPECTOS

O presente capítulo é um combinado de obras bibliográficas que fazem ênfase a temática acerca das características, dos aspectos gerais e históricos do Bullying no Brasil, adiante de uma abordagem com o enfoque nas causas e consequências de tal fenômeno, bem como os tipos de comportamentos envolvidos em tais atos.

1.1. Breve contexto histórico do bullying

O estudo a respeito da temática do bullying é considerado recente, porém para Isolan (2014, p. 69) “o bullying é um fenômeno universal tão antigo quanto a própria escola, porém, apesar de sua universalidade e gravidade, apenas recentemente começou a ser estudado de uma forma mais sistemática”.

Contudo, os primeiros estudos referentes a tal tema surgiram na década de 70, e a partir de então se intensificaram, na concepção de Medeiros (2012, p. 20-21) “o termo bullying passou a ser estudado em todo o mundo após pesquisadores e educadores perceberem a forte ligação entre a violência vivenciada por alunos no ambiente escolar e uma série de ataques ocorridos nestas instituições de ensino”. Isto se dá devido a sua importância para a compreensão acerca dos comportamentos das pessoas envolvidas.

De acordo com Calhau (2011), os primeiros estudos de casos de bullying foram realizados na Noruega em 1970, pelo professor sueco Dan Olweus, tal estudo se deu devido ao aumento excessivo da violência decorrente do bullying, tanto em instituições de ensino públicas quanto particulares.

Segundo Fante (2005, p. 27-28) o bullying apresenta diversas definições:

Mobbing é um deles, empregado na Noruega e na Dinamarca; mobbning, na Suécia e na Finlândia. Esses termos são utilizados com significados e conotações diferentes. Sua raiz inglesa, mob, refere-se a um grupo grande e anônimo de pessoas que geralmente se dedica ao assédio. Quando, porém, uma pessoa atormenta, hostiliza ou molesta uma outra, o termo utilizado para caracterizar esse comportamento é mobbing. Mesmo não sendo um termo adequado do ponto de vista linguístico, mobbing é empregado para definir uma situação na qual um indivíduo, sozinho ou em grupo, ridiculariza um

outro. Na França, denominam harcèlementquotidién; na Itália, de prepotenza ou bullismo; no Japão, é conhecido como yjime; na Alemanha, como aggressionenunthershülern; na Espanha, como acoso y amenaza entre escolares; em Portugal, como maus-tratos entre pares.

Trazendo seu significado para a língua portuguesa, o bullying não apresenta uma definição concreta. Contudo, uma definição aceitável é a de Bittencourt (2012, p. 212) que diz que essa prática de agressão “se caracteriza por um conjunto de atitudes agressivas, repetitivas e intencionais, retratadas pela hostilização e perseguição de indivíduos sozinhos ou em grupo (agressores) em relação a outros estudantes (vítimas)”.

Esse tipo de agressão vem crescendo diariamente, envolvendo um número cada vez maior de crianças e adolescentes, independente de sexo (Fante & Pedra, 2008). E para que este cenário mude é necessário segundo o pensamento de Lopes (2018, p. 2) “requer esforços, ações estratégicas conjuntas, investimentos por parte de toda a comunidade escolar e das autoridades competentes ligadas à educação, buscando meios de prevenção e assistência às vítimas”.

No contexto escolar, é quase que unanime que todo indivíduo em um dado momento de seu caminho estudantil teve contato com agressões provenientes do bullying. Segundo o autor Lopes (2018, p. 2) “corriqueiramente, esse tipo de agressão vista foi tratada como normal, mesquinha, no seio escolar. Hodiernamente, busca-se identificar e sanar as agressões provenientes do bullying rapidamente, uma vez que, somente assim, não haverá maiores traumas para a vítima”.

O estudo realizado na Itália por Gini & Pozzoli (2006), concluiu que a masculinidade pode resultar significativamente em episódios de bullying, para Silva (2015, p. 20) “a correlação entre masculinidade e bullying pode ser explicada em termos de representações culturais, valores e expectativas sociais, reforçando o papel de liderança do valentão”.

Em 2007, na África do Sul, o estudo de Liang, Flisher & Lombard com 5 mil estudantes apontou que os meninos são mais suscetíveis a perpetração da violência e vitimização.

No Brasil uma das maiores pesquisas relacionadas a temática do bullying foi realizada por Fisher no ano de 2010, a pesquisa contou com mais de 5 mil participantes de escolas particulares e públicas, os alunos tinham entre 10 a 21 anos, de ambos os sexos.

O resultado divulgado por Fisher (2010) mostrou que a incidência de casos foi maior entre os alunos de 11 a 15 anos, tal resultado corrobora com os dados apresentados por Neto

(2005), os autores Baldry & Farrington (2000) também apresentaram resultados semelhantes em seu trabalho com alunos italianos, no qual relataram ainda que entre os meninos é mais comum à violência física ou ameaças e entre as meninas é mais comum as agressões verbais e difamações.

Um dos primeiros casos com grande repercussão, segundo Medeiros (2012, p. 21) foi em:

Realengo, no ano de 2011, em que um homem entrou em sua antiga escola e efetuou dezenas de disparos contra os alunos, matando doze deles com idade entre 12 e 14 anos e se matou logo em seguida, o bullying virou o termo do momento.

A partir de então, os casos de violência vivenciados no ambiente escolar vêm aumentando, bem como a preocupação com as consequências para os envolvidos, com o intuito de compreender melhor a temática do bullying diversos pesquisadores realizam estudos sobre o tema, buscando maior entendimento.

1.2. O conceito de bullying

Como visto no tópico anterior, o fenômeno bullying é universal, ou seja, ocorre em todo o mundo e em diversos ambientes, principalmente no contexto escolar. E como mostra a literatura o nome bullying não tem sua origem na língua portuguesa, mais sim da língua inglesa derivando do termo bully, que significa “valentão”, “tirano”, “brigão”, tal termo ainda não possui uma tradução adequada para a língua portuguesa (Isolan, 2014).

Entretanto tais definições giram entorno de que são comportamentos agressivos praticados de forma intencional e repetitivamente, causando assim causando dor, angústia e sofrimento (Albino & Terêncio, 2012). O pensamento de Albino & Terêncio, corroborar com a opinião de Silva (2010, p. 22) no quesito de que “o termo bullying pode ser adotado para explicar todo tipo de comportamento agressivo, cruel, proposital e sistemático inerente às relações interpessoais”.

Concernente, ainda sobre a adoção da terminologia bullying para Romano & Mascarenhas (2012, p. 95) tal conceito “deve ser compreendido como um comportamento ligado à agressividade física, verbal ou psicológica, exercida de maneira contínua dentro e fora do ambiente escolar”.

Na percepção de Pires (2013, p. 13):

O bullying descreve-se como atos, palavras ou comportamentos prejudiciais, intencionais e repetidos. Dentre eles estão: ofensas à integridade física, moral, humilhações, difusão de boatos, exposição ao ridículo, agressões físicas e psicológicas que levam a vítima a manter o sofrimento em silêncio. A ação mais preocupante é a violência sutil, velada, mascarada ou invisível, por se passar despercebida.

É válido ressaltar que a violência advinda do bullying não ocorre em uma relação de igual de poder, ou seja, é caracterizado uma situação de desvantagem, na qual a vítima não consegue se proteger das agressões (Albino & Terêncio, 2012). Todavia, segundo Rigby (2008) nem sempre o comportamento agressivo do bullying envolve abuso de poder.

Para Martins (2005) as agressões relacionadas ao bullying são classificadas em três grandes formas sendo: a 1º que envolve comportamentos “diretos e físicos”; a 2º que inclui comportamentos “diretos e verbais”; a 3º que inclui os comportamentos “indiretos” de bullying.

Conforme Medeiros (2012, p. 25) as agressões relacionadas ao bullying direto e físico se configuram pelas seguintes características:

O bullying físico/direto é visível a outros estudantes e apresenta comportamentos de natureza física, como bater, empurrar, forçar com o corpo, chutar, tomar e danificar pertences, beliscar, dar tapas na nuca. Portanto, o bullying direto se configura como as práticas que envolvem a imposição de sofrimento físico, submissão pela força e, em alguns casos, a humilhação pública do alvo.

Medeiros (2012, p. 25) relata ainda que os comportamentos do bullying diretos e verbais geralmente são:

O bullying verbal/direto se apresenta como atitudes que visam insultar e apelidar de maneira vergonhosa e humilhante outro aluno. São atitudes de bullying verbal as ações repetitivas fazendo comentários insultuosos, humilhantes, racistas, homofóbicos e/ou intolerantes quanto às diferenças culturais, físicas, religiosas, econômicas.

Além das formas diretas de bullying, tem-se a agressão que ocorre indiretamente, na qual visão excluir ou isolar o indivíduo por meio de fofocas e da destruição do caráter, além

da manipulação de relacionamentos, criando distanciamento entre as pessoas (Medeiros, 2012).

Todavia, as formas de bullying mencionadas anteriormente não são as únicas, Albino & Terêncio (2012) destacam ainda formas mais recente de intimidação que são praticadas de maneira virtual, como o cyberbullying, que consiste na utilização das tecnologias de comunicação virtuais para a realização dos abusos, situação está agravada principalmente pelo maior acesso da população a internet.

Galli (2017) reforça que as manifestações dos comportamentos agressivos no cyberbullying ocorrem por meio do uso das tecnologias de comunicação (computadores, tablets, celulares), essa forma de agressão virtual pode ocorrer via internet, através de e-mails, chats e redes sociais, ou via telefones celulares, através de torpedos, ligações, vídeos e fotos digitais (Lisboa, Braga & Ebert, 2009).

É importante deixar claro ainda que essas formas de violências, segundo Galli (2017) podem ser praticadas em casa ou até mesmo na escola, a autora diz ainda que tais ofensas podem ocorrer por diversos meio como a divulgação de pornografia, atos que estejam relacionados ao ódio, questões raciais, ou até mesmo homofobia, isso dentre outras atitudes.

Albino & Terênio (2012, p. 2) afirmam que “no Brasil, o cyberbullying é muito comum nas redes de relacionamento social, nas quais mensagens injuriosas são disseminadas rapidamente”.

Um dos fatos relacionados à grande disseminação do bullying no meio virtual é devido a sensação de anonimato e impunidade que estimulam esse tipo de comportamento nos agressores (Albino & Terêncio, 2012), o autor Isolan (2014, p. 72) complementa dizendo que “o anonimato que a internet possibilita encoraja os agressores, já que eles se sentem protegidos das consequências de seus atos”. É válido reforça que na maioria das vezes os agressores virtuais conhecem as suas vítimas, porém nem sempre as vítimas sabem quem são os seus agressores (Isolan, 2014).

Deste modo, os jovens são cada vez mais são constrangidos, assediados, humilhados, intimidados, ameaçados e difamados por mensagens e fotos postadas na internet (Rossato & Rossato, 2013).

Nesses casos é mais comum que a vítima fique sem saber ao certo como se defender do agressor, bem como sem saber o momento em irá ocorre novas agressões, acarretando assim em uma sensação de impotência e insegurança, esses fatos contribuem para que os dados a vítima sejam potencialmente maiores, ampliando a possibilidade de dano, moral, psicológico, social, material ou outro (Rossato & Rossato, 2013).

O autor acima descreve que na maioria das vezes as vítimas são incapazes de se defenderem das agressões, podendo este ser um dos fatos centrais para o acontecimento do bullying. Além disso, Frick (2016, p. 34) explica que isso é um ponto “chave para estabelecer uma relação de desequilíbrio de poder, pois o alvo pode realmente ser mais fraco física ou mentalmente que o autor, ou pode assim sentir-se”.

De acordo com Oliveira & Rodrigues (2014, p. 8) o combate inicial ao bullying virtual, assim como as demais formas de manifestação, deve “iniciar na escola, onde os alunos devem ser orientados sobre o tema, refletir sobre os limites éticos do uso da internet e conhecer as punições judiciais cabíveis na lei”.

Bozza (2016) aponta ainda que a educação é o único meio de garantir a formação dessa cidadania digital, sobre esse pensamento, é válido lembrar que autores que ressaltam as mudanças ocorridas na sociedade é em decorrência das pessoas, neste sentido para Freire (1987, p. 87) a "educação não transforma o mundo. Educação muda pessoas. Pessoas transformam o mundo".

Assim, Bozza (2016, p. 14) relata que é preciso:

Insistimos em propostas que visam à formação moral e não à criminalização e punição dos envolvidos em problemas de convivência no espaço virtual, uma vez que as leis e castigos são reguladores externos e recaem sobre os prejuízos causados, após o problema ter acontecido, e, portanto, não favorecem a autorregulação moral, além de não incidirem sobre as causas ou os reais motivos que levam as pessoas a usarem a internet para agredir alguém.

Nesse viés, é importante relatar ainda que medidas como a proibição do uso de dispositivos móveis e internet, ou bloqueios ao acesso de aplicativos, ou sites duvidosos, são ineficazes, como apontado por Bozza (2016, p. 14) “existem meios de burlar essas interdições e até aplicativos e sites camuflados para que os adolescentes possam, esconder ou compartilhar fotos íntimas, agredir os outros etc”.

Isto reforça que independente da forma como essa violência se manifesta, para Albino & Terêncio (2012, p. 3) “deve-se reconhecer que o bullying é um importante aspecto da violência social e escolar, cujo crescimento vem despertando atenção à necessidade de seu enfrentamento”.

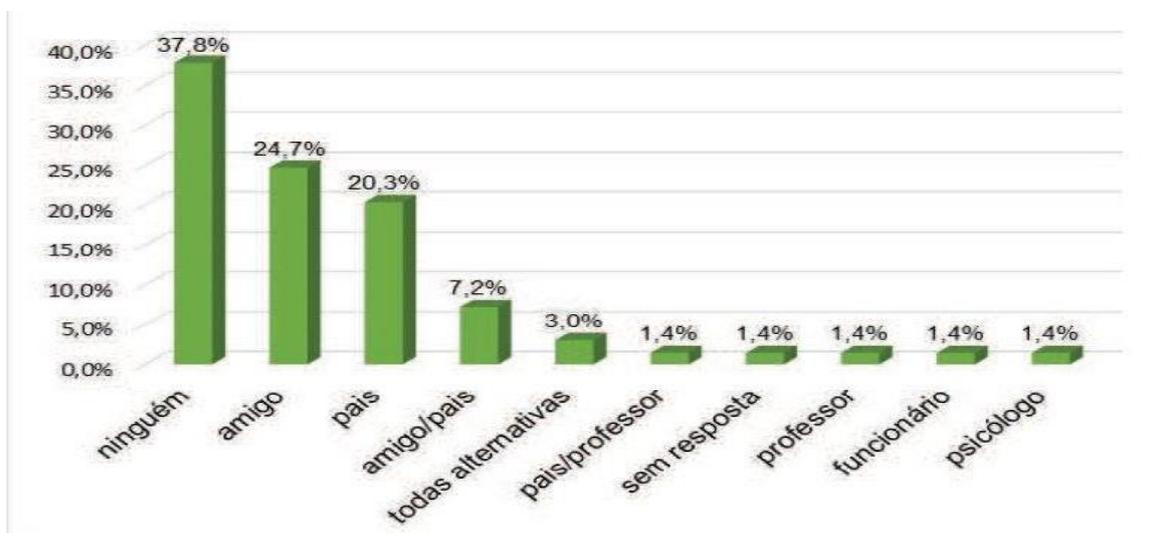
Na visão de Albino & Terêncio (2012, p. 3):

Até pouco tempo atrás, a prática do bullying costumava ser vista pelos adultos, inclusive pais, professores e diretores, como brincadeiras pueris, próprias à idade infantil ou adolescente, ou seja, era visto com algo que faz parte da iniciação à vida adulta, comparável até mesmo a um rito de passagem.

Para Medeiros (2012, p. 24) “o bullying se apresenta como um fenômeno complexo por se munir tanto de traços da violência explícita como da manifestação das formas anônimas, veladas e repetitivas”, o autor Pires (2013, p. 10) contribuir também ao mencionar que tal ato “é uma violência silenciosa que leva as vítimas a sofrerem caladas e a amargurarem sentimentos negativos como a raiva, o ódio e de impotência frente a seus agressores; muitas vezes por longos períodos até ocorrer o rompimento do silêncio, se vier a ocorrer”.

Como relatado na falar de Pires (2013) é comum que as vítimas fiquem em silêncio (Figura 1).

Figura 1. Percentual de vítimas que relatam as agressões.



Fonte: Recuperado de <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/124127>.

A figura esclarece que grande parte dos alunos da educação básica não comentam com ninguém que sofrem violência na escola, já outros preferem dizer aos amigos ou em alguns casos aos pais. Para Silva, Oliveira, Sampaio, Salgado, Pereira & Silva (2017) a preferência em contar para os amigos, em especial se dá pelos alunos entenderem que é

menos riscado, visto que eles têm medo de serem expostos perante os agressores e assim as agressões piorarem.

Tal fato evidencia que a criança vítima de bully muitas vezes se sentem mais confortável em compartilhar o ocorrido com os amigos, acreditam que seja mais seguro, o receio em contar para os pais pode estar relacionado ao medo da reação e também por não querem preocupa-los.

1.3. As causas do bullying

Como aponta a literatura, o bullying não tem apenas uma causa possível, e nem uma única maneira de se praticar tal ato, pelo contrário Bittencourt (2012, p. 215) destaca que:

São diferentes as maneiras de se praticar violência, assim como são diferentes os tipos de indivíduos envolvidos. Essa prática vem tomando conta do ambiente escolar, muitas vezes de forma explícita, mas em muitas vezes, despercebido, fazendo com que a escola seja, para muitos, um ambiente hostil.

De acordo com o pensamento de Neto (2005) os fatores econômicos, sociais, culturais, bem como a influência de amigos e familiares podem representar riscos para o envolvimento no bullying.

Além disso, no que se refere às possíveis causas do bullying, os autores Trevisol & Campos (2016, p. 278) em seu trabalho apresentam a concepção de professores sobre os possíveis fatores relacionados a ocorrência do bully:

A convivência do grupo familiar do estudante é o fator primordial para a ocorrência de tais situações, o preconceito e a crítica ao diferente, a falta de diálogo, o uso e abuso de drogas entre outros vícios, má influência dos meios de comunicação, a violência (tanto familiar quanto entre os colegas), a fragilidade emocional, a intolerância e o individualismo.

Como apontado por Trevisol & Campos (2016) as causas do bullying não está unicamente ligada ao ambiente escolar, mais também a outros fatores relacionados ao grupo de amigos, a família, e nesses casos Silva & Borges (2018, p. 30) relatam que “a violência doméstica em que a criança presencia e muitas vezes também é vítima, [...], em que a fragilidade notável de alguns estudantes servem como fato impulsor para agressão de outros tanto física como verbal”.

Os autores Silva & Borges (2018, p. 30) afirmam ainda que as causas do bullying:

Vão desde a falta de inserção de valores no ambiente familiar, falta de limites e regras de convivência em sociedade, o modelo de educação que recebem, até a dificuldade do aluno em receber punições através da violência e intimidação e a aprender a resolver os problemas por meio da agressão.

Além das causas citadas anteriormente, Fante & Pedra (2008) discorrem ainda acerca da existência da alta competitividade na escola e na família, que consiste em um fator gerador do individualismo, bem como a dificuldade de empatia, a crise ou ausência de modelos educativos baseados em valores humanos que podem caracterizar-se como as possíveis causas para a ocorrência do bullying.

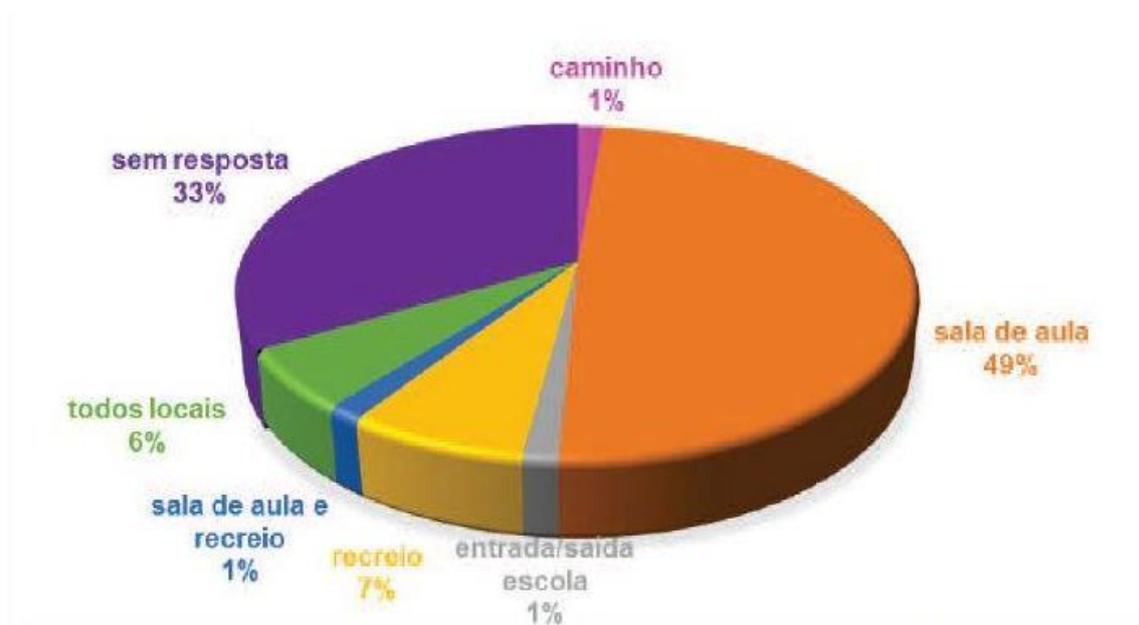
Sobre tal aspecto os autores Pereira, Silva & Nunes (2009, p. 465) se manifestam:

A educação da criança na família está muito centrada na competitividade e na vitória a qualquer preço e não está a ser direcionada para a aquisição de competências graduais, de acordo com a idade e adquiridas pela cooperação e solidariedade. E a escola, em vez de corrigir este enviesamento vai reforçá-lo de inúmeras formas contribuindo para o clima de indiferença que se está a observar.

Já na pesquisa realizada por Araújo & Gomes (2014, p. 4) os resultados indicaram “que as ocorrências do bullying podem ser decorrentes de indisciplina nas escolas, preconceitos, negligência dos professores na sala de aula e dos gestores escolares, conflitos familiares, dentre outros motivos”.

Além disso, a ocorrência de violência pode vim a ocorrer em sala de aula, ou em outros ambientes da escola (Figura 2).

Figura 2. Local onde ocorrer às agressões.



Fonte: Recuperado de <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/124127>.

Como visto grande parte dos episódios de violências ocorrem dentro da sala de aula, seja na presença do professor ou não, isso leva a refletir sobre a postura do professor em sala de aula e o conhecimento que ele detém sobre o bullying, Humpel, Bento & Madaba (2019, p. 383) reforçam que “é preciso ficar atento às situações que acontecem na sala de aula e garantir o respeito ao próximo e o convívio sadio entre os estudantes, mantendo um clima agradável entre os alunos”.

Além do mencionado, outro ponto de relevância são os motivos para o desencadeamento do bullying, os autores Abramovay & Rua (2003, p. 25) apontam de são fatores externos como:

Variáveis exógenas e aspectos nomeados internos, chamados de variáveis endógenas. Classificando como aspectos externos, questões de gênero (masculinidade/feminilidade), relações sociais (racismo/ xenofobia), características sociais da família, influência dos meios de comunicações (rádio, TV, revistas, jornais e etc.) e espaço social das escolas (bairro, a sociedade).

Não somente os fatores externos apresentados pelos autores anteriores são importantes para o estudo, portanto Araújo & Gomes (2014, p. 5) discorrem ainda sobre alguns dos aspectos internos, como:

“a) a idade e a série ou nível de escolaridade dos estudantes; b) as regras e a disciplina dos projetos pedagógicos, c) o impacto do sistema de punições e o comportamento dos professores em relação aos alunos e a prática educacional em geral”.

Ainda sobre o desencadeamento do bullying, Coutinho (2017, p. 30) diz há uma inúmera infinidade de “fatores que contribuem para o aumento da violência e da agressividade de crianças e jovens, às mudanças sociais que ocorrem em nosso cotidiano também pode influenciar o modo de ser e de viver do indivíduo e do grupo”.

Tais mudanças sociais podem ser constatadas no processo de globalização, no consumismo, nos padrões de beleza ditados pela mídia, nos fenômenos ligados à imigração, no mal-estar econômico, na crescente desigualdade social, na falta de oportunidades de ascensão social por vias legais e éticas, na integração étnica, religiosa e cultural, dentre outros (Fante & Pedra, 2008).

Todas essas mudanças e o aumento do consumismo contribuem para possíveis causas da agressividade entre alunos, visto que no pensamento dos Beaudoin & Taylor (2006, p. 29):

[...] vivemos em uma cultura capitalista, individualista, patriarcal, que frequentemente é intolerante em relação às diferenças (padrões restritos de normalidade, pouca aceitação das diferenças de raça, de orientação sexual, etc.), muitos não percebem a implicação desses discursos amplos em seu cotidiano. Em geral, nessas culturas, as instituições passam a estruturar-se por temas como a competição, as regras, as conquistas, a avaliação, a recompensa e a punição e as hierarquias de poder.

Na citação descrita acima é evidenciado que o capitalismo, o individualismos, e principalmente a intolerância são as principais causas do bully, juntamente com a competição vivencia diariamente pelo indivíduo, para Beaudoin & Taylor (2006) a competição é um convite para se envolver com o bullying, pois os alunos que apresentam problemas questionam sua autoestima enquanto pessoa e utilizam a competição para provar que eles têm autoestima; entretanto esta pode ser outra oportunidade de esses alunos confirmarem a si mesmos a ideia de que são perdedores ou inadequados.

Como visto atualmente a sociedade está passando por diversas transformações, bem como o modelo familiar, Fante & Pedra (2008) relatam que muitos pais apresentam

dificuldade em impor disciplina e limites para os filhos, fator este determinante para a manifestação da agressividade e da violência na infância e na adolescência.

Todavia, a autores como Coutinho (2017, p. 31) que relata que em muitos casos “é justamente no ambiente familiar que muitas crianças e jovens aprendem o comportamento agressivo e violento, quando precisavam exatamente do contrário, ou seja, de modelos educativos positivos na família para serem imitados”, como explica.

De acordo com Coutinho (2017, p. 31):

A ausência de limites associado aos fatores econômicos, sociais e culturais, aos aspectos congênitos de temperamento e influências de amigos, da escola e da comunidade, constituem riscos para o aparecimento do bullying e causam impacto na saúde e desenvolvimento de crianças e adolescentes, desencadeando comportamentos destrutivos e violentos.

Logo, observa-se que como relatado na literatura há diversas causas associadas ao desencadeamento do bullying, muitas delas ligadas as modificações que vem ocorrendo na sociedade, outras relacionadas aos grupos que o indivíduo pertencer, outras vinculadas à estrutura familiar, bem com a exposição à violência. É válido deixar claro que independente das causas apontadas que dão origem ao bullying, um dos principais meios de coibir as ações de violência é conscientização das consequências que causadas pela violência.

1.4. As consequências do bullying

A literatura apresenta diversas consequências resultantes das agressões vivenciadas, principalmente pelas vítimas, corroborando com Oliveira (2018, p. 311) no sentido que “a vítima o seu maior prejudicado, que muitas vezes além de todos os sofrimentos já passados, não consegue supera-los, carregam esses traumas por toda a vida, e muitas vezes preferem à morte”.

É válido deixar claro que as consequências do bullying vão além do ambiente onde ocorrem as agressões, para Silva & Borges (2018, p. 31) “as vítimas ficam tomadas pelo sentimento de raiva, vingança, atingindo pessoas estranhas à relação em que se caracterizou o fenômeno, podendo tonar-se delinquentes, capaz até mesmo de cometer um dos maiores crimes previsto no ordenamento jurídico, o homicídio”.

Na visão de Bazon & Silva (2017, p. 620) “as consequências são quase sempre muito negativas, independentemente do tipo de agressão e do sexo dos envolvidos, os professores,

sejam eles homens ou mulheres, necessitam estar conscientes e sensibilizados em relação à problemática”.

Isso pode ser extremamente relevante para à questão da evasão escolar, bem como para a desmotivação em relação aos estudos, levando essas pessoas a apresentarem dificuldades na aprendizagem, bem como formar uma geração de pessoas psicologicamente desestruturadas, que poderão adotar características antissociais (Sarzi, 2013).

O mesmo autor afirma ainda que a pessoa que passa por esse tipo de violência viver constante em um estado de tensão e amedrontamento, bem como de estresse (Sarzi, 2013), o que de acordo com Silva (2010) que pode surgir sem qualquer aviso prévio.

Silva (2010, p. 26) ressalta ainda que:

Um ataque de pânico dura, em média, entre vinte a quarenta minutos. Esse curto espaço de tempo é um dos momentos mais angustiantes que um indivíduo pode vivenciar. Muitos relatam a sensação de estar sofrendo um ataque cardíaco, de que vai enlouquecer, de estranheza de si mesmo e de que pode morrer a qualquer momento. Quem passa por crises de pânico acaba por desenvolver o “medo de ter medo”, ou seja, nunca sabe quando uma crise ocorrerá.

Nesta linha de pensamento, Sarzi (2013, p. 27979) diz ainda que “nessas condições, a criança ou jovem pode apresentar-se em um estado de constante tensão e amedrontamento passando a direcionar sua atenção a possíveis ataques dos bullies (agressores), e não aos ensinamentos ministrados pelos professores”.

Outra consequência das práticas de bullying é a Fobia Escolar, caracterizada por Silva (2010, p. 26) como um “medo intenso de frequentar a escola, ocasionando repetências por faltas, problemas de aprendizagem e/ou evasão escolar”.

Para Sarzi (2013, p. 27977) as relações de convivência no âmbito escolar apresentam:

Um foco de interesse para professores e alunos, visto que, a partir desses vínculos é que se constituem e se repassam os valores éticos e morais. As relações escolares são permeadas por regras e valores que guiam os comportamentos individuais dos alunos e, podem influir diretamente nas atitudes destes perante as diferenças existentes nesse espaço.

É importante deixar claro que na maioria das vezes os resultados das agressões não se fazem presentes somente na sua vida escolar, pelo contrário Oliveira (2018, p. 312) aponta

que os alunos que sofrem bully apresentam dificuldades que os acompanham por toda a sua vida, principalmente a “devido a sua baixa autoestima e saúde emocional abalada. A vítima do bullying se torna uma pessoa insegura em tudo na sua vida, desde a sua aparência física até nas decisões a tomar”.

Complementando o pensamento de Oliveira (2018), os autores Albino & Terêncio (2012, p. 3) afirmam que as consequências mais comuns são: “baixa autoestima, baixo rendimento e evasão escolar, estresse, ansiedade e agressividade, a situação pode, ainda, progredir para transtornos psicopatológicos graves, como fobias e depressões com ideias suicidas ou, por outro lado, fomentar desejos intensos de vingança”.

Além das consequências citadas anteriormente, é válido elencar ainda que há casos em que as vítimas apresentam ainda desordens alimentares, problemas de saúde, transtornos de humor e ansiedade (Senra, Lourenço & Pereira, 2011).

Nesta linha de pensamentos Isolan (2014, p. 72) menciona que as vítimas “apresentam baixa autoestima, a qual é agravada pelas críticas dos adultos sobre sua vida ou comportamento, dificultando a possibilidade de ajuda”. Algumas características físicas, comportamentais ou emocionais podem tornar o indivíduo mais vulnerável à vitimização e dificultar o seu relacionamento com o grupo de colegas (Georgiou & Stavrinides, 2008).

É válido ponderar que não somente as vítimas apresentam consequências devido ao ato do bullying, mais também os agressores, a pesquisa de Binsfeld & Lisboa (2010) concluiu de muitos dos agressores podem apresentar medo da impopularidade ter pensamento de fracasso.

Como pode ser visto, o bullying gera diversas consequências na vida do indivíduo, e para Fante (2005, p. 79):

Isso afetará o seu comportamento e a construção dos seus pensamentos e de sua inteligência, gerando sentimentos negativos e pensamentos de vingança, baixa autoestima, dificuldades de aprendizagem, queda do rendimento escolar, podendo desenvolver transtornos mentais e psicopatologias graves, além de sintomatologia e doenças de fundo psicossomático, transformando-a em um adulto com dificuldades de relacionamentos e com outros graves problemas.

Nesse sentido, a presença da família e amigos podem ser tonarem fatores decisivos para que o indivíduo supere as situações traumáticas vivenciadas ou, ao contrário, pode ocorrer o isolamento social como uma forma de fuga e proteção contra as agressões (Albino

& Terêncio, 2012). A presença da família e amigos se torna muito importante para o reconhecimento dos sintomas apresentados pela vítima.

Albino & Terêncio (2012, p. 8) aponta ainda que “o bullying costuma provocar um ciclo perverso, no qual muitas vítimas em uma dada situação acabam se tornando os agressores de novos sujeitos em outras oportunidades, gerando um crescimento exponencial da violência”.

A transição do comportamento de vítima para agressor geralmente ocorre quando as vítimas não suportam mais as agressões, neste momento ou elas rompem o silêncio solicitando ajuda, ou passam a agir como agressores, ou podem até mesmo vir a provocar atos mais extremos, como homicídio ou suicídio (Pires, 2013).

Complementado a citação acima, o ciclo de violência gera um considerável impacto ao desenvolvimento dos envolvidos, seja no sentido biológico ou menos psicológico, para Almeida, Salgado, Senra & Lourenço (2013, p. 243) esse ciclo de violência acaba “gerando assim uma grande preocupação devido à violência e agressividade nas escolas por parte dos educadores, pais e pesquisadores”.

Como resultado da violência sofrida, Coutinho (2017, p. 60) afirma que “muitas crianças se tornam mais introvertidas, tristes ou irritadas. Na maioria das vezes, elas vão se fechando e se isolando das demais, perdendo o contato com seus colegas de classe e o interesse pelos estudos”.

Os autores Fante & Pedra (2008, p. 87) salientam ainda que as vítimas tendem:

Tendem a apresentar dificuldades na vida sentimental, por não confiarem nos parceiros. No local de trabalho, podem apresentar dificuldade para se expressar, falar em público e liderar, déficit de concentração, insegurança, dificuldade de resolução de conflitos, de tomada de decisões e iniciativas. Quanto à educação dos filhos, projetam sobre eles seus medos, suas desconfianças e inseguranças, em muitos casos tornando-se pais superprotetores.

Além das causas já descritas, as vítimas sofrem de emoções que incitam aflição, angústia, tensão, vergonha e medo de ser agredidas a qualquer instante, isso porque ficam imaginando um novo ataque ou armando estratégias de defesa, fuga ou contra-ataque (Fante & Pedra, 2008).

Coutinho (2017, p. 61) enfatiza ainda que em sala de aula é comum que as vítimas não realizem perguntas em caso de dúvidas:

pois temem ser alvo de gozações ou críticas. Inventam desculpas para não irem à aula, já que não conseguem acompanhar a turma, e a escola se torna para elas local de infelicidade e insegurança. Assim, vão perdendo o interesse acadêmico, pois sua aprendizagem está comprometida e a queda do rendimento escolar vai se acentuando, o que ocasiona mais constrangimentos.

Pereira (2002, p. 25) em seu livro expõe as consequências para as vítimas de bullying da seguinte forma:

São pessoas com vidas infelizes, destruídas, sempre sob a sombra do medo; apresentam perda de autoconfiança e confiança nos outros, falta de autoestima e autoconceito negativo e depreciativo; vadiagem; falta de concentração, morte (muitas vezes suicídios ou vítimas de homicídio), dificuldades de ajustamento na adolescência e vida adulta, nomeadamente problemas nas relações íntimas.

Mesmo diante de todo o sofrimento causado pelos agressores, muitas dessas crianças e jovens ainda são vítimas da incompreensão familiar, da arbitrariedade dos colegas, da incapacidade de reação diante de atos de agressividade verbal ou física (Coutinho, 2017).

Cabe ainda destacar que as consequências do bullying não são vivencias somente pelas vítimas, pois de acordo Pereira (2002, p. 25) a vida dos agressores também é marcada pelos atos praticados, o que influencia com:

Vidas destruídas; crença na força para solução dos seus problemas; dificuldade em respeitar a lei e os problemas que daí advém, compreendendo as dificuldades de inserção social; problemas de relacionamento afetivo e social; incapacidade ou dificuldade de autocontrole e comportamentos antissociais.

Como relatado nas citações acima, as consequências do bullying são avassaladoras, não apenas para quem sofre as agressões, mais também para quem presencia e para quem é o autor da violência.

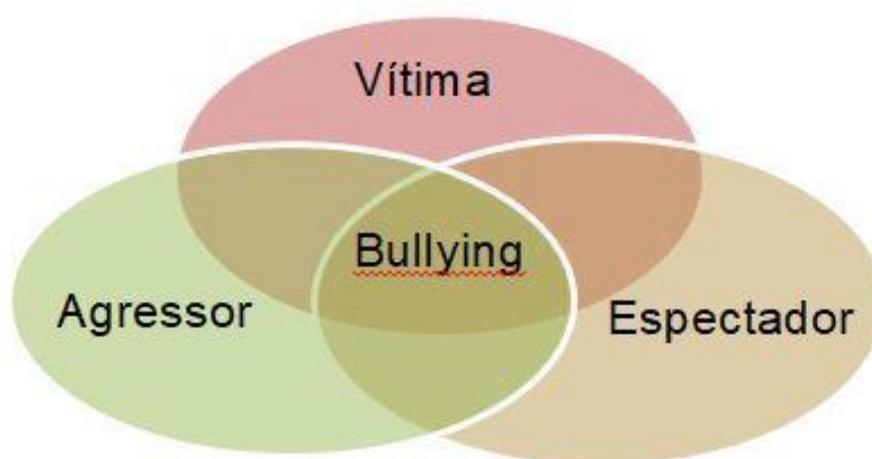
1.5. Tipos de comportamentos dos envolvidos no ato do bullying

Dentre os comportamentos das pessoas envolvidas na prática do bullying, têm-se atitudes e personagens diferentes, mais um fato comum é que geralmente os atos de

violências ocorrem longe da presença dos adultos e, na maioria das vezes, as vítimas acabam por não fazer reclamações por medo de retaliação (Galli, 2017).

Com visto na citação acima, há diferentes comportamentos e personagens (Figura 3) envolvido no ato de bully, sendo as vítimas, os agressores e ainda os espectadores, cujo cada um tem sua peculiaridade.

Figura 3. Envolvidos no bullying.



Fonte: A autora (2022).

Em relação aos personagens e o comportamento de cada um, é válido deixar claro que todos então envolvidos de forma direta ou indiretamente nas ações de bullying, e estes contribuem para o aumento da violência.

Sobre os diversos comportamentos Pingoello (2012, p. 73-74) reforça ainda afirmando que:

[...] todo comportamento é resultado de um estímulo antecedente, no caso do bullying, há a necessidade de deixar claro que o agressor age conforme os estímulos recebidos e a vítima reage aos estímulos emitidos pelo agressor, ambos estão condicionados aos estímulos antecedentes dos ambientes em que estão inseridos. Dessa forma, pode-se perceber que a intervenção deve ter como base a substituição de um estímulo pelo outro, um estímulo que gera um comportamento inapropriado pode ser substituído por um estímulo que gera um comportamento apropriado socialmente.

Os atos de violências podem se diversos, como apontado por Galli (2017, p. 22):

Bater, chutar, espancar, empurrar, ferir, beliscar, roubar e atirar objetos contra as vítimas; indiretas, abrangendo comportamentos de insultar, ofender, xingar, fazer gozação, colocar apelidos pejorativos, fazer piadas ofensivas, “zoar”, irritar, humilhar ou ridicularizar, excluir, isolar, ignorar ou desprezar, discriminar, aterrorizar, ameaçar, chantagear, tyrannizar, dominar, perseguir, difamar, passar bilhetes e desenhos entre colegas de caráter ofensivo e fazer intrigas.

De acordo com o pensamento de Albino & Terêncio (2012) a maioria dos envolvidos somente assiste a esse espetáculo cruel, é muito comum que os espectadores fiquem em uma dualidade, frente a uma forma de violência banalizada e o temor de ingressar, como vítima nas práticas de bullying. Entretanto, o comportamento das testemunhas frente às agressões possui grande influência no ato, sendo a inibição ou até mesmo no estímulo ao agressor.

Em relação aos agressores para Silva (2010), eles geralmente iniciam as agressões com brincadeiras de mau gosto, após risos provocativos, hostis, apelidos pejorativos. Tais agressões possuem por objetivo insultar, difamar, constranger e menosprezar, não ficando somente na violência verbal, algumas vezes, os agressores apoderam-se de lanche, materiais escolares, dinheiro ou quaisquer pertencem das vítimas, outras vezes as agressões evoluírem para puxões de cabelo, de roupas, beliscões, tapas, socos, pontapés.

Concernente Galli (2017, p. 23-24) elencar que comumente os agressores:

São aqueles indivíduos que se utilizam do abuso de poder, intimidação e prepotência, para impor autoridade e manter a vítima sob domínio. De modo geral apresentam as seguintes características: traços de desrespeito e “maldade” e, agem sozinhos ou em grupo, possuem aversão às normas, não aceitam ser contrariados ou “frustrados”, apresentam desempenho escolar deficitário e, geralmente, estão envolvidos em pequenos delitos.

Nesta alusão Bittencourt (2012) colabora que os agressores são antipáticos, arrogantes, desagradáveis e têm grandes chances de serem agressivos nos relacionamentos ou mesmo se tornarem criminosos, psicopatas, delinquentes.

Fante (2005, p. 73) caracteriza ainda o agressor:

Como um indivíduo mais velho ou mais forte fisicamente que os outros, sem capacidade para lidar com frustrações, quer sempre mostrar sua superioridade

e seu poder, real ou imaginário, é mau-caráter, tem condutas anti-sociais, “[...] incluindo o roubo, o vandalismo e o uso de álcool, além de se sentir atraído por más companhias.

Para Isolan (2014) “os agressores tendem a ver seu comportamento como uma qualidade, tem opiniões positivas sobre si mesmo e geralmente são bem aceitos pelos colegas” (p. 72), o autor esclarece ainda que geralmente os agressores possuem um grupo de pessoas que acabam por atuar como auxiliares nos atos de agressões (Isolan, 2014).

Dentre os comportamentos distorcidos dos agressores tem-se ainda o fato de que geralmente eles não assumem sua culpa. Logo, na visão de Galli (2017, p. 24):

Os agressores culpam as vítimas por suas atitudes, mas o fato é que essas pessoas geralmente, no decorrer do seu desenvolvimento, não adquiriram subsídios psicológicos suficientes para lidar com situações de medo, frustração e raiva, geralmente pela ausência de afeto e por sofrerem violência na primeira e segunda infância.

Ainda em concordância, os agressores são pessoas que não desenvolvem o psicológico adequadamente, para Frick (2016, p. 39) esses indivíduos “são incapazes de pensar o que sente seu alvo, são populares num grupo reduzido de amigos, sendo desconsiderados por colegas e até por professores”.

Frick (2016, p. 40) esclarece que:

Os autores de bullying são muito inteligentes e habilidosos em suas manipulações sem reduzir sua popularidade, conseguindo prestígio social. Obtém, muitas vezes, apoio dos professores que, em função do prestígio que esses alunos têm em outras áreas - como nos esportes, alunos destaque nas avaliações de aprendizagem ou que mantém um bom relacionamento de amizade com o professor, acabam perdoando ou minimizando comportamentos agressivos, como o bullying, que não deveriam tolerar. Assim, tais indivíduos se sentem fortalecidos e apoiados.

Levando em consideração ao exposto acima, além do fato de ser difícil a identificação do bullying, há ainda os fatores relacionados ao prestígio que esse agressor adquirir ao logo de sua trajetória educacional.

Outro personagem nesse cenário de violência é a vítima, Lopes (2018, p. 4) diz “que geralmente apresenta dificuldade em socializar, possui alguma característica física ou psicológica, as quais não estão dentro dos “padrões” preestabelecidos impostos pelos agressores”. Logo na visão dos agressores as vítimas merecem sofrer por possuírem características diferentes (Lopes, 2018).

Na visão de Silva (2010, p. 37-38):

As vítimas em geral são indivíduos tímidos ou reservados, os quais não conseguem reagir aos estímulos agressivos e provocadores dirigidos a elas. Identifica-se uma “marca” nas vítimas: ou são gordinhas ou magras demais; altas ou baixas demais; usam óculos; possuem alguma deficiência física; possuem manchas ou sardas na pele; possuem orientação sexual diversa ou condição socioeconômica, enfim, uma infinidade de “motivos” (sempre injustificáveis) são encontrados pelo bullying para escolher e agredir a sua vítima.

Bittencourt (2012, p. 218) corrobora com o pensamento de Silva, e aponta ainda que “a vítima é sempre aquela que possui algum tipo de fragilidade [...] não se revela habilidosa física e emocionalmente para se impor diante dos agressores, nem ao menos procura ajuda dos pais, professores ou responsáveis, haja vista que teme represálias”.

Além disso, segundo Silva (2010), as vítimas podem ser classificadas em três subgrupos: “vítima típica”, “vítima provocadora” e “vítima agressora”. A “vítima típica” é aquela que demonstra facilmente suas inseguranças, na forma de sensibilidade, passividade, submissão, falta de coordenação motora, baixa autoestima, ansiedade excessiva, dificuldade em se expressar, apresenta pouca habilidade social, é tímida ou reservada, não reage a comportamentos agressivos e de provocação.

A autora Silva (2010, p. 38) reforça ainda que:

Normalmente são mais frágeis fisicamente ou apresentam alguma “marca” que as destaca da maioria dos alunos: são gordinhas ou magras demais, altas ou baixas demais; usam óculos; são “caixas”, deficientes físicos; apresentam sardas ou manchas na pele, orelhas ou nariz um pouco mais destacados; usam roupas fora de moda; são de raça, credo, condição socioeconômica ou orientação sexual diferentes [...] qualquer coisa que fuja ao padrão imposto por um determinado grupo pode deflagrar o processo de escolha da vítima do bullying.

Quanto as “vítimas provocadoras”, Galli (2017, p. 25) afirma que “geralmente são aquelas crianças ou adolescentes hiperativos, impulsivos ou imaturos, que chamam a atenção dos legítimos agressores e estes, por sua vez, se aproveitam da situação desviando a atenção para vítimas provocadora, como se essas fossem os verdadeiros agressores”.

Já as “vítimas agressoras” são responsáveis por manter o ciclo vicioso do bullying, já que reproduzem os maus-tratos, buscando assim formas de compreender as agressões sofridas e fazendo novas vítimas mais frágeis e vulneráveis (Borges, 2015).

Além dos agressores e das vítimas, há ainda outra personagem de grande relevância no ato de violência, o espectador, visto que os espectadores acabam por fortalecer o bullying pela apatia e silêncio. Tal personagem pode ser classificado em espectador passivo, espectador ativo e espectador neutro, na visão de Silva (2010, p. 45-46):

O espectador passivo é aquele que não reage à agressão sofrida por outro colega, muitas vezes por receio de se tornar a próxima vítima. Intimamente esse espectador não concorda com as atitudes agressivas, porém não defende a vítima. Podem apresentar, inclusive, consequências psíquicas. O espectador ativo geralmente é aquele que, ao ver uma cena de agressão, manifesta-se com apoio e incentivo, dando risadas ou proferindo palavras de incentivo.

Os espectadores que não demonstram quaisquer sentimentos em relação às agressões que presencia são chamados de neutros, pois possuem uma atitude apática, normalmente ligadas a problemas internos, como lares sem estrutura ou com conseqüente violência, o que se torna normal em seu cotidiano.

Dentre os agentes envolvidos no ato do bullying, na visão de Silva (2013, p. 17) o espectador corresponde significativamente para impunidade da violência:

E sua omissão também o que gera preocupações, pois são estes indivíduos que, por motivos diversos, assistem passivamente agressões e se calam causando, assim, um fortalecimento do agressor e uma fragilização maior naqueles que sofrem diariamente perseguições inexplicáveis de colegas.

Como visto o espectador tem papel significativo para a impunidade, visto que ao ficar observando acaba por formar uma plateia para o agressor, contribuindo assim para o surgimento de novas agressões. Assim, o agressor se sentir encorajado a continuar a fazer

bullying, reforçando o comportamento violento, indisciplinado e a falta de consciência sobre seus atos, bem com as consequências envolvidas.

2. O BULLYING E O CONTEXTO ESCOLAR

Neste tópico apresenta-se um conjugado de obras de autores que fazem abordagem a temática acerca do bullying e as relações interpessoais, da relação professor/aluno e aluno/aluno, por fim se discorre sobre a relação entre a escola e família do aluno.

2.1. O Bullying e as relações interpessoais

A relação do ser humano com o seu semelhante é de grande importância para o seu desenvolvimento como pessoa, para a formação de sua personalidade, de seu caráter, visto que por natureza o indivíduo tem a necessidade de pertencer a uma comunidade, de que desde o nascimento o ele é inserido em um grupo com princípios e objetivos definidos.

Entretanto, é válido enfatizar que há indivíduos que possuem dificuldade de interagir com outras pessoas, outros grupos. Segundo Galli (2017, p. 10) essa dificuldade se dá “a partir da qual perspectivas preconcebidas acerca das características e comportamentos modulam as interações, ou seja, pressupostos sobre determinadas pessoas, que levam a generalizações a partir de situações anteriores, sem ligação com o seu contexto atual”.

Galli (2017, p. 11) reforça ainda que é “necessário tomar conhecimento sobre questões relacionadas às diferenças, semelhanças, homogeneidade e normalidade de um modelo previamente estabelecido”. Isto levando em consideração que a sociedade em que vivemos é repleta de diferenças seja devido à religião, etnia, cor da pele ou até mesmo econômico (Selingardi, 2012).

Nesta concepção, verifica-se que na sua existência a espécie humana possui padrões e qualquer desvio em relação a tal característica é considerado diferente e anormal. Logo, o indivíduo tem a tendência de comparar uma pessoa ou grupo social a um ideal desejado, que é construído e determinado por um grupo dominante (Galli, 2017).

Nesta ótica, é unanime o fato de que a sociedade deste das suas primeiras civilizações possui a tendência de agrupamento, levando em consideração com as características ou atributos de cada indivíduo, para Galli (2017, p. 12):

Tais atributos podem ser considerados comuns e naturais, atendendo às expectativas normativas exigidas pelo grupo social, ou atributos estranhos, onde o indivíduo é percebido pelo grupo como uma espécie estranha, tornando-se menos desejável, que apresenta fraquezas, desvantagens ou até mesmo como alguém maldoso e perigoso.

Concernente, uma das possíveis explicações para as práticas de bullying oriundas própria sociedade em que o sujeito está inserido exerce forte influência sobre ele, segundo Selingardi (2012, p. 17) essas pessoas “estão presentes em qualquer ambiente em que as relações interpessoais existem, podendo ser evidenciadas na rua, no trabalho, dentro de casa e na escola”.

Colaborando com tal pensamento Passos & Ribeiro (2016, p. 17) reforçam que “seja em ambientes complexos ou não, os conflitos são parte integrante das relações interpessoais, pois estão presentes em todos os segmentos da vida, seja o ambiente familiar, profissional, social ou escolar”.

Quando se falar em relação interpessoal logo vem à mente o ambiente escolar, onde o indivíduo passa grande parte de sua, porém para Bazon & Silva (2017, p. 616) “a boa convivência no ambiente escolar representa um desafio, pois, como na escola se reflete o pluralismo da sociedade, as diferenças pessoais, étnicas/culturais e econômicas podem originar conflitos”.

Um fator interessante há se destacar sobre essa convivência escolar é que durante o momento de pandemia causada pelo vírus SARS-CoV-2 (COVID-19) mesmo com o ensino ocorrendo de modo remoto os casos de bullying aumentaram no meio virtual, como em jogos online, como destacado por Alvarez, Ramírez & Cordero (2020, p. 5) “las plataformas de juegos en línea se han constituido, actualmente, en medios de agresión virtual entre escolares”, colaborando Ramirez (2020) contexto que se exacerba al formar parte de una educación virtualizada como consecuencia de la pandemia por COVID-19.

Neste contexto, mesmo em um ensino remoto a escola ainda possui suas funções sociais, e segundo Ribeiro (2009, p. 3) colabora dizendo que a escola “tem como função social, política e pedagógica oportunizar a todos os seus alunos um ambiente sereno, agradável e acolhedor, objetivando a facilitação da construção do conhecimento”.

Contudo, mesmo diante de sua imensurável importância para a formação da sociedade, se percebe quase que diariamente cenas de exclusão, levando em consideração a ideia de Inácio (2008) onde o distanciamento e a falta de adaptação entre os alunos, e a supervalorização da violência como forma de obtenção de poder, possibilitam o desenvolvimento de habilidades para futuras condutas delituosas.

Colaborando com o que já foi mencionado, Santos (2011, p. 16) diz que “a violência escolar também é social, e possui uma especificidade no seu modo de produzi-la, e de tempos em tempos vêm se expressando novos tipos de violência”. Visto que a violência é algo que se faz presente nas relações sociais existentes na comunidade em geral.

Portanto para Almeida (2008, p. 62):

É nas relações sociais que se pode considerar a origem da violência, é a partir destas relações reproduzidas no interior da escola que esse processo se constitui como determinante. Tomando ainda a escola como espaço social e de contradições, a violência se caracteriza como uma forma de recusa do próprio espaço escolar, isso evidencia também certa resistência em compreender a escola como um espaço para a superação destas contradições. É mais do que necessário conhecer e debater as relações sociais na sociedade uma perspectiva do conhecimento escolar e da prática docente.

Diante disso, fica claro que a escola é um ambiente de grande diversidade, e essa heterogeneidade proporciona a constituição de grupo.

Galli (2017, p. 13) reforça que:

Cada pessoa busca constantemente práticas socialmente aceitas, a fim de alcançar os requisitos exigidos pelo meio que está inserido para satisfazer suas necessidades e atingir a imagem ideal, muitas vezes assumindo uma postura preconceituosa diante do diferente.

Essa constante busca por aceitação acaba por criar um ambiente propício a presença de uma relação interpessoal em desequilíbrio, impulsionada pelo desrespeito, pela necessidade de rotular e humilhar as pessoas, devido a uma sociedade que não sabe conviver com as diferenças (Selingardi, 2012), possibilitando a violência, assédio, insulto, intimidação, exclusão e discriminação, que ocorrem sem nenhum motivo evidente (Galli, 2017).

Esse ambiente de desequilíbrio e violência se origina da intolerância do indivíduo de si dá com as diferenças existentes na sociedade, gerando assim um círculo de exclusão social, para Albino & Terêncio (2012) essa atitude se manifesta por meio da discriminação de caráter religioso, nacional, racial, gênero, étnico e de classe, entre outros.

E como meio de minimizar essa situação é necessário se trabalhar com ações que visem a inclusão, e quando se falar em inclusão é oportuno ter em mente o pensamento de Camargo (2017, p. 1) onde diz que a inclusão “é uma prática social que se aplica no trabalho, na arquitetura, no lazer, na educação, na cultura, mas, principalmente, na atitude e no perceber das coisas, de si e do outrem”.

Ao se refletir sobre a inclusão, tanto no âmbito social quanto no escolar, é importante ter conhecimento do significado das palavras, que segundo Gaudêncio, Lima & Albuquerque (2019, p. 46) a palavra inclusão vem do termo “incluir”, porém para que ele venha ter o devido significado é preciso atribuir uma representação mais concreta e aplicada, como no caso do entrelaçamento com a questão “social”, “fazendo com que seja favorecido um impacto terminológico maior, projetando força e potência de construção e validade cognitiva.

Assim, conforme descrito por Gaudêncio, Lima & Albuquerque (2019, p. 46) é possível que inclusão social seja pensada como “algo que veio para minimizar os espaços de segregação e os danos causados por Estados que historicamente privilegiaram classes sociais mais abastadas e dotadas de influências políticas e econômicas”.

Além da inclusão social, é preciso hoje pensar na inclusão escolar, Wellichan & Souza (2017) onde há muito obstáculos a ser superados para que a educação se torne inclusiva para todos, isso em todos os âmbitos da educação, pois ao longo contexto histórico, a discriminação e exclusão se alastram desde a antiguidade.

E no meio educacional o professor é o principal agente promotor de transformação, atuando como mediador, desenvolvendo práticas que promovam o respeito, a inclusão e valorização do indivíduo (Paula & Peixoto, 2019).

Todavia, a perpetuação da discriminação ainda é muito comum, Almeida, Salgado, Senra & Lourenço (2013, p. 243) afirmam que tal “ambiente escolar, que ocorre entre crianças e adolescentes envolvendo agressões física, verbal ou psicológica, intencionais e contínuas”.

O autor Santos (2011, p. 18) vem reforçando em muitos casos a violência ocorrida na escola é resultado:

Em muitos casos, é motivada como negação ao espaço escolar e tudo ao que pertence a ela, como professores, alunos, diretores, funcionários, métodos, regras, disciplina, relações, convivência, experiências, que por motivos variados e indefinidos, leva alguns sujeitos a cometerem atos violentos.

A negação do ambiente escolar por parte do aluno pode estar ligada ao fato da organização da escola, da falta de domínio de conteúdo ou a metodologia que o professor utilizar para ministrar as aulas. Isto acarreta uma sucessão de reações negativas no aluno, criando espaço para a violência que é vivenciada no ambiente escolar por muitos alunos.

Neste sentido, Fante (2005, p. 75) comenta ainda que:

O comportamento agressivo ou violento nas escolas é hoje o fenômeno social mais complexo e difícil de compreender, por afetar a sociedade como um todo, atingindo diretamente as crianças de todas as idades, em todas as escolas do país e do mundo. Sabemos ser o fenômeno resultante de inúmeros fatores, tanto externos como internos à escola, caracterizados pelos tipos de interações sociais familiares, sócioeducacionais e pelas expressões comportamentais agressivas manifestadas nas relações interpessoais.

Para Oliveira (2018, p. 299-300) “o bullying escolar, é uma forma de violência caracterizada por agressões morais e físicas entre alunos, sejam crianças, adolescentes ou jovens e até mesmo professor, dentro do ambiente escolar”, o autor deixar claro ainda que há escolas que fazem vista grossa para a ocorrência do bullying entre seus estudantes, ou não reconhecem a existência do problema (Oliveira, 2018)

A autora Galli (2017, p. 19) colabora ainda com a afirmação de que:

O bullying pode ocorrer em qualquer escola, independente da sua localização, cultura e poder econômico, podendo apenas haver variações dos índices de cada realidade escolar, ou seja, contexto e postura tomada diante a violência entre os alunos.

De acordo com o pensamento de Bittencourt (2012) para muitos jovens, o ambiente escolar é uma tortura, onde eles são vítimas de humilhações, brincadeiras de mau gosto, gozações. Logo, verifica-se que eles jovens são vítimas do preconceito de indivíduos que consideram apenas seus padrões como os corretos, o que advém de avaliações ou opiniões formadas (Albino & Terêncio, 2012).

Nesta alusão, para Albino & Terêncio (2012, p. 10):

Intolerância e preconceito são, assim, conceitos vizinhos. Na verdade, pode-se pensar que o preconceito diz respeito às raízes psíquicas de uma atitude que, quando manifesta, surge como intolerância. E não obstante ser a manifestação do preconceito individual, isso não equivale a dizer que suas raízes sejam puramente psicológicas – uma vez que ele surge no processo de socialização de cada sujeito.

Segundo esta autora Sapelli (2007) atualmente a escola está marcada pelo individualismo e pela competição, na qual suas relações se baseiam no autoritarismo e no

poder, onde os mais “fortes” dominam os mais fracos. Assim, tem-se um rompimento da real função da escola que segundo Oliveira (2018, p. 300) “a escola é um ambiente de sociabilização e integração, onde se espera o aprendizado, valores, disciplina e sociabilização e em nenhum momento esperamos qualquer forma que seja de violência”.

De acordo com Silva (2015, p. 23) “assim torna-se indispensável para a equipe escolar (professores, coordenadores, direção) conhecer o fenômeno, sabe identificar os envolvidos e elaborar programas de prevenção e acompanhamento, com o intuito de minimizar os nós”.

As relações existentes no espaço escolar na maioria das vezes são repletas de conflitos, visto que muitos alunos são intolerantes quanto às diferenças presentes nos grupos. Neste sentido, é importante haver maior diálogo nas escolas sobre a diversidade e a inclusão social, visto que o ambiente escolar é ambiente onde encontram-se pessoas de diferentes regiões, culturas e crenças.

2.2. Relação professor e aluno

Quando se trata da relação do professor com o educando, há autores como Penrose (2009) e Wang, Brinkworth & Eccles (2013) que relatam que tal relação é de extrema importância para o desenvolvimento saudável e para o sucesso educacional, uma vez que o professor é a principal fonte de ligação entre alunos e educação.

Nesta linha de pensamento, de acordo com Lamas, Freitas & Barbosa (2013) o convívio do professor com os alunos deve ser mais do que exclusivamente se dedicar a transmitir conteúdos, sendo imprescindível que o professor tenha um bom relacionamento com os alunos, na qual ambos possam ensinar e aprender a partir de suas experiências.

Para a autora Valle (2017, p. 15) “uma relação positiva com o professor, marcada por confiança, empatia, carinho e respeito, fomenta a aprendizagem, a autonomia e o desenvolvimento saudável dos alunos”, a autora deixa que a relação saudável no ambiente escolar é de fundamento relevância para o sucesso educacional e também para a formação do educando como pessoa.

Todavia, é válido que não é fácil criar as condições para que os alunos construam conhecimento, visto que isso não depende unicamente do docente, mais também do ambiente, para Bee (2011) o ambiente escolar influencia significativamente na adaptação da criança, no processo aprendizagem e na motivação, colaborando e estimulando positivamente caso haja um ambiente propício.

Teixeira & Volpini (2014) realçam ainda que o ambiente escolar deve conter um espaço dinâmico, organizado, limpo e seguro, que favorecer o desenvolvimento da criança, porém para isso se faz necessário também que o professor realize o seu planejamento promovendo a interação, estimulando a competitividade e as atitudes cooperativas, o que condiz com Silva, Oliveira, Bazon & Cecílio (2013) no quesito de o professor constitui um modelo ao aluno, tendo assim influencia acerca das formas como os estudantes interagem.

Colaborando com tal pensamento a autora Rosa (2010, p. 150) reforça que se faz “necessário resgatar o papel do professor enquanto educador, para que além de garantir aos seus alunos a possibilidade de uma ascensão profissional, possam também contribuir para torná-los pessoas críticas e conscientes de suas responsabilidades”.

Contudo, a relação docente e aluno no pensamento de Rosa (2010, p. 152) podem ser positivas ou podem ser fontes de conflitos, uma vez que ambos:

Fazem parte de diferentes posições e expressam opiniões diferentes, muitas vezes distanciadas pela diferença de idade, de origem e posição social e até mesmo pela linguagem utilizada pôr ambos, e com isso os alunos acabam fechando-se entre si, não permitindo uma relação mais harmoniosa, causando desta forma um confronto no convívio escolar, no qual nas formas de relacionamento corre-se o risco de um comportamento autoritário do professor, estimulando os alunos a se afastarem ou criar situações conflituosas.

Além disso, no que se tangem ao profissional, para Rosa (2010, 151) é necessário que haja comprometimento “com o desafio de educar, ensinar, seja motivador, criativo, possua bom relacionamento com o aluno, sabendo administrar conflitos e ajudando a tornar o ambiente escolar um local prazeroso de se estar”.

Outro fato de grande relevância quanto a importância do professor é que levando em consideração o tempo em sala de aula e sua experiência, eles acabam ficando em uma posição privilegiada para observarem e intervirem em situações de violência que possam ocorrer (Troop-Gordon & Ladd, 2015).

Tal situação é reforçada ainda por Araújo & Gomes (2014, p. 9) “no que se refere a conflitos no âmbito escolar em especial na sala de aula, sua importância fica mais evidente, principalmente se o conflito envolver seus alunos e seu desempenho escolar”.

Logo, a realidade da violência escolar pode ser modificada a partir, como destaca Rosa (2010, p. 151):

Do momento que a interação professor aluno passe a fazer diferença, ambos, professor e aluno são peças chave para o sucesso da escola e de resultados positivos para a educação, entende-se que se educandos e educadores caminham para o entendimento desenvolvendo uma relação de respeito mútuo, a solução do problema pode estar mais próximo.

Diante do exposto a relação professor-aluno é um artifício fundamental no processo de ensino-aprendizagem, e de acordo com Rosa (2010) sempre haverá troca de conhecimento ou construção de novos conhecimentos, bem como novas experiências, e nesse cenário o docente não visto somente como quem ensinar, mas também como alguém que aprende com a realidade de vida de cada aluno.

Além da troca de experiência entre professor e aluno, na visão de Yoon, Sulkowski & Bauman (2016) muitos docentes possuem a crença de que garantir o bem-estar dos alunos constitui-se em uma atribuição da sua profissão, logo se tornam mais engajados na prática pedagógica.

Diante dos casos de bullying, para Bazon & Silva (2017, p. 621) as crenças dos docentes:

Subsidiar suas ações ou suas não-ações diante do bullying, assim como as suas experiências presentes e passadas, é importante que intervenções antibullying considerem as características pessoais dos professores, no sentido de fortalecer os mais inseguros e sensibilizar os mais alheios às agressões e às vítimas, além de capacitar a todos, indistintamente, no tocante às estratégias de prevenção e de intervenção apropriadas/efetivas.

No que se refere à prática pedagógica dos professores os autores Araújo & Gomes (2014, p. 10) ressaltam que:

Que ensinar é muito mais que transmitir conhecimentos e que os professores precisam se conscientizar e reformular seus modos de trabalho, pois muitos descuidam de refletir sobre a aula que vão ministrar, possuindo maneiras autoritárias que quase sempre levam ao preconceito diante do aluno, e que as consequências desses atos reprimem o educando e semeiam nele sentimentos de conformismo, passividade e desmotivação.

Como visto, os autores Araújo & Gomes deixam claro que a função do professor vai além da transmissão de conteúdo, o docente tem ainda a função social, que significa auxiliar a criança no seu desenvolvimento emocional também, visto que o professor possui grande influência na vida e no comportamento de seus educandos.

O professor é como se fosse um guia os alunos, orientando os caminhos que os discentes devem seguir, ajudando a construir um cidadão mais consciente e crítico, condizendo com Dantas, Moraes, Silva & Araujo (2017) a atividade docente deve ser compreendida como uma das atividades da educação, não somente pela construção do conhecimento, mais também como um processo social.

Neste cenário, o professor precisa ter uma atuação focada em uma educação diferenciada de cunho social. Como destacado por Silveira, Silva, Souza & Lorenzetti (2022) a formação de um indivíduo para viver em sociedade precisa estar pautada em um desenvolvimento da criticidade e da responsabilidade social, capacitando assim a pessoa para lidar com as diversas problemáticas de uma sociedade que interferem no convívio coletivo.

Um dos grandes problemas vivenciados na sociedade é o crescente índice da violência no ambiente escolar. De acordo com Giordani, Seffner & Aglio (2017) ela vem assumido um caráter sistemático e que provoca diversos efeitos no desenvolvimento educacional e psicológico das vítimas e nos agressores.

Assim, a autora Rosa (2010, p. 149) relaciona que muitos casos de violência estão ligados “com falta de relacionamento dos professores com os alunos, dificuldades em lidar com estudantes de camadas sociais diferentes, despreocupação ou falta de conhecimento no transmitir a utilidade daquilo que ensina”, corroborando assim com Santos (2011, p. 28) no sentido de que “ainda pode-se perceber a falta de informações suficientes, para compreender o problema e evitá-lo”.

De acordo com Pacheco (2008, p. 138):

O conflito é um processo natural da sociedade e um fenômeno necessário para a vida humana, podendo ser um fator positivo para a mudança e o crescimento pessoal ou um fato negativo de destruição, dependendo da forma de regulá-lo. O conflito não é bom, nem mau, simplesmente existe. Nessa dimensão, não se pode confundir conflito com violência. Ambos estão relacionados entre si, mas, de forma alguma, podem ser considerados sinônimos.

Neste sentido, para Santos (2011, p. 29) “o conflito é gerado pelo desentendimento e as diferenças nas relações sociais, na qual é vista e aceita como um processo de amadurecimento do sujeito”, contudo observa-se que muitas vezes esses conflitos acabam criando espaço para o desenvolvimento de um cenário de violência.

Mesmo diante do crescente nível de violência nas escolas, o autor Pires (2013, p. 10) revela que “poucas têm a consciência de sua existência ou mesmo das graves consequências advindas desses atos cruéis e intimidadores e que em muitos casos ele é confundido com a indisciplina ou mesmo brincadeira própria de crianças, é que este trabalho se sustenta”.

Como apontado por Pires muitas instituições de ensino não possuem o discernimento da real gravidade da violência gerada pelo bullying, e em muitos casos o bully é confundido com uma simples brincadeira em os alunos, e podendo ainda ocorrer na presença do professor.

Para Oliveira (2018) a ocorrência do bullying na presença do docente pode ser relacionando a falta de atenção devido à sobrecarga do trabalho, como: lista de conteúdos para ministrar, cadernetas para preencher entre outros, ou ainda devido às salas de aulas superlotadas, ou até mesmos por domínio da temática. Todos esses fatos contribuem para o descontentamento dos profissionais, e com isso acabam por muitas vezes se limitam somente aos conteúdos do currículo (Belotti & Faria, 2010)

Logo, Bazon & Silva (2017, p. 617) apontam ainda que:

Uma característica pessoal dos professores que influencia sua capacidade para identificar e lidar adequadamente com as situações de bullying, em sala de aula, diz respeito à formação que têm sobre o tema, especificamente ao nível dos conhecimentos adquiridos acerca de suas principais características, formas de intervenção, entre outros aspectos de natureza teórica/conceitual.

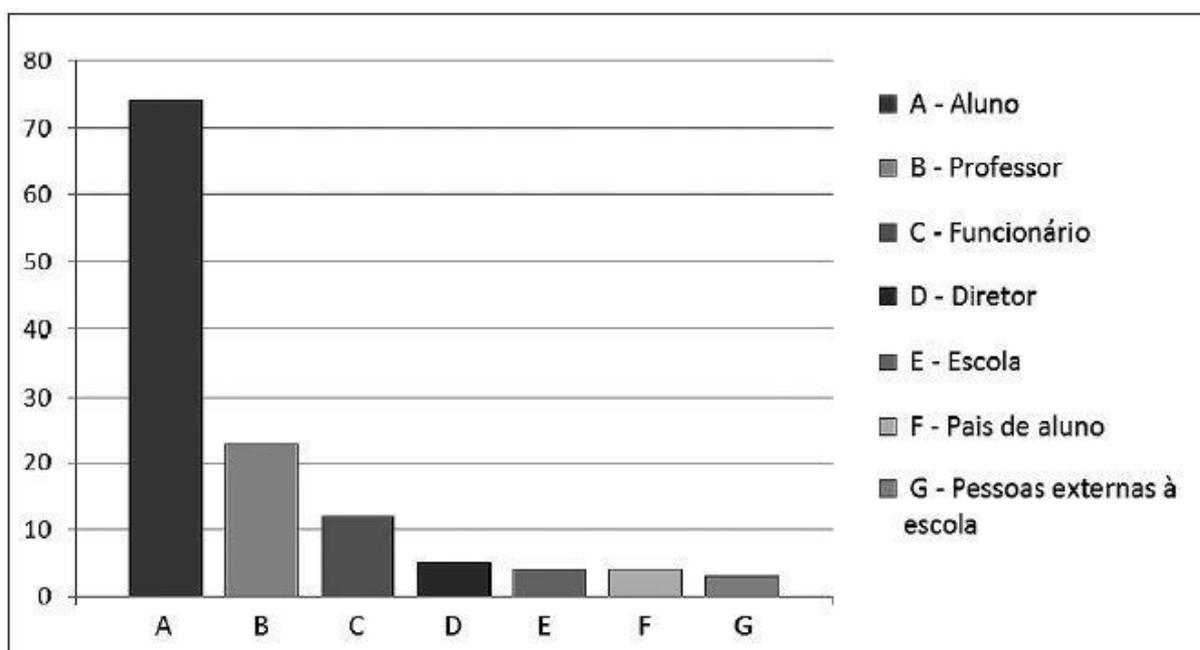
Neste sentido, para Bazon & Silva (2017, p. 618-619) a falta de domínio acerca da temática “consistente a um baixo nível de eficácia para identificar e manejar adequadamente as situações de bullying na escola, lembrando que intervenções ineficazes em geral agravam as agressões em curso”.

Além disso, para Oliveira (2018, p. 311):

Há casos que o próprio professor pode chamar a atenção de um aluno de uma forma que o expõe, dando assim exemplo inadequado para os outros [...], dar risadas com as zombarias dos outros alunos, com piadas e apelidos, muitas vezes colocando ele mesmo apelidos.

Em um estudo desenvolvido por Lisboa (2002), em Porto Alegre com alunos de escolas públicas municipais, apontou os principais problemas relacionados aos professores são as agressões verbais dos professores (Figura 4), muitas vezes sem uma causa aparente.

Figura 4. Quem comete violência em espaço escolar.



Fonte: Recuperado de https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S2175-62362018000200471&script=sci_abstract&tlng=pt.

Como visto na figura e também mencionado por Lisboa (2002, p. 479) o professor também é protagonista de violência no ambiente escola, mesmo de forma inconsciente, Silva & Silva (2018) relatam que comum que “os alunos revidada na maioria das vezes, sempre lembrando que os conflitos entre alunos e professores ocorrem dentro da sala de aula em pleno processo de ensino e de aprendizagem”.

Na concepção das autoras Silva, Sousa e Pereira (2012, p. 5) é comum que ao praticar o bullying o docente venha buscar meio para justificar tal conduta:

Os educadores que cometem o bullying, geralmente, acham que sua conduta abusiva é justificada e costumam alegar provocação por parte de seus alvos. Na maioria das vezes disfarçam seu comportamento como “motivação” ou como uma parte apropriada do ensino. Também disfarçam os seus excessos justificando como uma resposta disciplinar ao comportamento inaceitável do

aluno. O aluno, no entanto, está submetido à humilhação deliberada que não pode nunca servir a um propósito educativo legítimo.

Todavia, tal comportamento não possui justificativa, visto que em sala de aula o professor dever ser o exemplo a ser seguindo, e diante de sua postura inadequada acabar prejudicando a aprendizagem do aluno, pois como apontado por Passos (2012, p. 34) “frente ao conflito com professores, as crianças agem de forma passiva, sem fazer perguntas, temendo castigos ou punições”.

Para Santos (2016) essa relação de conflito entre professor e aluno é marcada por uma manifestação que busca a afirmação de poder entre os envolvidos, na visão de Ferreirinha & Raitz (2010, p. 369) a origem da “palavra poder, que vem do latim vulgar *potere*, substituído ao latim clássico *posse*, que vem a ser a contração de *potis esse*, ser capaz; autoridade”.

De acordo com Novais (2004) as principais implicações de comportamento podem vim a desencadear comportamentos como: a indisciplina; a falta de confiança do aluno em si mesmo, uma vez que fica dependente da aprovação do professor; a ausência de diálogo entre professor e aluno; imposição de decisões, normas e regras; a exigência de respeito para com o professor, sem que ele conceda o mesmo a seu aluno; e falta de afetividade.

O Novais (2004, p. 21) relata ainda que a obediência por parte dos alunos para com os professores se dá pela obrigação:

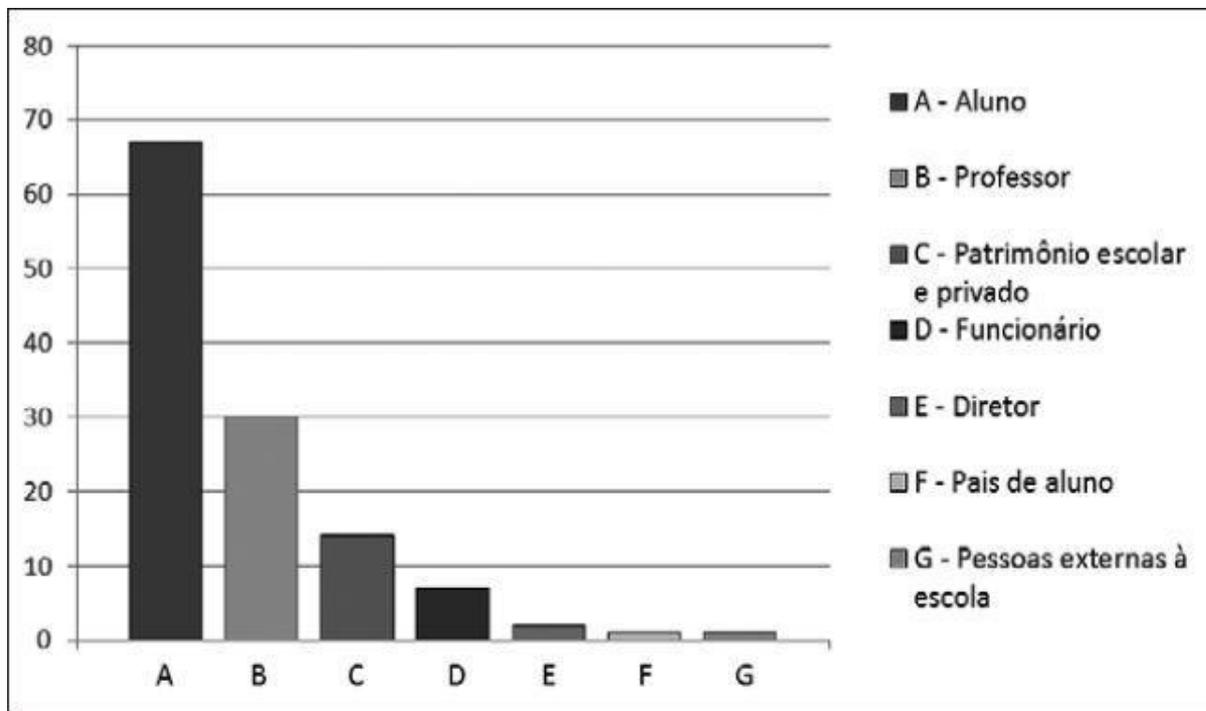
[...] não têm escolha, ou seja, obedecem, mas não respeitam, gerando assim um círculo vicioso: os estudantes não respeitam o professor, que se torna mais autoritário e utiliza mais instrumentos de coação, gerando mais indisciplina e conseqüentemente [sic] menos respeito por parte dos alunos.

Mediante isto, os professores acabam usando com mais frequência o seu poder de autoridade em sala de aula, e tal uso de autoridade vem ocasionando diversas formas de violência, sendo que para Santos (2016, p. 6):

As circunstâncias que envolvem manifestações violentas são conseqüências das práticas cotidianas de discriminação, preconceito, do abuso da autoridade e do poder presente no mundo adulto ou do despreparo para se criar mecanismos de controle de situações de conflito na vida em geral ou na gestão escolar.

Além de praticar bully, há casos em que os docentes também são vítimas, como mostra a figura 5.

Figura 5. Quem sofreu bullying na escola.



Fonte: Recuperado de https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S2175-62362018000200471&script=sci_abstract&tlng=pt.

Partindo do exposto na figura, visivelmente alunos e professores são as principais vítimas do bullying na escola, e que esses personagens “convivem o maior tempo em sala de aula, apontando que ato de ensinar e o de aprender ocorrem em meio a sérios conflitos de natureza social/relacional, o que certamente traz implicações à qualidade de tais atos” (Silva & Silva, 2018, p. 477).

Para Silva & Silva (2018, p. 477) o entendimento do dado apresentado revelar, principalmente em relação a participação do professor que:

Mesmo sendo eles significativamente em menor número do que os alunos e estejam ocupando no gráfico uma posição abaixo da metade da posição dos alunos. Tal dado expõe um dos lados sombrios da escola brasileira e constitui a primeira chave do engendramento da violência.

Em concordância com o estudo de Silva & Silva (2018) é válido ainda relatar que há casos em que o professor agir de forma agressiva com seus alunos, seja por estresse do

serviço ou mesmo pela impaciência. Desta maneira, segundo Silva, Sousa & Pereira (2012, p. 5) o docente acaba se tornando um mau exemplo para seus alunos e criando “um ambiente hostil insustentável no ambiente escolar; poderá reduzir a aprendizagem e a capacidade dos alunos atingirem um bom desempenho”.

Quanto ao comportamento do docente, Araújo & Gomes (2014, p. 16) comentam que os estudantes almejam que os professores sejam éticos e que tenham empatia em seu trabalho, pois essas características contribuem para o processo de ensino-aprendizagem. Além disso, os educandos querem ser vistos pelos docentes como sujeitos de direitos e dignidade, que também possuem conhecimento. Mediante isto, é importante que a relação professor-aluno seja revista, pois é um componente de extrema importância para o sucesso do processo ensino-aprendizagem (Passos, 2012).

Essa relação entre o professor possibilita muito mais que somente a troca de conhecimento, em certas situações o professor é visto como um exemplo, até mesmo como amigo, de acordo com Siqueira & Silva-Neto (2011, p. 7) o docente possui a sensibilidade de lhe dá com a realidade de cada criança, “a sensibilidade do professor torna-o capaz de entender os estágios de desenvolvimento da criança, fazendo-o vivenciar um mundo de imaginação, sonhos, alegria”.

Colaborando Pavan (2007, p. 45) diz que importante:

Ter consciência de que o papel do professor é de extrema importância para se obter na sala de aula um clima de respeito mútuo, fazendo com que os alunos entendam a importância de se respeitar o colega, de se dialogar ao invés de ofender e brigar é fundamental ao educador e futuro educador.

Fica claro que de ambos os autores discorrem sobre a importância de uma relação saudável entre o professor e os alunos, pois a mesma é um ponto chave para um ambiente harmônico e com menos conflitos, visto que infelizmente os conflitos interpessoais, se fazem cada vez mais presente nos ambientes escolares.

Logo, no pensamento de Placco (2002) é essencial prevenir a violência no ambiente escolar, e os professores são indispensáveis, colaborando Rosa (2010, p. 148) esclarece que os mesmos “não devem assumir comportamentos que induzam violência física ou moral para com os alunos”.

Na visão de a autora Placco (2002, p. 364):

A escola pode atuar na prevenção à utilização da violência por meio de projetos que considerem como ponto de partida e vulnerabilidade dos jovens,

que mobilizem os professores em torno de uma tarefa coletiva, que se utilizem dos vínculos da escola com a comunidade, valorizando especialmente a participação dos pais.

Como evidenciado na seção a relação do professor com os alunos contribui não somente para a construção do conhecimento científico, mas também para a formação do aluno como indivíduo crítico e consciente perante a sociedade. Assim, a função social do professor ultrapassar os muros da escola.

2.3. Relação aluno e aluno

A relação dos alunos com os colegas de escola dentro e fora do ambiente escolar contribui para o desenvolvimento de habilidades e competências sociais, influenciando o desenvolvimento social, emocional e acadêmico dos mesmos.

Durante a vida educacional é comum às divergências entre os alunos, até mesmo a violência seja física ou não, o que se caracteriza o bullying. Esses atos de acordo com Fante & Pedra (2008) são devidos o fato de o educando recusar a entender a diferença, gerando a intolerância e do desrespeito, Pires & Moretti (2016) reforçam a ideia de que a escola tem si tornado um lugar privilegiado de violência.

Dentre os principais motivos de desentendimento entre os alunos está relacionado ao fato de serem apelidas, humilhados e excluído, segundo Pires & Moretti (2016) essas atitudes revelam uma relação de poder entre os alunos.

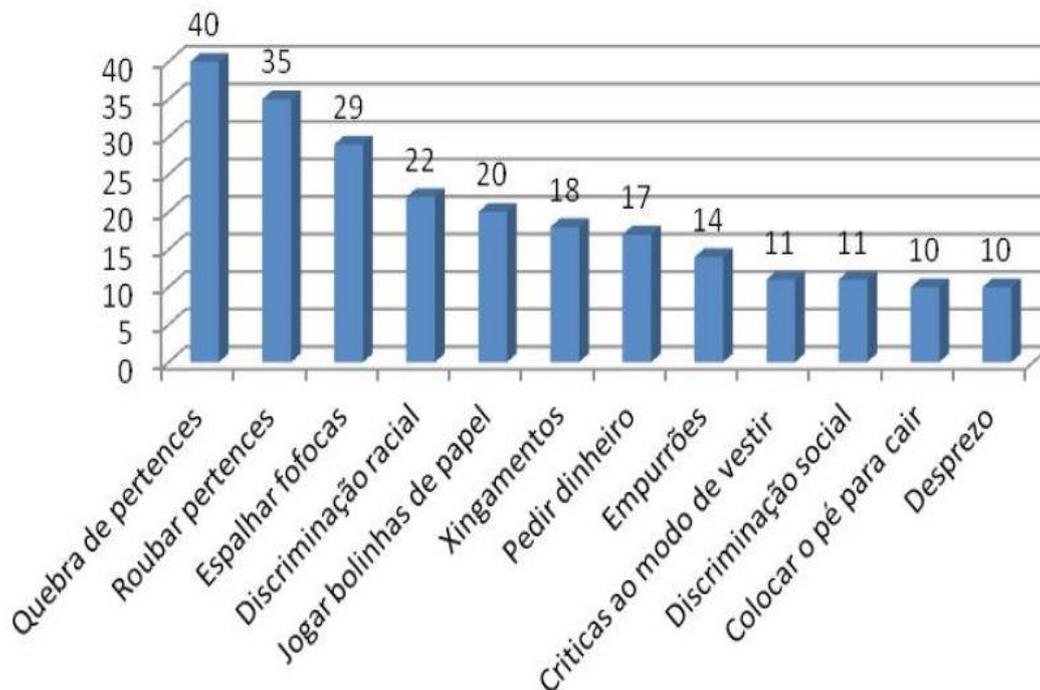
Esses atos de violência muitas vezes deixam marcas nos alunos e alguns não conseguem supera-los e nem conviver frequentemente com as agressões, o que para Humpel, Bento & Madaba (2019, p. 383) “muitas vezes levam à evasão escolar e geram problemas psíquicos dos alunos que sofrem bullying”.

Para Fonseca & Santo (2014, p. 364):

Tais atitudes, que começam frequentemente pela recusa da aceitação de uma diferença, seja ela qual for, mas sempre envolvendo religião, raça, estatura física, peso, cor dos cabelos, deficiências visuais, auditivas e até mesmo vocais, amplia-se para a não aceitação também das diferenças de ordem psicológica, social, sexual e física.

Não somente as agressões mencionadas pelos autores anteriores são vivenciadas pelos alunos, como mostra a Figura 6.

Figura 6. Tipo de agressão sofrida pelos alunos.



Fonte: Recuperado de <http://www.seer.ufu.br/index.php/emrevista/article/view/28032>.

A figura acima revelar vários tipos de agressões que são práticas com o intuito de causar danos as pessoas seja preguiço físico como no caso de roubar e quebrar pertences, além desses tem ainda os danos psicológicos como os xingamentos e apelidos, colaborando Fonseca & Santo (2014, p. 370) expressam que esses “atos chamam atenção para alguma característica que sirva de foco para agressões, tais como: obesidade, baixa estatura, deficiência física ou aspectos culturais, étnicos ou religiosos”.

Como visto o bullying ocorrer de várias formas, e na visão de Pedra & Fante (2008, p. 41) os agressores simplesmente “elegem um colega que tenha em seu aspecto físico ou psicológico traços que denunciam ser ele uma presa fácil aos ataques. Portanto o bullying nasce da recusa a uma diferença, da intolerância, do desrespeito ao outro”.

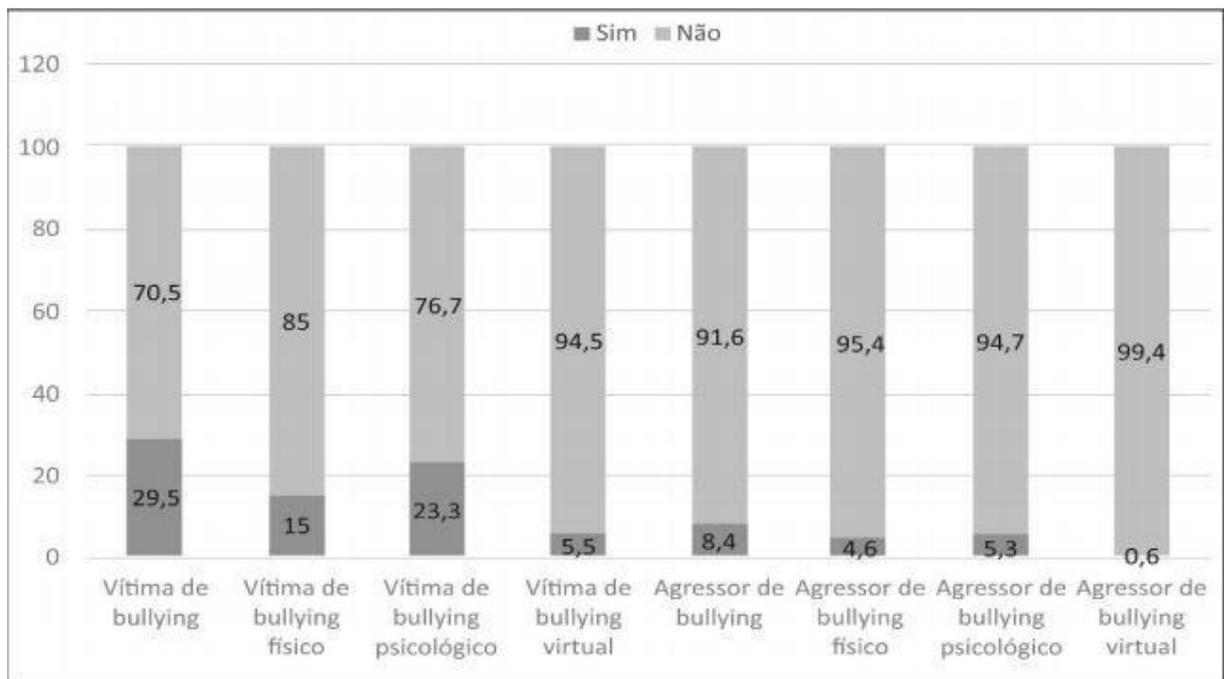
Concernente, muitas crianças e adolescentes são excluído, e de acordo com Silva (2018, p. 18) esse fato é bastante frequente:

No recreio encontram-se isoladas do grupo, ou perto de alguns adultos que possam protegê-las; na sala de aula apresentam postura retraída, faltas frequentes às aulas, mostram-se comumente tristes, deprimidas ou aflitas; nos jogos ou atividades em grupo sempre são as últimas a serem escolhidas ou

são excluídas; aos poucos vão se desinteressando das atividades e tarefas escolares; e em casos mais dramáticos apresentam hematomas, arranhões, cortes, roupas danificadas ou rasgadas.

Nos casos violência, especificamente no caso dos bullies, as pessoas são vítimas não apenas uma vez, e frequentemente são agredidas, como pode ser visto na figura 7.

Figura 7. Recorrência do bullying.



Fonte: Recuperado de https://www.researchgate.net/profile/Francisco_Miranda5/publication/323544651_BULLYING_PREVALENCIA_E_FATORES_ASSOCIADOS_A_VITIMIZACAO_E_A_AGRESSAO_NO_COTIDIANO_ESCOLAR/links/5a9d443ca6fdcc3cbacdf1fb/BULLYING-PREVALENCIA-E-FATORES-ASSOCIADOS-A-VITIMIZACAO-E-A-AGRESSAO-NO-COTIDIANO-ESCOLAR.pdf.

A figura a recorrência dos atos de violências são frequentes, não somente para a vítima que sofre com o bully quase que diariamente, mas também para o agressor, segundo Ens, Eyng & Gisi (2013, p. 789) é evidente que alguns alunos assumam de modo frequente comportamentos de agressores e outros de vítimas e, quando as vítimas não suportam mais as agressões, podem provocar atos extremos, como homicídio ou suicídio.

Levando em consideração repetição do bullying é interessante que no ambiente escolar esteja sempre atento ao lidar com essa diversidade, e elaborando estratégias que possibilitem convivência harmoniosa do grupo favorecendo as interações (Silva, 2013).

Neste sentido as relações estabelecidas entre os alunos são cercadas de conflitos, o que na visão de Silva (2013, p. 21) “é compreensível, pois esses indivíduos passam muitas

horas dentro de um espaço repleto de regras, muitas vezes dotados de mecanismos coercitivos, onde o aluno deve respeitar a hierarquia, pode tornar-se um desafio a quebra das normas”.

Portanto, é imprescindível que a escola crie medidas para estimular a socialização entre os alunos, e segundo Silva (2017, p. 8) esse processo envolve importantes carinhos, entre eles:

[...] afetos e valores importantes legados pela família, chega incompleta à escola. Então desde de cedo a escola se torna a “segunda casa” das crianças. E por isso é importante que o processo que socialização seja bem feito, pois esse é o início da construção da criança como um indivíduo social.

Esse momento de socialização se torna importante para promover a aproximação entre os alunos, uma vez que para Carraro, Prado, Silva, Radünz, Kempfer & Sebold (2011, p. 250) “constitui um espaço coletivo, onde os alunos compartilham as sínteses coletivas dos conteúdos desenvolvidos, as vivências de aprendizagem, as situações saúde-doença, as questões de aprendizagem”.

Todavia, segundo Fonseca & Santo (2014, p. 364) “conviver com outras pessoas que não comungam das mesmas ideias e nem de valores em comum, e, ainda assim, é preciso que essas sejam legitimadas nas suas diferentes formas de pensar e agir”.

Sob essa ótica, Cunha & Lemos (2010, p. 48) relatam ainda que no ambiente da sala a convivemos se dá:

Numa relação de diálogo com a diversidade, já que cada integrante que compõe esse universo plural possui uma história, um estilo de pensamento, sentimento e ação que interatuam numa complexa rede de relações, em que se afetam mutuamente e têm possibilidades de transformação.

Sob a luz do exposto fica claro que a escola é um local repleto de heterogeneidade, o que influencia diretamente na relação entre os alunos, havendo desta maneira disparidade de ideais. É válido deixar claro que em meio a desigualdade observada no ambiente escolar, o professor possui um importante papel na construção da identidade os alunos, através dos ensinamentos e experiências.

2.4. Relação escola e família

A escola e família representam os dois maiores grupos que a criança tem contato deste quando nascer, é nesse convívio que se formam o caráter, diante disso segundo Passos & Ribeiro (2016, p. 14) “seja qual for a realidade do contexto familiar, escolar ou social, é natural que, em ambiente pouco acolhedor, no qual há violência física, verbal, psicológica ou social, haja tensão”, logo essa realidade irá influenciar diretamente no desenvolvimento da criança.

E quando se falar dessa relação para o sucesso do aluno, visto que para Silva (2013, p. 18) ambos são “os principais agentes de socialização do ser humano, o que permite ao indivíduo viver em sociedade de acordo com as heranças culturais que lhe foram passadas desde o seu nascimento”.

Partido de tal pressuposto, Silva (2013, p. 18) esclarece que:

O papel familiar no desenvolvimento do indivíduo é fator preponderante para que este estabeleça relações saudáveis. Quando a família falha no processo de socialização de seus membros, estes podem apresentar comportamentos inadequados como envolvimento com a marginalidade e obtenção de resultados insatisfatórios na escola como repetência e evasão escolar além de comportamentos agressivos e antissociais.

Na concepção de Bazon & Silva (2017, p. 624) “a autoridade familiar é importante à socialização de crianças e adolescentes, mas seu exercício é limitado, em se tratando dos eventos que se processam na escola, no interior das salas de aula”.

Entretanto, segundo a literatura é normal que muitos educadores e pais vejam o bullying como sendo um como comportamento natural da idade, logo isso reforça o ideal de alguns outros no sentido de afirmarem que muitos os pais/responsáveis são leigos em relação ao bullying, o que faz com eles que ajam de forma limitada, senão inadequada, junto aos filhos (Oliveira, Silva, Yoshinaga & Silva, 2015).

Todavia, há algumas características simples que podem ser observadas nas vítimas, tais como queda do rendimento escolar e resistência em ir à aula (Galli, 2017). Ainda em relação às características que os professores e pais podem observar, Silva (2012, p. 10) aponta que:

No recreio encontram-se isoladas do grupo, ou perto de alguns adultos que possam protegê-las; na sala de aula apresentam postura retraída, faltas frequentes às aulas, mostram-se comumente tristes, deprimidas ou aflitas; nos jogos ou atividades em grupo sempre são as últimas a serem escolhidas ou

são excluídas; aos poucos vão se desinteressando das atividades e tarefas escolares; e em casos mais dramáticos apresentam hematomas, arranhões, cortes, roupas danificadas ou rasgadas.

Levando em consideração o pensamento da autora Bittencourt (2012) é preciso imprescindível compreender o fenômeno do Bullying como sendo um problema que poderá implicar em diversas consequências catástrofe para a pessoa que passar por esta experiência. A autora relata ainda que tal conduta quando vista como inofensiva, acarreta diversos sofrimentos como: “dor, angústia para a vítima, podendo causar diversos distúrbios psicológicos, capazes de chegar a tragédias” (Bittencourt, 2012, p. 217).

O comportamento de intolerância, de agressividade, ou seja, as transgressões realizadas pelas crianças que, longe de seus responsáveis, é devido ao fato de que elas consideram ter autonomia para criar e seguir suas próprias regras, agindo assim conforme suas vontades (Silva, 2013).

Diante disso a autora Rosa (2010, p. 150) diz que:

As famílias precisam estar atentas ao comportamento dos filhos dentro e fora da escola, relação com professores e colegas, cumprimento das atividades, respeito ao próximo, frequência as aulas, contado com a direção da escola e professores, vigiar amizades, é preciso estar a par da situação. Se a família se compromete com seu papel estará contribuindo com o bom andamento escolar do aluno.

Na citação descrita fica evidente a importância do acompanhamento da família, além disso Frick (2016, p. 96) aponta que é importante que os pais mantenham “um canal de diálogo com o filho, evitando responsabilizações ou culpabilizações; buscar ajuda da escola; não utilizar de violência contra os agressores, nem incentivar que o filho reaja de forma agressiva ou que tente resolver sozinho o problema”.

Neste caminho, Medeiros (2014, p. 55) esclarece que “o pai/mãe é o responsável pelas atitudes deste estudante, seja ele agressor ou vítima, pois os mesmos são considerados incapazes quando menores de dezesseis anos e não possuem recursos para tal ressarcimento”.

Ainda em relação participação do grupo familiar no combate ao bullying, a autora Rosa (2010, p. 150) relata também que:

A percepção da família e da escola no sentido de perceberem a ação de educar como responsabilidade de ambos e que cruzar os braços e esperar que os resultados venham e se conformar com tal situação é o mesmo que concordar que essas crianças sejam apenas mais uma na imensidão, onde não são respeitadas e valorizadas enquanto seres humanos.

Neste caminho, a prevenção da violência na escola está relacionada com todo o corpo educacional e com a participação da família, o que condiz com Neto (2005, p. 169), visto que o autor afirma que “o envolvimento de professores, pais e alunos é fundamental para a implementação de projetos de redução do bullying”.

Na pesquisa realizada por Trevisol & Campos (2016, p. 278) a relatos de professores, nos quais eles alegam que a responsabilidade da formação do aluno não é somente da escola, mais também da família e da sociedade, na concepção de um dos professores a escola “tem a responsabilidade de cultivar a boa convivência entre os alunos. Mas a escola não é culpada pelo caso de bullying que venha a acontecer [...] O aluno é responsável pelas próprias atitudes, e conseqüentemente os pais, pela educação que dão aos filhos”.

Nesta alusão, Botler (2015, p. 722) diz que “na relação entre violência e educação, deve-se distinguir os tratamentos paliativos dos preventivos, bem como se faz necessário contextualizar aquilo que é concebido pelos sujeitos que as praticam ou são vitimizados”.

Rosa (2010, p. 154) reforça que “a prevenção deve começar em casa, com a devida educação e repasse de valores éticos e morais aos filhos, mas quando isso não é suficiente [...] cabe à escola promover essa reflexão”.

Logo, diante do exposto anteriormente, Trevisol & Campos (2016, p. 278) esclarecem que:

A responsabilidade não deve ser totalmente delegada nem à família, nem à escola, mas sim que ambas devem buscar meios de orientar as crianças e os adolescentes perante tal problemática, constituindo-se o diálogo numa ferramenta de extrema importância tanto para o esclarecimento de dúvidas em relação ao fenômeno bullying quanto para a relação de confiança que deve haver entre aluno, professor, filhos e pais, para que o educando sinta-se seguro e encorajado a agir do modo mais habilidoso possível perante tais situações.

Além disso, de acordo com Trevisol & Campos (2016) acredita-se que o diálogo familiar é a melhor forma de combate e resolução dos problemas de como o bully, e que a família deve acompanhar, conhecer e fazer parte da vida dos filhos, bem como garantir um ambiente saudável.

Concernente para Borsa, Petrucci & Koller (2015, p. 43) os pais:

Podem fornecer informações importantes sobre a família e sobre os comportamentos da criança fora do ambiente escolar e assim contribuir para uma melhor compreensão dos fatores motivadores e mantenedores dos comportamentos agressivos e da vitimização da criança em situações de bullying.

Sob a luz do exposto, a relação da família com a escola contribuir significativamente para a diminuição dos atos violentos, além é claro para o melhor desenvolvimento do aluno, visto que em muitos casos a participação dos pais na educação funcionar como uma alavanca para o sucesso do educando.

3. AS LEIS BRASILEIRAS EM RELAÇÃO AO FENÔMENO BULLYING

Nesta seção serão abordados temas relacionados à legislação e programas, com enfoque no fenômeno do bullying, onde primeiramente apresenta-se o Estatuto da Criança e do Adolescente, em seguida será feita uma abordagem do projeto justiça na escola, e mais adiante sobre o programa de combate à intimidação sistemática, e para finalizar o tópico explana-se um sobre a violência psicológica e a lei 13.431/2017.

3.1. O estatuto da criança e do adolescente

O Brasil em seu percurso histórico é marcado pela desigualdade e violações dos direitos, seja no véis econômico, educacional ou social, quanto a isso segundo Castro & Macedo (2019, p. 127):

os limites derivados de ausências e fragilidades democráticas, em um país marcado por violações como o Brasil, impactou ao longo da sua história, na exclusão de setores importantes da população, que colocou na margem do Estado e das políticas: crianças, adolescentes e jovens.

No que se refere às mudanças ocorridas com foco nos direitos das crianças e dos adolescentes, pode se destacar a década de 90, com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) a partir de então iniciou-se uma fase de transformadora para crianças e adolescentes brasileiros (Santos, Torres, Nicodemos & Deslandes, 2009).

Na visão dos autores Castro & Macedo (2019, p. 1220):

O ECA consegue ultrapassar a visão de assistencialismo para a afirmação de direitos, a de delinquência para a de proteção integral. Rompe também a barreira da diferenciação entre as crianças e adolescentes que vivem ou não em situação de vulnerabilidade, para a promoção do desenvolvimento integral.

Tal fato é decorrente de um extenso cenário de lutas e conquistas acerca da proteção desse grupo da sociedade, a partir de então as crianças e adolescentes passaram a ser considerados sujeitos de direitos.

Quanto se falar em direitos da criança e do adolescente, é válido esclarecer que o ECA faz uma separação entre os sujeitos levando em consideração a idade cronológica, como destacado por Brasil (2012, p. 11) no Art. 2º “considera-se criança, para efeitos desta lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoitos anos de idade”.

Na visão do ECA, tanto a criança quanto o adolescente são considerados sujeitos de direitos, conforme Brasil (2012, p. 11) o Art. 3º “a criança e ao adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta lei”. Ainda sobre o Art. 3º do ECA, Brasil (2012) aponta que o mesmo garante a criança e ao adolescente as condições necessárias a fim de permitir o pleno do indivíduo, físico, mental, moral, espiritual e social, enfatizando ainda condições que reforcem a liberdade e de dignidade da pessoa.

Os autores Santos, Torres, Nicodemos & Deslandes (2009, p. 44-45) apontam que o ECA traz seu corpo uma conjuntura que visa garantir os seguintes pontos:

A visão social da infância reconhecendo a especificidade da criança e do adolescente como pessoas em condição peculiar de desenvolvimento e com direito à proteção especial devido à sua condição etária; Concepção jurídico-político-social, que institui a doutrina da “proteção integral”; Constitucionalização dos direitos da criança; Políticas sociais municipalizadas, as quais constituem-se através de conjunto de ações governamentais e não governamentais, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios.

Como pode ser visto o ECA em seus artigos faz menção aos direitos das crianças e dos adolescentes, dentre estes Brasil (2012, p. 12) destaca o Art. 5º apresenta que “nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais”.

Em relação a punição dos infratores, Junior (2014, p. 41) diz que nesses casos “os pais são chamados a acompanhar, de modo direto, as punições que poderão ser aplicadas, tais como multas, expulsões, processos judiciais e, em casos extremos, o isolamento em centro especializado”.

Adiante, ainda no Estatuto da Criança e do adolescente, no Capítulo II sobre os direitos a liberdade, ao respeito e a dignidade, Brasil (2012, p. 12) apresenta ainda que no Art. 15 “a criança e ao adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Instituição e nas leis”.

Como destacado no Art. 15, todas as crianças e os adolescentes possuem o direito ser livre, de ter dignidade, para que isso seja garantido, segundo a autora Frick (2016, p. 13) “é dever de todos, mas principalmente dos adultos, velar pelo direito ao respeito, à liberdade e à dignidade de toda criança e adolescente, impedindo que lhes aconteça qualquer forma de violência, entre elas a física, a psíquica e a moral”.

Quando o ECA diz que tais sujeitos possuem o direito a liberdade, ele compreende os seguintes aspectos, como exposto por Brasil (2012, p. 14) no Art. 16:

I – ir, vir e estar nos logradouros públicos e espaços comunitários, ressalva das restrições legais; II – opinião e expressão; III – crença e culto religioso;

IV – brincar, praticar esportes e divertir-se; V – participar da vida familiar e comunitária, sem discriminação; VI – participar da vida política, na forma da lei; VII – buscar refúgio, auxílio e orientação.

Neste caminho, observa-se que o ECA como relatado por Castro (2002) trata dos direitos desse público, em diversas vertentes deste do direito de existir, ou seja direito a vida, a saúde e a alimentação; os direitos sociais, como educação, da cultura, e do lazer; e ainda o direito à integridade física e moral, referindo-se à liberdade, ao respeito, à dignidade.

Nesta linha de pensamento, a autora Barbiani (2016, p. 201) realça que “a legislação dá um privilégio legal à população infanto-juvenil devido ao seu valor intrínseco: são cidadãos em desenvolvimento e, dado o seu valor projetivo, são portadores do futuro”.

Ficando nítido a preocupação com o desenvolvimento desta população, para isso o ECA vem estabelecendo ainda que todo indivíduo tem o direito ao respeito garantido por lei, e com a criança e ao adolescente tal fato não é diferente, para Brasil (2012, p. 14-15) o Art. 17º do Estatuto vem reforçado com a afirmação que esses sujeitos têm “O direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, ideias e crenças, dos espaços e objetos pessoais”.

Além do já mencionado, o ECA faz ainda considerações acerca da questão sobre a dignidade da criança e do adolescente, reforçando no Art. 18 Brasil (2012, p. 15) diz que “é dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor”.

Ao abordar as questões relacionadas ao respeito e a dignidade das crianças e dos adolescentes é válido deixar claro que estes são elementos excelências para o desenvolvimento do indivíduo, com expresse pelas autoras Brambilla & Avoglia (2010, p. 111) “sem estes elementos, por onde se começa a reconhecer o valor de si, e reciprocamente admitir-se o valor do outro, é difícil criar-se o sentimento verdadeiro de liberdade, aquele ao qual se refere a cidadania, feito de cuidado com o bem comum”.

Mediante do já mencionado, é evidente que o ECA veio enfatizar e reforçar ainda mais os direitos das crianças e dos adolescentes, como reforçando por Santos, Torres, Nicodemos & Deslandes (2009, p. 44) garantindo-lhe “direito à proteção contra o extermínio, tortura, abuso e exploração sexual, tráfico, pornografia, prostituição, maus-tratos, abandono, trabalho penoso, negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”.

Logo, dentre os direitos que estão descrito no ECA, a não exposição a violência, é um dos principais pontos destacados no Estatuto, seja ela física ou psicológica, sendo que para Sena (2013, p. 20) “a violência é uma experiência aniquiladora para muitas crianças e tem como consequência o prejuízo do seu processo do desenvolvimento físico e psicológico”.

Uma das principais violências vivenciadas tanto por crianças e adolescente é o bullying, que como já mencionado nos tópicos anteriores, é um tipo de agressão que se faz uso principalmente da intimidação, e está presente com muita frequência no ambiente escolar.

Nesta ótica, é válido apontar que o ECA vai muito além da preocupação com a proteção da criança e do adolescente, ele envolve ainda viés relacionados a filosofias, economias e também a fatores políticos que não devem ser subestimadas (Oliveira & Milnitsky-Sapiro, 2007).

A grande virada feita pelo ECA, e que lamentavelmente o Estado resiste em compreender, é que, como um tratado de direitos humanos, ele mudou a máquina e a concepção de socializar crianças, outorgando-lhes o fundamental de suas vidas: um estatuto de sujeito (Pereira, 2003).

Tais modificações e implantações de leis direcionadas para a proteção e melhores condições de desenvolvimento desse grupo da população abriram um leque de projetos voltados para a conscientização da sociedade dos direitos da criança e do adolescente. Neste sentido, a legislação garante a segurança e o bem estar das crianças e dos adolescentes.

3.2. O projeto justiça na escola

É de senso comum que escola é um local de formação, não somente no sentido de proporcionar conhecimento científico aos alunos voltado para o mercado de trabalho, mas também de formar um indivíduo com opiniões e capaz de ser crítico quando necessário, logo a escola indica o caminho pelo qual o aluno vai se construindo ao longo de sua vida.

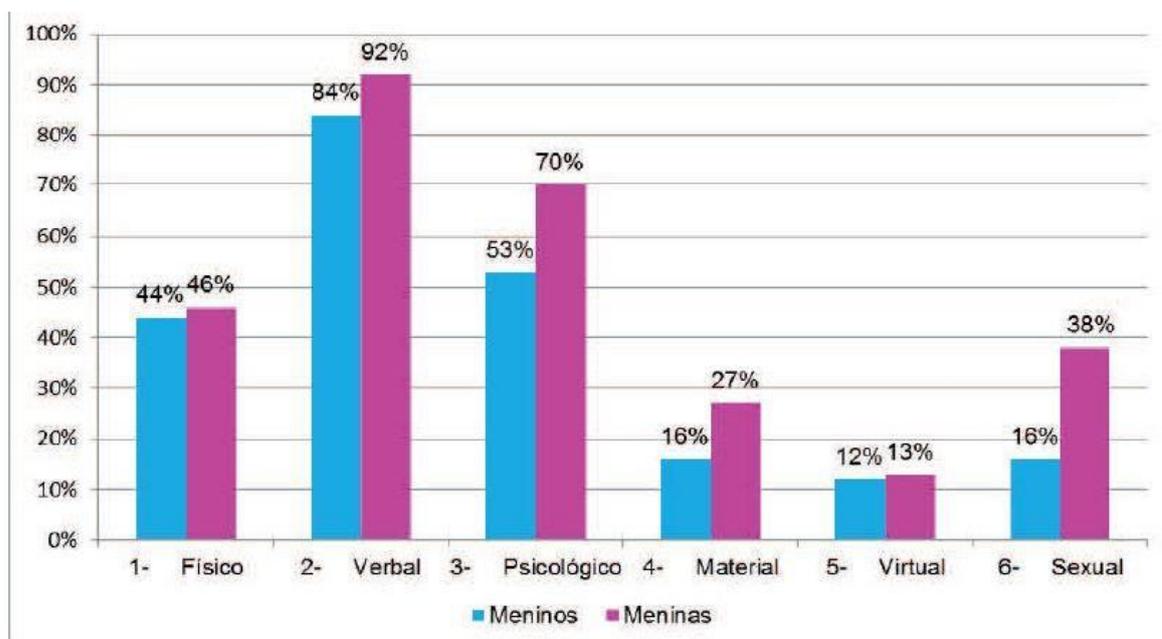
Para isso a escola precisa está preparada para lida com as diversas situações no ambiente escolar, e quando necessário desenvolver e aplicar projetos que auxiliem no exercício de sua função.

Dentre os projetos desenvolvidos nas escolas a temática sobre violência (bullying) vem ganhado destaque devido ao aumento de casos de bullying (Figura 8), para Silva & Rosa (2013, p. 331):

Esses programas de redução da violência que visavam alertar e orientar estudantes, pais, gestores e docentes escolares sobre a ocorrência de bullying, as formas de reduzir sua frequência e as graves consequências que pode provocar nas pessoas envolvidas, nas instituições de ensino e no próprio processo de formação e de consolidação da cidadania.

Daí a relevância da abordagem nas salas de aula, visto que de acordo Medeiros (2012, p. 73) “a escola, e o processo de educação, está no centro desta discussão. Por meio dela, o indivíduo seria capaz de perceber quando está sendo vítima da violência simbólica e de agir contra a sua legitimação”.

Figura 8. Tipos de bullying sofridos por meninos e meninas na educação básica.



Fonte: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/124127>.

Como visto, na figura acima a violência é comum em meninos e meninas, principalmente na forma de agressões verbais, como medida de prevenção vem sendo desenvolvidos nas escola, e como meio de minimizar esses atos Passos & Ribeiro (2016, p. 16) destacam que “a justiça, as práticas e as disciplinas restaurativas têm sido utilizadas para gerar senso de comunidade (escolar) e criar um espaço seguro, no qual todos se sintam pertencentes e responsáveis pelo bem-estar dos demais”.

Segundo o autor Medeiros (2012, p. 73) a violência ocorre em escolas da rede pública de ensino e também nas escolas da rede particular:

A violência entre estudantes destas escolas (pública/particular) é potencializada, bem como entre iguais (pública/pública ou particular/particular) quando fogem dos padrões relacionais impostos pela sociedade. Ser pobre ou rico, ser branco ou negro, ser alto ou baixo, ser gordo ou magro, tudo se torna motivo para justificar os atos de humilhação e desrespeito para com o outro colega.

O mesmo autor relata ainda que de certa forma o aluno da escola particular é mais favorecido que o aluno de baixa renda da escola pública, sendo assim Medeiros (2012, p. 73) aponta que:

É evidente que se torna bem mais fácil que os estudantes das classes dominantes alcancem o sucesso escolar em detrimento daqueles que têm que desaprender uma cultura para aprender um novo jeito de pensar, falar, movimentar-se, enfim, enxergar o mundo e se inserir neste processo para tornar-se um sujeito ativo nesta sociedade.

Observa-se assim a desigualdade, a intolerância e a violência no ambiente escolar, são fatores que interferem diretamente na formação do caráter do educando em suas atitudes, e diante disso Medeiros (2012, p. 28) deixa claro que “as regras de convívio escolar e social são encaradas com desmotivação, uma vez que ele se sente superior aos demais e aprendeu a conviver sentindo-se mais gratificado com as próprias regras internalizadas, que lhes dão mais notoriedade e destaque”.

Esse tipo de pensamento e comportamento dos alunos cria caminho para a indisciplina em sala de aula, sendo assim a escola deve trabalhar projetos que oportunizem ações de reflexão sobre a temática, como relatado por Passos & Ribeiro (2016, p. 14) “a conscientização acerca das consequências dos atos praticados, os danos causados e motivação para as ações necessárias ao ressarcimento dos danos. Além disso, pode fortalecer os laços, desenvolver ações colaborativas e trazer à luz uma ética do cuidado”.

Dentre os projetos que possibilitam trabalhar o tema sobre a violência está, o programa justiça na escola que visa criar um elo entre o judiciário e as escolas, com o intuito de prevenir e até mesmo de combater os problemas de violência que afetam as crianças e os adolescentes.

Tal programa tem por finalidade debater temas como combate às drogas, bullying, violência nas escolas, evasão escolar, prevenção de doenças sexualmente transmissíveis e

cidadania, para tal tem-se a presença de juízes, professores, educadores, técnicos em psicologia e serviço social, alunos e pais, logo é um programa aberto a sociedade em geral. É válido reforçar que o ideal é que a própria direção da escola exerça o apoio necessário para que ocorra à instauração do programa (Sena, 2013).

Sena (2013, p. 34) explica ainda que “faz parte do programa, também, a instauração de uma maior supervisão e monitoramento através de adultos treinados para intervir em situações de vitimização, durante os horários de recreio e intervalos de aula, tendo como meta a melhora do ambiente escolar”.

É importante deixar claro que a escola tem autonomia para elaborar e colocar em prática o projeto, e que na visão de Freire & Aires (2012, p. 57) “não se deve partir de receitas prontas e fechadas, pois cada escola possui uma realidade específica, onde são construídas relações diferenciadas entre os seus membros”.

Neste caso, para Sena (2013, p. 35) “o fator importante aqui é que a escola deve fornecer uma boa supervisão aos alunos por parte dos adultos, sejam eles professores ou outros profissionais da equipe”.

Como destacado na seção, a escola precisa organizar-se para desenvolver os projetos que coíbem a violência no ambiente, além disso é função da escola garantir a segurança dos alunos quando dentro de seu espaço. Para isso, é necessário haver uma comunicação entre todos os envolvidos no processo de ensino, pois assim será possível o combate ao bullying.

3.3. O programa de combate a intimidação sistemática

O programa de combate à intimidação sistemática (bullying) é uma iniciativa que foi regulamentada em 2015 com a criação da Lei nº 13.185, de 6 de novembro, a qual trata sobre a temática do bullying no Brasil, buscando classificar e conceituar.

Tais iniciativas são de grande importância, visto que estudos apontam que boa parte dos alunos, seja de escola particular ou pública já presenciaram em algum dado momento situações de violência, ou até mesmo já foram vítimas.

Com isso, Brasil (2008) ressalta que a Lei vem a contribuir para maior conhecimento sobre a temática, e definiu o bullying como sendo:

Todo ato de violência física ou psicológica, intencional e repetitivo que ocorre sem motivação evidente, praticado por indivíduo ou grupo, contra uma ou mais pessoas, com o objetivo de intimidá-la ou agredi-la, causando dor e

angústia à vítima, em uma relação de desequilíbrio de poder entre as partes envolvidas.

Daí a preocupação com a implantação de medidas de enfrentamento da violência em todos os níveis de educação, desde da educação básica ao ensino superior, e também perante a sociedade de forma geral, visto que somente assim as iniciativas se efetivaram e tendo maior sucesso.

Para tal, se faz necessário discernimento a respeito da forma de efetivação do bullying que não se dá somente em uma dimensão, como é esclarecido por Brasil (2015) no Art. 2º da Lei nº 13.185/2015, as agressões podem de forma física ou psicológica:

I – Ataques físicos; II – insultos pessoais; III – comentários sistemáticos e apelidos pejorativos; IV – ameaças por quaisquer meios; V – grafites depreciativos; VI – expressões preconceituosas; VII – isolamento social consciente e premeditado; VIII – pilhérias.

Condizendo com a citação acima os autores Silva & Borges (2018, p. 37) dizem ainda que esse tipo de violência “é extremamente prejudicial não apenas para a vítima, como também para toda a sociedade, pois contribui para o índice de evasão escolar, para o elevado aumento da criminalidade e suicídios”.

Levando em consideração a gravidade das sequelas advindas das agressões de bullying, a Lei nº 13.185 tem em seus objetivos que a prevenção dos casos de violências vai muito além do que prevenir e combater as práticas da intimidação sistemática (bullying) na sociedade; visar ainda à capacitação de profissionais para a atuação na prevenção, orientação e na solução do problema.

Além do mencionados, Brasil (2015) no Art. 4º traz também em seus inícios seguintes objetivos relacionados à divulgação de informações e a conscientização da comunidade:

[...] III – implementar e disseminar campanhas de educação, conscientização e informação; IV – instituir práticas de conduta e orientação de pais, familiares e responsáveis diante da identificação de vítimas e agressores; [...] VI – integrar os meios de comunicação de massa com as escolas e a sociedade, como forma de identificação e conscientização do problema e forma de preveni-lo e combatê-lo; VII – promover a cidadania, a capacidade empática e o respeito a terceiros, nos marcos de uma cultura de paz e

tolerância mútua; [...] IX – promover medidas de conscientização, prevenção e combate a todos os tipos de violência, com ênfase nas práticas recorrentes de intimidação sistemática (bullying), ou constrangimento físico e psicológico, cometidas por alunos, professores e outros profissionais integrantes de escola e de comunidade escolar.

Na visão de Lopes (2018, p. 2) os objetivos apresentados na Lei, permitir dizer que a mesma constitui um avanço para a redução dos casos de violência, “pois auxilia não só as instituições de ensino na identificação e classificação da violência decorrente do bullying, como também permite que esse problema seja debatido dentro dos meios escolares e, conseqüentemente, na sociedade como um todo”.

Lopes (2018, p. 2) diz ainda que:

As instituições de ensino, tanto particulares como públicas, devem debater, ensinar, instruir todo aluno, professor e pai ou mãe sobre a identificação, danos causados, tratamentos para casos em que haja agressão proveniente de bullying; é dever da escola ser porta-voz desse fenômeno, uma vez que é no seu ambiente que acontecem as principais formas de violências relacionadas.

Percebe-se que as escolas podem criar estratégias para lidar com os casos de violência, contudo para isso é preciso alguns passos (Figura 9).

Figura 9. Estratégias para o enfrentamento do bullying.



Fonte: Recuperado de <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/16/20/intimidao-sistematica-bullying-reflexes-e-dicas-de-elaborao-de-projeto-antibullying#>.

Como visto na figura a escola pode desenvolver o projeto de enfrentamento do bullying em cinco passos, partindo da transformação do ambiente escolar, a aplicação de regras, o monitoramento dos casos de violência, e ainda promover o envolvimento de instituições governamentais, tais mudanças de estrutura funcional ou física da escola são consideradas ações e se relacionam com outras categorias, como a de melhora das relações interpessoais (Frick, 2016).

Sobre isso Avilés (2013, p. 24-25) diz que:

Para introduzir mudanças em uma escola, primeiro devemos saber o que queremos mudar ou sobre o que queremos incidir. Nesse sentido, devemos

nos perguntar quais são os problemas específicos sobre o bullying que a escola tem: que tipo de bullying acontece, em que medida, se há alguma iniciativa já em andamento na escola, quais são os resultados.

Além de saber onde se desejar chegar com as mudanças, é importante que a escola não caminhe sozinha nesta trajetória, Silva & Borges (2018, p. 38) relatam que neste viés a Lei nº 13.185 conferiu:

A algumas pessoas jurídicas privadas o dever de asseverar medidas de conscientização, prevenção e combate ao bullying, como é o caso de instituições de ensino, clubes, dentre outros. Atribuiu também, poderes às pessoas jurídicas de direito público interno, assim, caberá aos Estados e Município produzirem e publicarem relatórios das ocorrências do bullying nos seus territórios possibilitando o planejamento de ações para o combate do mesmo.

Logo, a Lei representa um grande avanço no enfrentamento e combate ao bullying, segundo Silva & Borges (2018, p. 37) isso se dá principalmente pelo fato de que antes tais agressões eram “combatidas com o uso dos instrumentos disponibilizados pelo Código Civil, pelo Código de Processo Civil, pelo Código Penal e Processo Penal, como ações indenizatórias e reparatórias cíveis e penais”.

3.4. A violência psicológica e a lei 13.431/2017

Antigamente o tipo de violência mais comum na sociedade era praticada por meio de agressões físicas, porém hoje a predominância está relacionada a violência psicológica, ou seja, agressões cometidas por meios verbais e de exclusão social e cultural.

De acordo com Pereira (2011, p. 95) nesse caso de violência:

Os ofensores não se considerarem ofensores, também acham que a vítima não é vítima, mas alguém que perturba a ordem funcional instituída, sem colocar em equação, nem sequer por uma vez, que essa ordem poderá efetivamente ser incorreta ou desadequada ao respeito pela liberdade e pelos direitos de qualquer, não só de alguns, ser humano.

Como já mencionado a violência psicológica também é uma forma de bullying, sendo uma de suas principais marcas a relação desigual de poder entre o autor da agressão e a sua

vítima (Cunha, 2019), e devido ao fato de ser um tipo de violência silenciosa é difícil de ser identificada e combatida.

De acordo com Guerra (2008, p. 33) tal tipo de violência também é “designada como tortura psicológica ocorre quando um adulto constantemente deprecia a criança, bloqueia seus esforços de autoaceitação, causando-lhe grande sofrimento mental”. Além disso, Coutinho (2017) realça que as principais agressões morais e psicológicas são humilhação, o ato de intimidar alguém, a exclusão, o ato de ignorar, chantagear, a difamação, perseguição, e também o roubo ou quebrar objetos pessoais da vítima.

Neste tipo de violência se a vítima ficar exposta por um tempo prolongado aos ataques pode ocasionar traumas, porém isto varia de acordo com a com o estado psicológico de cada indivíduo (Coutinho, 2017, p. 52), as consequências para vítimas “são incalculáveis, e muitas vezes chegam a atingir seus familiares e amigos mais próximos”.

Na concepção de Patrício (2013, p. 50):

O bullying psicológico é subdividido em duas categorias: declarado (verbal) ou dissimulado (não verbal). No declarado, as brincadeiras e os insultos podem ser ouvidos ou lidos pelas testemunhas e provados pelas vítimas. Já o bullying psicológico dissimulado é o mais difícil de ser comprovado, pois ele visa excluir ou isolar por meio da perseguição e/ou ostracismo da vítima.

Assim como em quase todos os tipos de violência, as características vítimas são similares, como destacado por Pereira (2011, p. 75):

Fragilidade, insegurança, ansiedade, prudência, sensibilidade, calma, facilmente deixa de gostar de si e tem fraca opinião de si própria, timidez e baixa autoestima, percepção negativa de si própria e dos seus colegas, incapacidade de se defender sozinha e imaturidade relativamente à sua idade.

Com explicado na fala de Pereira (2011) as vítimas são pessoas que de certa maneira possuem mais fragilidades e sensibilidades que os agressores, são consideradas fragas e não conseguem se defender. Diante disso, em abril de 2017 o governo brasileiro instituiu a Lei 13.431/17, visando promover maior proteção à criança e ao adolescente, através normatização do atendimento de crianças e adolescentes vítimas e testemunhas de violência.

A referida Lei trouxe uma conceituação mais abrangente de violência psicológica, conforme explica Cunha (2019, p. 1):

a) Qualquer conduta de discriminação, depreciação ou desrespeito em relação à criança ou ao adolescente mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, agressão verbal e xingamento, ridicularização, indiferença, exploração ou intimidação sistemática (bullying) que possa comprometer seu desenvolvimento psíquico ou emocional; b) O ato de alienação parental, assim entendido como a interferência na formação psicológica da criança ou do adolescente, promovida ou induzida por um dos genitores, pelos avós ou por quem os tenha sob sua autoridade, guarda ou vigilância, que leve ao repúdio de genitor ou que cause prejuízo ao estabelecimento ou à manutenção de vínculo com este; c) Qualquer conduta que exponha a criança ou o adolescente, direta ou indiretamente, a crime violento contra membro de sua família ou de sua rede de apoio, independentemente do ambiente em que cometido, particularmente quando isto a torna testemunha.

Neste sentido, além de proteger e coibir atos de violência contra a criança e ao adolescente a lei veio dá voz a estes indivíduos, seja vítima ou testemunha, como descrito no Art.4º, IV, §1º Para os efeitos desta Lei, a criança e ao adolescente serão ouvidos sobre a situação de violência por meio de escuta especializada e depoimento especial (Brasil, 2017).

Quando a lei se refere à escuta especializada, no Art.7º Brasil (2017, p. 1) descreve tal fato como “procedimento de entrevista sobre situação de violência com criança ou adolescente perante órgão da rede de proteção, limitado o relato estritamente ao necessário para o cumprimento de sua finalidade”. Além disso, de acordo com Galvão, Moraes & Santos (2020) a lei traz ainda em seu texto aspectos sobre as metodologias que devem ser realizadas em locais apropriados com infraestrutura que garantem as condições para a privacidade do educando.

Concernente, para que de fato a esse público seja ouvido é preciso que aja profissionais capacitados para lher com as diversas situações e comportamento da criança, bem como do adolescente.

Para tal, no Art.14, §1, II, a lei faz referência a capacitação interdisciplinar continuada, preferencialmente conjunta, dos profissionais (Brasil, 2017), colaborando Galvão, Moraes & Santos (2020) reforçam que esses profissionais possuem características específicas à suas “práxis”, que o difere das demais profissões.

Como o exposto, a legislação existente no Brasil veio para coibir os casos de violência, que seja considerada bullying, como é o caso da violência verbal, social ou cultural. Além disso, é válido para haver a redução nesse tipo de caso também se faz necessário a preparação de profissionais capacitados para lidar com as situações advindas do bullying.

4. A TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

O presente capítulo faz abordagem acerca do contexto histórico das representações sociais, a conceituação das representações sociais, o processo de formação das representações sociais, além apresentar as funções das representações sociais, e por fim aborda as representações sociais no campo da educação.

4.1. Contextualização das representações sociais

O estudo sobre a Teoria das Representações Sociais (TRS) não é recente, questões com tais enfoques vem sendo levantadas desde os anos trazendo “à cena os atores sociais e as questões colocadas pela sociedade levando em conta novas demandas como, por exemplo, os movimentos sociais” (Calsa & Araújo, 2013, p. 12618). Reforçando a ideia de Calsa & Araújo (2013), o autor Arruda (2002) aponta ainda que essas representações trabalham com o pensamento social em sua dinâmica, bem com sua diversidade.

O desenvolvimento de trabalhos sobre essa temática contribuir de maneira significativa para Calsa & Araújo (2013, p. 12615) “a compreensão da constituição dos saberes fundamentados nas relações sociais em determinado contexto e espaço considerando as experiências e as vivências dos atores/atrizes sociais, ou seja, os conhecimentos acumulados e ressignificados ao longo da vida”.

Os mesmos autores relatam ainda que o estudo das representações sociais possibilita conhecer o que e como os sujeitos, grupos e comunidades pensam e agem, bem como o porquê e as consequências advindas dos pensamentos e ações dos indivíduos (Calsa & Araújo, 2013).

Além disso, para Calsa & Araújo (2013, p. 12616):

Conhecer quais são os saberes e os processos para suas construções é fundamental para a compreensão das dimensões cognitivas, afetivas e sociais de indivíduos, grupos e sociedades, assim como para a busca da transformação – ou ações voltadas à permanência – dos saberes, valores, ações e relações sociais e, conseqüentemente, da sociedade em que se vive.

Neste sentido, fica claro que as representações sociais dependem inter-relação entre os indivíduos da sociedade, a partir dessas relações são construídas as definições para determinado fato (Calsa & Araújo, 2013). Todavia, o conhecimento e o significado

produzido não é algo imutável, pelo contrário estão sujeitos às mudanças e transformações, como esclarecido por Moscovici (2007, p. 40).

[...] o que é importante é a natureza da mudança, através da qual as representações sociais se tornam capazes de influenciar o comportamento do indivíduo participante de uma coletividade. É dessa maneira que elas são criadas, internamente, mentalmente, pois é dessa maneira que o próprio processo coletivo penetra como o fator determinante, dentro do pensamento individual. Tais representações aparecem, pois, para nós, quase como que objetos materiais, pois eles são o produto de nossas ações e comunicações.

Reforçando esse pensamento, é válido dizer que as TRS referem-se à construção e transformação dos saberes sociais em relação a diferentes contextos sociais, segundo Jovchelovitch (2008, p. 87) as TRS buscam ainda “compreender como pessoas comuns, comunidades e instituições produzem saberes sobre si mesmas, sobre outros e sobre a multidão de objetos sociais que lhes são relevantes”.

Logo, as representações sociais incluem desde a maneira de pensar, agir e sentir do indivíduo, até a busca pela compreensão da interação deste com o meio social. Sena (2013, p. 85) reforça em sua tese descrever que as representações sociais estão “vinculadas às relações com a linguagem, com a ideologia e com o imaginário social e, sobretudo, por seu papel orientador de condutas e das práticas sociais”.

Complementando, Moscovici (2004, p. 21) reforça ainda que as representações sociais se constituem como:

[...] um sistema de valores, ideias e práticas, com uma dupla função: primeiro estabelecer uma ordem que possibilitará às pessoas orientar-se em seu mundo material e social e controlá-lo; e, em segundo lugar, possibilitar que a comunicação seja possível entre os membros de uma comunidade, fornecendo-lhes um código para nomear e classificar, sem ambiguidade, os vários aspectos de seu mundo e da sua história individual e social.

O autor supracitado esclarece que na visão das representações sociais é possível para criar um sistema que irá orientá-lo em um determinado grupo, pois cada grupo possui suas singularidades. Tais representações são criadas ao longo da história e da necessidade de adaptação social.

Por este caminho, o autor Alvim (2001) relata em seu trabalho que na relação entre o ser humano e o social tem-se a base teórica do conceito de representação social. Assim, para Alvim (2001, p. 47) “a representação social é o sentido pessoal que o indivíduo elabora sobre sua realidade, mas embora seja incorporada como uma visão pessoal da realidade constrói-se a partir da sua cultura e de seus determinantes econômicos, históricos e sociais”.

Logo, seguindo pelo mesmo caminho os autores Araújo, Coutinho, Miranda, Saraiva (2012, p. 244) colaboram com a afirmação que “as representações sociais podem ser concebidas como processos nutridos não só pelas teorias científicas, mas também pelos importantes eixos culturais, suas ideologias, as vivências e comunicações travadas no decurso do cotidiano”.

Além do já mencionado, Moscovici (2012, p. 47) traz a definição das representações sociais como:

[...] conjuntos dinâmicos, seu estatuto sendo o da produção de comportamentos e de relações com o ambiente, da ação que modifica uns aos outros, e não a reprodução de comportamentos ou relações, como reação a um dado estímulo externo. [...] sistemas que possuem uma lógica e linguagem particular, uma estrutura de implicações que influenciam tanto os valores quanto os conceitos. [...] “ciência coletiva” sui generis, destinadas à interpretação e à formação do real [...].

Nesta ótica, sob a visão de Coutinho (2017, p. 87) é possível considerar que “as representações sociais são resultado das interações sociais e do ambiente simbólico em que estão imersas, como as crenças, os valores, os conhecimentos científicos e o senso comum”.

É válido deixar claro que quando se falar em representação, o autor Coutinho (2017, p. 87) esclarecer que “representar não é reproduzir a realidade, mas transformá-la de forma que o conceito e a percepção se unam, criando a impressão de que o conceito é a própria realidade”.

Nesta concepção as representações fornecem materialidade às abstrações, assim para Moscovici (2012, p. 54):

[...] representar uma coisa, um estado, não é só desdobrá-lo, repeti-lo ou reproduzi-lo, é reconstituí-lo, retocá-lo, modificar - lhe o texto. A comunicação que se estabelece entre o conceito e a percepção, um penetrando o outro, transformam a substância concreta comum, criando a impressão de

“realismo” e de materialidade das abstrações, uma vez que podemos agir com elas [...].

Assim, de com o mencionado Moscovici (2012) as representações sociais permanecem em uma constante transformação, ora ela constrói ora desconstrói os conceitos, condizendo com a fala de Jovchelovitch (2013, p. 69) de que “as representações sociais emergem desse modo como o processo que ao mesmo tempo desafia e reproduz, repete e supera, que é formado, mas que também forma a vida social de uma comunidade”.

Neste sentido, os objetos representados nem sempre condizem com a realidade, como relatado por Coutinho (2017, p. 96):

No caso do bullying escolar [...] as normas sociais impostas por uma sociedade capitalista, patriarcalista, geram representações de “certo” e “errado”, de “bonito” e “feio”, e os que não se encaixam nesse padrão quase sempre se tornam alvos de chacotas, de humilhações, perseguições, entre outras, ou melhor, alvos de bullying.

Diante disso, a casos em que o certo em determinado grupo social é considerado errado em outro, o conceito de bonito e feio nem sempre são iguais, por isso em muitos casos a pessoa não se encaixa em certos padrões.

4.2. O conceito de representações sociais

Com já visto, as representações sociais estão diretamente ligadas com a maneira como o ser humano vê e interage com o mundo ao seu redor, por esta razão, considera-se que as representações não estão relacionadas somente com uma vertente da sociedade ou só com uma área de conhecimento, pelo contrário, ela possui raízes na sociologia, antropologia e na história das mentalidades (Calsa & Araújo, 2013).

A conceituação sobre a representação social proposta em 1961 por Moscovici, a partir do ponto inicial outros pesquisadores como Jodelet, Abric, Doise, entre outros vieram a desenvolver estudos.

Contudo, mesmo sendo um tema estudo deste da década de 60, ainda nos dias atuais vem sendo realizado estudos sobre esta temática são desenvolvidos contribuindo assim para trabalhos futuros.

Para Moscovici (1978, p. 41) “as representações sociais são entidades quase tangíveis. Elas circulam, cruzam-se e se cristalizam incessantemente através de uma fala,

um gesto, um encontro, em nosso universo cotidiano”, além disso para Oliveira, Almeida & Trindade (2014, p. 42) “o conceito de representação social remete para problemas que os filósofos debatem há vários séculos e que, mais recentemente entrou na agenda dos cientistas sociais”.

Neste caso, segundo Madeira (1997, p. 13) “é o saber que rege o cotidiano, que define regras, normas, símbolos, valores. É um saber organizado, cuja coerência garante ao homem uma explicação de mundo, de si e dos outros”.

Como visto as representações possuem sua origem no cotidiano através dos fatos vivenciados pela sociedade, sendo assim Sá (1998, p. 32) reforça que “às condições de produção e circulação das representações sociais identificam-se três conjuntos, ‘cultura’, ‘linguagem e comunicação’ e ‘sociedade”.

Em acordo com a citação acima, observa-se que o ser humano se comunica e se constrói através da linguagem, que é possível a partir da interação com o meio em que vive (Madeira, 1997). Além disso, Almeida (2005, p. 41) colabora com a afirmativa que, “as representações são importantes porque elas nos fornecem os elementos que nos permitem compreender o mundo, gerenciá-lo e mesmo enfrentá-lo”.

Devido isto muitas vezes as representações não são compreendidas adequadamente, para Carvalho (2013, p. 31) “confundidas com opiniões, que podem ser sobre diferentes problemas, símbolos ou fenômenos, para somente mais tarde se tornarem representações sociais”, porém é válido realçar que nem todas as opiniões se tornam representações.

Carvalho (2013, p. 31) realçar ainda que “as representações são o conjunto de explicações e ideias que nos permite evocar um dado acontecimento, pessoa ou objeto”, complementando Sá (1996, p. 29) afirma que o termo “representações sociais designa tanto um conjunto de fenômenos quanto o conceito que os engloba e a teoria construída para explicá-los, identificando um vasto campo de estudos psicossociológicos”. Diante dessa ótica observa-se que a representação social é abrangente, ou seja, para Carvalho (2013, p. 33) “a conceituação das representações não é patrimônio de uma área de conhecimento em específico, uma vez que esta permeia diversas áreas”.

Como destacado na seção, as representações sociais acerca do bullying fornecem os instrumentos para a compreensão da origem, das causas e das consequências que o fenômeno desencadeia na sociedade.

4.3. O processo de formação das representações sociais

O processo de formação das representações sociais está relacionado com a objetivação e ancoragem, segundo Jodelet (2005, p. 35) esses elementos “se referem à formação e ao funcionamento da representação social, pois mostram a interdependência entre a atividade psicológica e suas condições de circulação, que são as interações e as comunicações sociais”.

Jodelet (2005, p. 48) expõe ainda que o:

[...] enraizamento no sistema de pensamento, atribuição de sentido, instrumentalização do saber, explica a maneira pela qual informações novas são integradas e transformadas no conjunto dos conhecimentos socialmente estabelecidos e na rede de significações socialmente disponíveis para interpretar o real, e depois são nela reincorporados, na qualidade de categorias que servem de guia de compreensão e de ação.

Com visto Jodelet (2005) explicar de maneira clara o sentido de ancoragem, trazendo tal significado para uma explicação atual tem-se o termo bullying, que vem sendo amplamente discutido na sociedade, Coutinho (2017, p. 90-91) diz que:

A palavra em si foi assimilada de modo geral na sociedade, todavia as pessoas a ancoram na ideia de violência pontual, ou seja, qualquer tipo de agressão hoje em dia é considerada bullying, assim como todo massacre em escolas, cinemas, parques cometidos por jovens que em seguida cometem suicídio também é visto como uma consequência do bullying, já que a mídia mostrou isso diversas vezes. Isso significa que buscamos em nosso repertório de conhecimentos algo que se assemelhe de alguma forma ao novo conhecimento para assim torná-lo mais familiar ou menos desconhecido.

Além da ancoragem, a objetivação também faz parte do outro processo de formação das representações sociais, na concepção de Moscovici (2003) a objetivação é entendida como um universo intelectual e remoto. Dessa forma, “objetivar é descobrir a qualidade icônica de uma ideia, ou ser impreciso; é reproduzir um conceito em uma imagem” anteriormente (Moscovici, 2004, p. 71-72), já para Coutinho (2017) objetivar é o processo pelo qual as noções abstratas são transformadas em algo concreto, quase palpável, ou seja, a representação é uma construção do objeto que exprimir o agir e o pensar do sujeito.

Para Moscovici (2003, p. 78):

Ancoragem e objetivação são, pois, maneiras de lidar com a memória. A primeira mantém a memória em movimento e a memória é dirigida para dentro; está sempre colocando e tirando objetos, pessoas e acontecimentos que ela classifica de acordo com um tipo e os rotula com um nome. A segunda, sendo mais ou menos direcionada para fora (para os outros), tira daí conceitos e imagens para juntá-los no mundo exterior, para fazer as coisas conhecidas a partir do que já é conhecido.

Com exemplificado na citação acima, a ancoragem e a objetivação acabam por se complementarem, uma vez que o processo de representação dos fatos, objetos é algo dinâmico que está em constante alteração.

4.4. Funções das representações sociais

Com já visto, a representação social é o reflexo das relações interpessoais, sejam elas simples ou complexas, para Morera, Padilha, Silva & Sapag (2015, p. 1160) “essas relações fazem da representação um sistema simbólico organizado e estruturado, cuja função primordial é a apreensão e o controle da realidade, permitindo sua compreensão e interpretação”.

Morera, Padilha, Silva & Sapag (2015, p. 1160) reforçam ainda que “a representação funciona como um sistema de interpretação da realidade, que dirige as relações dos indivíduos com seu entorno físico e social, já que determina seus comportamentos, condutas e práticas”.

Complementando a visão dos autores citados acima, Spink (2011) diz que a representação orienta as ações como as relações sociais dos indivíduos e funciona também como um sistema de pré-modificação da realidade, dado que determina um conjunto de antecipações e expectativas.

Em relação às funções das representações Abric (2001) pontua quatro funções como sendo essenciais: 1) Função de saber; 2) Função identitária; 3) Função de orientação; 4) Função justificadora.

A primeira delas, a função do saber permite a compreensão e explicação dos fatos realidade, quanto a esse saber os autores Morera, Padilha, Silva & Sapag (2015, p. 1161) explicam ainda que:

O saber prático de senso comum possibilita aos protagonistas adquirir novos conhecimentos e integrá-los dentro de um marco assimilável e

compreensível, porém deve estar em consonância com o funcionamento cognitivo e com os valores adquiridos para constituir um saber coletivo e comum.

Já às funções identitárias, como o próprio nome diz, refere-se à identidade de cada grupo, bem como as suas especificidades. Além é claro de compreender, explicar, e situar os indivíduos pertencentes a determinado grupo dentro do campo social (Sancovschi, 2007).

As Representações Sociais possuem ainda função de orientar o indivíduo em seu convívio social, isso através da implementação de condutas, comportamentos e práticas que devem ser seguidas.

Para isso, segundo Morera, Padilha, Silva & Sapag (2015, p. 1161) a pré-modificação da realidade, funciona como um guia que procede da influência de três fatores:

a) a representação determina, a priori, o tipo de relações pertinentes para o sujeito, assim como o tipo de gestão cognitiva que se adotaria; b) a representação produz igualmente um sistema de antecipações e expectativas, dado que gera uma ação sobre a realidade que não depende da evolução de uma interação, pelo contrário a ação precede e determina essa evolução; c) a representação é prescritiva de comportamentos e práticas obrigatórias, porque define aquilo que é lícito, tolerável ou inaceitável em um contexto específico.

Além das funções já relatadas, tem-se ainda a às funções justificadoras, que na concepção de Moscovici (2012) estão relacionadas ao ato de justificar as posturas e os comportamentos de forma geral, tendo como seu papel essencial permitir que os atores expliquem e justifiquem suas condutas em uma determinada situação. O autor reforça ainda que as funções das representações sociais quando sistematizadas justificam a função do conhecimento cotidiano como forma de conhecimento, sendo assim capaz de influenciar o indivíduo integrante de uma coletividade (Moscovici, 2012).

Neste sentido, como exposto pelo autor acima, as funções das representações formam um conjunto que quando organizado constitui um sistema sociocognitivo de diferentes tipos, mas ao mesmo tempo específico de acordo com o grupo social.

Logo, para Abric (2001, p. 18) a organização das funções das representações:

[...] apresenta uma modalidade particular, específica: não somente os elementos da representação são hierarquizados, mas também toda

representação está organizada ao redor de um núcleo central constituído por um ou vários elementos que dão significação à representação.

Em com senso com a citação acima fica claro que as funções das representações possuem certa hierarquia em sua organização para a construção dos fatos e dos elementos, e mediante isso proporcionarem significado ao novo elemento produzido. Tal construção de novos elementos apresenta grande importância para a formação de ideais e condutas do indivíduo, e a escola é um ambiente de imensa contribuição para a criação de novas representações, visto que é um espaço de diversidade cultural e social.

4.5. As representações sociais na educação

Quando se fala em formação do ser humano logo vem à mente o ambiente escolar, visto que este é um local que proporciona a convivência de diferentes pessoas, com disseminação de diversas representações sociais havendo a difusão, a propagação e a propaganda como meios de circulação que buscam o convencimento dos sujeitos Moscovici (2012).

Na visão de Calsa & Araújo (2013, p. 12613):

A escola precisa considerar as representações sociais daqueles que nela estão integrados para que a partir de então, conheça e reconheça seus saberes e suas ações como elementos necessários à prática pedagógica. Assim, a escola abre mais possibilidades de relacionar-se com e na sociedade em que é constituída enquanto esfera pública e, também, maiores possibilidades de legitimação de seu papel político e social. A escola é fundamental nos discursos e nas análises sobre a sociedade.

Calsa & Araújo (2013, p. 12624) afirmam ainda que “a escola precisa conhecer as palavras, os conceitos, a linguagem, a ideologia, enfim, precisa considerar os sistemas de referências de seus estudantes, dos docentes e de todos os indivíduos e grupos que estão integrados neste contexto”.

A partir de tais conhecimentos a respeito do comportamento dos indivíduos e dos grupos os quais pertencem é possível intervir de uma maneira mais eficaz para formação da consciência crítica dos estudantes (Calsa & Araújo, 2013).

É válido esclarecer que as representações sociais não se manifestam somente no comportamento dos alunos, como explicam Ens, Eyng & Gisi (2013, p. 787) elas

“manifestam nas ações dos profissionais da escola (professores, gestores e funcionários), de pais e de alunos, conhecê-las nos auxilia a compreender a leitura de mundo desse grupo”.

Mediante isso, observa-se na falar dos autores citados anteriormente que a representação social se faz presente em todo o ambiente da escola, seja através dos alunos ou dos funcionários, contribuindo no processo de orientar e guiar condutas e comportamentos, além de fornecer explicações e soluções para questões vivenciadas no cotidiano escolar.

Sob essa ótica, o conhecimento das representações no contexto escolar contribui para a resolução de problemáticas como os casos preconceito, discriminação e violência entre os educandos, como visto no decorrer do trabalho esse tipo de comportamento quando praticado de forma repetitiva é considerado bullying.

Por este caminho, Sena (2013, p. 86) aponta que:

A teoria das Representações Sociais constitui-se em um instrumento para análise das ideias, sentimentos e condutas das famílias dos adolescentes envolvidos no fenômeno bullying, sem a perda das comunicações coletivas que retratam o momento social e histórico que estamos atravessando na pós-modernidade.

Neste sentido, para Sena (2013) a compreensão das representações sociais vinculadas ao bullying implica uma análise mais ampla em busca de meios que minimizem esse problemática, visto que é um fenômeno que prejudica o desenvolvimento físico e emocional da criança e dos adolescentes, impactando especialmente a convivência no ambiente escolar e a sua formação como cidadão.

Todavia, para que ocorra uma maior compreensão sobre a temática é necessário maior disseminação de conhecimento científico, visto que na maioria das vezes a representação social que a sociedade tem a respeito do bullying são orientadas pelos canais de comunicação, inclusive pela internet, ou seja, são as representações que circulam na sociedade (Sena, 2013).

Como relatado acima, grande parte do conhecimento que a sociedade tem sobre o bullying é obtido através dos meios de comunicação, sendo ainda necessário compreensão sobre o tema, bem como perspectivas epistemológicas e metodológicas para desenvolver mais teoria sobre a sua incidência do bullying.

Como visto no decorrer da fundamentação teórica, há estudos que relatam que muitos professores não se sentem qualificados para lida com os casos de bullying, uma vez que

esses profissionais não possuem uma concepção clara sobre o tema. Tal ausência de clareza sobre o tema deixa nítido a necessidade de melhor capacitação dos profissionais para que assim haja o desenvolvimento de estratégias efetivas combate ao bullying.

E dentre as estratégias de ensino direcionadas ao combate do bullying, Pereira (2019) só possível desenvolver as ações de prevenção e combate ao bullying se toda a comunidade escolar estiver envolvida (educadores, gestores, estudantes e pais/responsáveis), Pereira (2019, p. 23) aponta ainda que estratégias devem ocorrer seguindo:

Um fluxo de investigação para situações de bullying que pode ser utilizado pela equipe pedagógica da instituição escolar. [...] ações de prevenção e combate ao bullying, através de projetos de ensino em que os estudantes pudessem compreender a dinâmica do bullying e desenvolver ações e instrumentos para atuação no contexto escolar. [...] Avaliação do Clima Escolar, voltado para estudantes.

Em relação a participação dos pais, para Borsa, Petrucci & Koller (2015, p. 44) diz que “os pais tendem a apresentar maior preocupação com os comportamentos agressivos físicos e negligenciam o impacto das agressões verbais e relacionais por não as perceberem como prejudiciais”. É válido esclarecer ainda que há pais que diante das agressões não tomam as devidas providencias, pois, como mencionado por Faria (2020) eles consideram a violência escolar como algo necessário para o amadurecimento, assim somente dão atenção quando ocorrem agressões graves.

Diante de todo o material exposto, é possível observar que ainda há muitos casos de bullying, principalmente no ambiente escolar, isso levar ao pensamento de as medidas que estão sendo implementas atualmente ainda não são suficientes para a inibição das violências, seja por falta de estratégias mais severas ou até mesmo pela falta de punição.

FUNDAMENTAÇÃO METODOLOGICA

5. METODOLOGIA DA INVESTIGAÇÃO

Este capítulo apresenta, detalhadamente, a metodologia da investigação, o método e o enfoque da pesquisa, assim como as técnicas e os procedimentos apropriados para a realização deste estudo científico.

5.1 Objetivos da pesquisa

Os objetivos da pesquisa têm o intuito esclarecer e descobrir o que o pesquisador pretende desenvolver, desde a fundamentação teórica até aos resultados a serem alcançados. De acordo com Campoy (2019), os objetivos têm uma função orientadora, uma vez que direcionam toda a trajetória da pesquisa. Sendo assim, os objetivos são as etapas que se constituem nas metas a serem alcançadas no desenvolvimento da pesquisa, aprofundando significativamente o conhecimento.

Objetivo geral

Analisar as representações sociais desenvolvidas pelos professores sobre o bullying no ambiente escolar do Ensino Fundamental II, da Escola Embaixador Gilberto Amado, localizada no bairro do Hipódromo em Recife, Pernambuco.

Objetivos específicos

1. Caracterizar os ambientes dentro da escola onde ocorre o bullying
2. Identificar o processo de construção das representações sociais dos professores no espaço escolar sobre o fenômeno bullying.
3. Verificar os fatores que influenciam na prática do bullying.
4. Descrever as principais ações que são realizadas no enfrentamento do bullying no ambiente escolar.

A seguir, expõem-se o quadro das perguntas de acordo com os objetivos da pesquisa.

Figura 10. Perguntas e objetivos da investigação.

OBJETIVOGERAL	Analisar as representações sociais desenvolvidas pelos professores sobre o bullying no ambiente escolar no Ensino Fundamental II, da Escola Estadual Gilberto Amado, localizada no bairro Hipódromo de Recife, em Pernambuco.
OBJETIVOSESPECÍFICOS	PERGUNTAS
Caracterizar os ambientes dentro da escola onde ocorre o bullying.	1. Descrição do ambiente observado (corredor, hall, salas de aulas, refeitório, etc.).
	2. Dinâmica da escola no pátio; o que ocorre quando os professores, por algum motivo, saem da sala.
	3. Tipos de interação com as outras pessoas no espaço escolar.

	4. Atividades desenvolvidas.
Identificar o processo de construção das representações sociais dos professores no espaço escolar sobre o fenômeno bullying.	1. Qual a sua percepção a respeito do bullying?
	2. De que forma os profissionais têm participado da construção de conscientização do combate ao bullying no espaço escolar?
	3. O que os professores devem saber a respeito do bullying?
	4. Como você identifica que o estudante está sendo vítima do bullying?
	5. Quais as dificuldades dos docentes em distinguir o bullying de outros comportamentos considerados comuns no ambiente escolar?
Verificar os fatores que influenciam na prática do bullying.	1. Quais eventos estão associados ao fenômeno bullying no contexto escolar?
	2. Quais as formas de relacionamento entre os professores e os alunos que podem ser interpretadas como bullying?
	3. Que fatores são considerados essenciais para o significado atribuído ao fenômeno bullying?
Descrever as principais ações que são realizadas no enfrentamento do bullying no ambiente escolar.	1. O que você costuma fazer quando ocorre um episódio de violência em sala de aula?
	2. Quais as ações implementadas pelos professores, no sentido de minimizar o bullying no ambiente escolar?
	3. De que maneira essas ações ajudam as pessoas que são vítimas do bullying?
	4. Como se verifica a eficácia dessas ações?

Fonte: A autora (2022).

5.2 Plano de pesquisa

A pesquisa foi desenvolvida em etapas, e a seguir apresenta-se uma figura que descrever os momentos e o tempo aproximado para o desenvolvimento de cada fase.

Figura 11. Plano de pesquisa.

FASES	ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS	TEMPO
-------	---------------------------	-------

1º FASE (Planejamento do estudo)	Revisão de literatura Delimitação dos objetivos Elaboração do roteiro da entrevista	4 meses
2º (Aplicação e coleta de dados)	Observação Aplicação da entrevista	1 mês
3º (Análise dos dados)	Análise dos dados da entrevista	3 meses
4º (Finalização da dissertação)	Elaboração dos resultados Elaboração das conclusões e propostas	4 meses

Fonte: A autora (2022).

5.3 Contexto da pesquisa

O contexto dessa pesquisa está representado em Recife, Capital do Estado de Pernambuco, Brasil. O nome "Recife" provém da palavra "arrecife", que significa grande barreira rochosa de arenito (recifes) que se estende por toda a sua costa, formando piscinas naturais. É formado por uma planície aluvial, tendo as ilhas, penínsulas e manguezais como suas principais características geográficas. Dentre as suas muitas alcunhas atribuídas, "Veneza Brasileira" é a mais conhecida, graças a semelhança fluvial de sua área mais central com a cidade europeia Veneza.

Localizado às margens do oceano Atlântico, o município possui uma área de 217,494 km². O Recife, das capitais estaduais atuais, é a mais antiga do Brasil. Desempenha um forte papel de centralizador econômico em seu estado e região, com uma área de influência que abrange inclusive outras capitais, como João Pessoa, Maceió, Natal e Aracaju. Sua área metropolitana inclui, além da capital pernambucana, mais 14 cidades do Grande Recife.

Destaca-se por possuir o mais importante polo médico do Norte/Nordeste; um grande polo tecnológico, o Porto Digital, que abriga várias empresas multinacionais; uma forte indústria de construção civil: a cidade detém grande número de arranha-céus em comparação a outras capitais do país. Com um grande potencial turístico e forte vocação para o turismo de negócios, frequentemente é escolhida como sede de diversos eventos, como simpósios e congressos.

Figura 12. Vista panorâmica da cidade de Recife.



Fonte: <https://30e4dc6bb9f7821ee776f7226af07537.jpg> (1024×683) (pinimg.com)

A Escola Embaixador Gilberto Amado, pertence a Rede Estadual de Ensino e está localizada no bairro do Hipódromo, na Rua Gaspar Regueira sem número, Recife - Pernambuco. Oferecendo o Ensino Fundamental Anos finais, nos turnos da manhã, tarde e noite. Nossa clientela é diversificada, pois atende não só a comunidade de Campo Grande, mas áreas circunvizinhas como Sítio Novo, Arruda, Beberibe, Salgadinho, Peixinhos, entre outros bairros. Em sua maioria os alunos são oriundos da rede municipal, ou particular, alguns fora de faixa, que se enquadram no programa de correção de fluxo (TRAVESSIA) por isso estudam no turno da noite.

Está instalada em prédio próprio e tombada pelo estado, sua construção é relativamente antiga, sua construção foi de 1969. No diário oficial de 22 de janeiro de 1970, no decreto de nº 1888 de 21 de janeiro de 1970, o governador do Estado, cria o Ginásio Estadual Gilberto Amado. É toda ao nível da rua e dispõe de 8 (oito) salas de aula, sala de professores, sala de secretaria, biblioteca, sala da Direção, sala para os Professores Coordenadores, laboratório de informática, almoxarifado, 2 dispensas, cozinha, 9 sanitários para alunos, administração e professores, depósito, amplo pátio coberto, jardins (interno e externo ao prédio) quadra, áreas livres e local para estacionamento de veículos. Atendemos alunos que estão aptos para cursar o Ensino Fundamental Anos Finais, bem como, alunos do Projeto Travessia - modalidade de correção de fluxo para o Ensino Fundamental. No ano de

2020 a escola teve em sua matrícula inicial o quantitativo de 675 alunos distribuídos em três turnos.

A escola está relativamente equipada para dar consecução às suas atividades educacionais. Conta com um currículo e metodologias específicas para atender a clientela. Possui também material pedagógico específico e a parte de administração está instalada, com mobiliário e equipamentos adequados ao seu uso, tendo um cuidado com a manutenção dos seus equipamentos, registrando – os em seu inventário.

Todos os funcionários são capacitados e habilitados para o exercício das funções que lhes são atribuídas e garantem a comunidade escolar e a sociedade, ensino de qualidade e avanços no desempenho da aprendizagem, visando contribuir para a educação das crianças e jovens.

A proposta pedagógica da ESCOLA EMBAIXADOR GILBERTO AMADO leva em conta a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB 9.394/96, a Constituição Brasileira, o Estatuto da Criança e do Adolescente, o disposto nos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN, Currículo de Pernambuco, BNCC e Deliberação da Secretaria Estadual de Educação de Pernambuco.

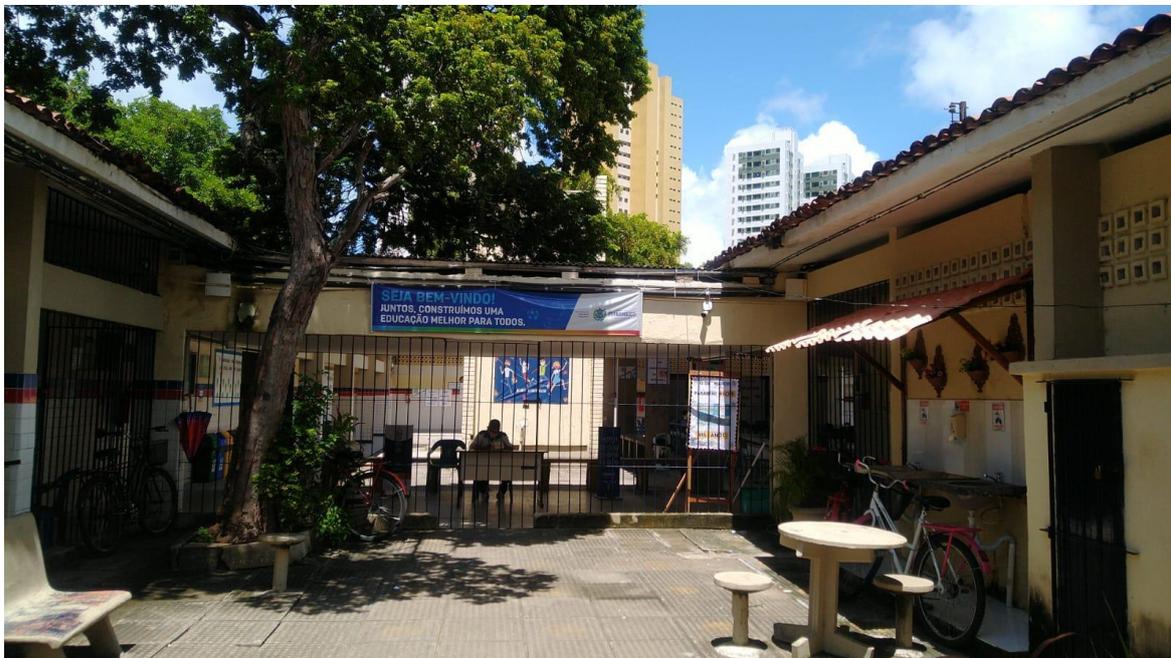
A missão da escola é assegurar a continuidade e o aprofundamento dos conhecimentos numa visão interdisciplinar e transdisciplinar, realizando análises periódicas e reavaliando metodologias objetivando a busca de alternativas que permitam propiciar a criatividade, a auto-expressão, solidariedade, o comportamento, onde todos possam participar de forma integrada e consciente.

A escola tem como filosofia proporcionar ao indivíduo através de meios adequados a aquisição de conhecimento de inteligência crítica, a habilidade de tomada de decisão a resolução de problemas e para a formação de valores que ressaltem a consciência das responsabilidades do cidadão e da convivência democrática.

O Ensino Fundamental tem por finalidade proporcionar ao pré-adolescente e ao adolescente uma formação fundamental básica, com ênfase no desenvolvimento da inteligência crítica, de habilidades de tomada de decisão e de resolução de problemas, além de despertar a noção de responsabilidade como cidadão e a vocação para o trabalho. Em relação avaliação do processo de aprendizagem caracteriza se pela predominância dos procedimentos qualitativos sobre os quantitativos, dos processos sobre os produtos, a ser implementada como dinâmica de natureza cumulativa, contínua, sistemática, extensiva e flexível.

Na figura abaixo, se observa a entrada da Escola Estadual Embaixador Gilberto Amado.

Figura 13. Escola Estadual Embaixador Gilberto Amado.



Fonte: A autora (2022).

5.4 Participantes da pesquisa

A seleção dos participantes é um passo relevante de uma investigação, onde se encontrará as respostas para os objetivos propostos neste estudo. No entanto, faz-se necessário coerência entre a temática e os participantes para que os mesmos possam colaborar e fornecer respostas significativas para a apresentação de resultados confiáveis. Diante da temática estabelecida por esse estudo e com o intuito em alcançar resultados relevantes para essa pesquisa, enfatiza-se que os participantes da pesquisa são 18 professores do 6º ano ao 9º do Ensino Fundamental. Tais professores devem estar inseridos na representação social de enfrentamento ao bullying.

Os professores foram escolhidos por acreditar que exercem um grande papel na educação e por serem agentes multiplicadores e facilitadores do processo de ensino-aprendizagem, uma vez que diariamente são convocados a discutir questões, orientando os alunos sobre determinados temas que estejam relacionados à realidade social em que se encontram. O critério de seleção da amostra será por conveniência, que conforme Campoy

(2019, p. 84) “A seleção da mostra se faz de forma arbitrária, em função dos elementos que estão ao seu alcance (que seja mais acessível)”.

Figura 14. Participantes da pesquisa.

PARTICIPANTES	QUANTIDADE
Professores do 6º ano ao 9º ano	18

Fonte: A autora (2022).

A escola pelo público em questão se deu pela aproximação que os docentes possuem com os alunos. Assim, tornou-se possível responder aos questionamentos da pesquisa e alcançar os objetivos por meio da entrevista que foi realizada com os professores. Tais entrevistas tiveram com tópicos conhecer e caracterizar os ambientes dentro da escola onde ocorre o bullying, compreender a construção das representações sociais dos professores sobre o bullying, além é claro de conhecer as principais ações realizadas na escola para o enfrentamento do bullying.

5.5 Desenho geral da pesquisa

Com base na problemática e nos objetivos desse estudo, optou-se pela pesquisa de abordagem qualitativa que permitiu a percepção, a compreensão e a descrição do fenômeno em estudo, proporcionando um entendimento profundo das ações das representações sociais de professores sobre a construção, reprodução e reconstrução da realidade, dando sentido ao bullying como fenômeno social no ambiente escolar e, assim, buscando um guia operacional para a vida social, para a resolução de problemas e conflitos.

Alvarenga (2019, p. 51) afirma que:

A investigação qualitativa geralmente se dá em um ambiente natural, onde se encontram os indivíduos envolvidos no estudo, a fim de obter um conhecimento profundo do fenômeno estudado. Realizam-se descrições detalhadas das manifestações de conduta das pessoas, das interações entre as mesmas, das situações, do ambiente, é dizer, do contexto que rodeia aos sujeitos estudados, levando em conta o padrão cultural.

Para se obter um resultado satisfatório será aplicado o método etnográfico que segundo Campoy (2019, p. 289):

Tem por objetivo o estudo de um grupo, uma comunidade, em seu ambiente natural, um espaço cultural determinado (uma localidade, um bairro, uma fábrica, uma instituição, uma prática social) colocando o seu interesse especial em estruturas sociais, relacionamentos e padrões de comportamentos dos sujeitos, assim como suas interpretações e significados atribuídos à cultura a que pertencem.

Nesse contexto, esse método de investigação possibilitou a compreensão e interpretação dos significados, das práticas e do conhecimento das representações sociais dos professores acerca do bullying no contexto escolar.

5.6 Técnicas e instrumentos de coleta de dados

A técnica a ser aplicada em correspondência ao método etnográfico que segundo Campoy (2019, p. 289):

Tem por objetivo o estudo de um grupo, uma comunidade, em seu ambiente natural, um espaço cultural determinado (uma localidade, um bairro, uma fábrica, uma instituição, uma prática social) colocando o seu interesse especial em estruturas sociais, relacionamentos e padrões de comportamentos dos sujeitos, assim como suas interpretações e significados atribuídos à cultura a que pertencem.

Nesse contexto, esse método de investigação possibilitará a compreensão e interpretação dos significados, das práticas e do conhecimento das representações sociais de professores acerca do bullying no contexto escolar.

É importante destacar que o estudo que aconteceu da seguinte maneira: observação participante e entrevista em profundidade. Tais técnicas e procedimentos possuem como finalidade obter informações precisas sobre a temática estudada. É válido reforçar que a observação foi realizada em todo o espaço da escola e a entrevista foi realizada com professores regentes das turmas.

A observação participante é própria da investigação qualitativa, em que o pesquisador se insere no centro do grupo que será observado, tornando-se parte dele,

buscando acompanhar suas vivências, rotinas, buscando partilhar o seu cotidiano para sentir o que significa estar naquela situação. Para Campoy (2019) a observação participante estabelece uma comunicação intencional entre o observador e o fenômeno observado de forma planejada. Esta comunicação se dá, normalmente, a nível não verbal, em que o investigador observador está muito atento as chaves que ele está capturando às chaves que está capturando, através das quais interpreta o que está acontecendo, obtendo assim um conhecimento mais sistemático, profundo e completo da realidade que observa.

A entrevista em profundidade com a mesma representação de professores, porém de forma individualizada para que se possa compreender e interpretar de maneira aberta e detalhada suas experiências, seus sentimentos e opiniões acerca do fenômeno bullying. Segundo Campoy (2019, p. 353) a entrevista em profundidade é “[...] flexível e dinâmica, que permite recorrer a uma grande quantidade de informação de uma maneira mais próxima e direta entre o entrevistador e o entrevistado, onde se manifestam as emoções, sentimentos e pensamentos”.

Observa-se na tabela a seguir as técnicas relacionadas aos objetivos da pesquisa.

Figura 15. Técnicas relacionada aos objetivos da pesquisa.

OBJETIVOS DA PESQUISA	TÉCNICA	FONTES DE INFORMAÇÃO
Caracterizar os ambientes dentro da escola onde ocorre o bullying.	Observação participante	Espaço escolar
Identificar o processo de construção das representações sociais dos professores no espaço escolar sobre o fenômeno bullying.	Entrevista	Professores
Verificar os fatores que influenciam na prática do bullying.	Entrevista	Professores
Descrever as principais ações que são realizadas no enfrentamento do bullying no ambiente escolar.	Entrevista	Professores

Fonte: A autora (2022).

5.7 Validação dos instrumentos da pesquisa

O instrumento de pesquisa precisa ser garantido e validado, solicita-se uma quantidade 3 (três) de professores mestres e doutores da área disciplinar em que se situa a investigação, com o objetivo de apreciarem e verificarem se há pertinência, coerência e

coesão nas perguntas, e se as mesmas estão de acordo com a problemática e os objetivos do estudo.

Na concepção de Campoy (2019, p. 96), a “respecto a la validez de las técnicas, se entiende que la validación es un proceso contínuo que incluye procedimientos diferentes para comprobar si um cuestionario midelo que realmente dice medir”.

Nesse sentido, o procedimento seguido para a validação de especialistas tem sido o método de "agregados individuais", conforme estabelecido no Anexo 1. A validação de cada pergunta passa pela clareza da escrita, mede o que dizmina, indução à resposta, coerência interna e uma seção dedicada às observações.

5.8 Procedimentos para coleta de dados

Os procedimentos para a coleta de dados foram as etapas que o pesquisador desenvolveu para a obter as informações desejadas. Gil (2017, p. 52), ressalta que “é a maneira pela qual se obtêm os dados necessários”, ou seja, o passo a passo que foi estabelecido no início da pesquisa.

Os procedimentos de coleta de dados representam um importante passo a ser desenvolvido na pesquisa pois através dela o pesquisador pode obter as informações necessárias para realizar o estudo desejado. Para Gil (2017, p. 52), a coleta de dados “é a maneira pelo qual se obtêm os dados necessários”.

Inicialmente foi conversado com a gestora da escola EREF Embaixador Gilberto Amado para saber da possibilidade de desenvolver a pesquisa na unidade escolar e após uma breve explanação e exposição sobre os objetivos e metodologia da pesquisa que seria desenvolvida, foi entregue a carta de apresentação.

Em seguida a gestora conversou com os professores (público alvo da pesquisa) para informar o que seria desenvolvido e forneceu junto com sua equipe escolar todo o suporte necessário para o bom andamento do trabalho. Em outro momento a doutoranda conversou com os professores sobre a pesquisa a ser desenvolvida, explicando que coletaria dados que subsidiariam a pesquisa.

Após essa fala e mediante a confirmação que o estudo poderia ser realizado, foi assinado o termo de consentimento.

No outro momento foi iniciado a coleta de dados, através da observação e entrevista (realizada conforme o roteiro de entrevista). Todo o procedimento de coleta de dados foi realizado com muita atenção, mantendo o foco no que foi observado e nas informações dadas que muito contribuiu para a análise e interpretação de dados.

A entrevista foi realizada de forma presencial, numa sala reservada, sem intercorrências, respeitando a disponibilidade do professor e com muito zelo, deixando o professor confortável para responder as perguntas. Um diálogo entre o entrevistador e entrevistado.

Em relação a observação participante, se deu de forma bem tranquila.

Ao concluir a coleta de dados, parti para analisar e organizar o material, utilizando a técnica de análise de conteúdo, buscando responder o problema de pesquisa realizado neste estudo.

5.9 Técnicas de análise e interpretação de dados

A técnica de análise e interpretação de dados permite ao pesquisador examinar o material que foi coletado, observando possíveis falhas ou dúvidas, para logo em seguida expor os significados encontrados, os resultados e as conclusões.

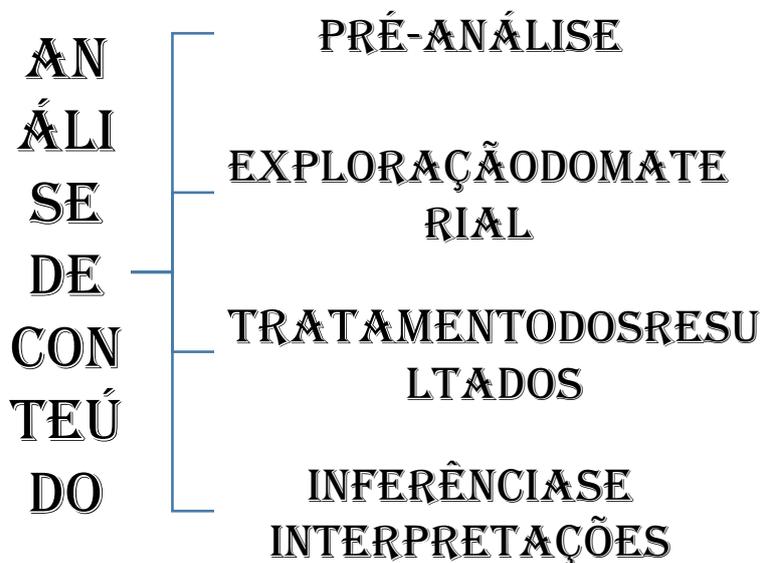
Foi aplicado aos participantes da pesquisa o questionário aberto. Para serem analisados e interpretados, executou-se como técnica a análise de conteúdo, o desenvolvimento de categorias de codificação.

Segundo Bardim (2016, p. 37) a técnica de análise de conteúdo é:

um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

Na técnica de análise de conteúdo compreende-se a codificação e classificação de dados, essa análise também é denominada como categorização, cujo o objetivo é entender os dados coletados e destacar mensagens ou descobertas importantes. Segundo Bardin (2016) a utilização da análise de conteúdo prevê três etapas fundamentais como a pré-análise, exploração do material, tratamento dos resultados e a inferência da interpretação. Observa-se na figura abaixo, as etapas da análise de conteúdo.

Figura 16. Etapas da análise de conteúdo.



Fonte: Adaptado de Bardin (2016)

Na etapa da pré-análise, de acordo com Bardin (2016, p. 125) “é a fase de organização propriamente dita”, ou seja, no primeiro momento, que é denominado de pré-análise o pesquisador faz a leitura e a organiza o material, avaliando os dados importantes e o que ainda necessita ser coletado.

A segunda etapa, denominada de exploração do material, consiste, segundo Bardin (2016, p. 131), na fase em “essencialmente em operações de codificação, decomposição ou enumeração em função de regras previamente formuladas”. Portanto, nesta fase se elabora a codificação e a categorização do material coletado. Na codificação, o pesquisador faz o delineamento das unidades de registros e os dados foram codificados de acordo com cada categoria a ser analisada. Essa classificação é fundamental para que se possa determinar as categorias de investigação.

Na terceira fase, foi produzido o tratamento dos resultados coletados e a interpretação dos mesmos. Os dados foram interpretados de acordo com as respostas, procurando estabelecer o melhor parâmetro ao fenômeno pesquisado e, construindo as devidas relações com os conhecimentos teóricos e os objetivos elaborados para a investigação.

ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

6. ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

Neste capítulo serão apresentados os resultados e as análises acerca das representações sociais desenvolvidas pelos professores sobre o bullying no ambiente escolar, sistematizados a partir da observação participante e das entrevistas feitas com os professores. Análise de Conteúdo, que na concepção de Bardin (2016, p. 147) “são rubricas ou classes, as quais reúnem um grupo de elementos (unidades de registro, no caso da análise de conteúdo) sob um título genérico, agrupamento esse efetuado em razão das características comuns destes elementos”. Portanto, a seguir, apresenta-se as categorias desta pesquisa.

6.1. Resultados da observação participante

A abordagem desta categoria tem por objetivo caracterizar os ambientes dentro da escola. Para responder a este objetivo, realizou-se a observação participante na Escola Embaixador Gilberto Amado, no decorrer de quatro semanas. Sendo assim, dividiu-se esta categoria em 4 subcategorias, denominadas como: descrição do ambiente observado (corredor, hall, salas de aula, sala das (os) professoras(es), refeitório, quadra esportiva etc.); dinâmica da escola no pátio, o que ocorre quando as(os) discentes por algum motivo saem de sala de aula; tipos de interação com demais pessoas do espaço escolar; e atividades desenvolvidas.

6.1.1. Descrição do ambiente observado (corredor, hall, salas de aula, sala das (os) professoras(es), refeitório, quadra esportiva etc.).

A entrada na escola se deu no 7 de fevereiro de 2022, no turno da tarde, no primeiro e segundo horário, de sete horas e trinta minutos até as nove horas e dez minutos. A escola é considerada de médio porte, contendo 16 salas de aula, 1 sala dos professores, 1 biblioteca, 1 sala de multimídia, 1 quadra esportiva, 1 secretaria, 1 sala da gestão e vice-gestão, 1 sala da coordenação, 1 depósito, 1 almoxarifado, 1 cozinha, 1 dispensa, pátio, 1 corredor e 1 estacionamento. A escola não possui refeitório e os estudantes fazem suas refeições no pátio, que contém mesas e cadeiras.

Observa-se a seguir na Figura 17 a biblioteca da escola e na Figura 18 o laboratório de multimídia.

Figura 17. Biblioteca.



Fonte: A autora (2022).

A biblioteca é bastante utilizada pelos professores e estudantes. Apesar de estar passando por melhorias para melhor atendê-los. Neste espaço, os estudantes encontram diversas literaturas e os professores utilizam para confecção e apresentação de trabalhos. Alguns projetos são vivenciados e criados aqui neste local, como a formação continuada para sobre o enfrentamento da violência no espaço escolar.

Não vivenciei a prática de bullying na biblioteca, pois os estudantes não ficaram sozinhos e a presença do professor e da coordenadora de biblioteca inibem, um pouco, as ações de violência entre os estudantes.

Figura 18. Laboratório de multimídia.



Fonte: A autora (2022).

Os professores utilizam o laboratório de multimídia para dar aulas, fazer projeções, assistir filmes, apresentar projetos, ensaios culturais. A sala também funciona como laboratório de informática, onde os tablets ficam dispostos para utilização pelos estudantes. Não existe um profissional específico para ficar neste espaço, quem vai utilizar é quem organiza as demandas. Quando necessário, a equipe pedagógica da escola e a gestora dão o suporte, para os professores e alunos. Os estudantes gostam de ficar neste espaço.

Na sala de informática, os estudantes não devem ficar só, pois alguns conflitos ocorrem quando não há um monitoramento ou fiscalização. Das vezes que ficaram sozinhos aconteceram algumas práticas de Bullying.

6.1.2. Dinâmica da escola no pátio, o que ocorre quando as(os) discentes por algum motivo saem de sala de aula

No dia 8 de fevereiro de 2022, no turno da manhã, percebi que quando os discentes saem da sala de aula por algum motivo, alguns aproveitam para “brincar” no pátio, ir ao banheiro, beber água, passear no pátio, ir na direção ou coordenação, ir nas outras salas chamar os colegas, aproveitam para formar grupos para conversar no banheiro (as meninas é que fazem isto).

No turno da manhã, raramente acontecem alguns conflitos, agressões verbais e até físicas com a saída do estudante de sala, pois sua saída só pode acontecer mediante a autorização do professor e sua demora, em retornar para a sala, é notada, pois em cada sala só deve sair um ou dois estudante por vez, para o controle do professor, embora poucos professores deixem sair mais estudantes.

Já no turno da tarde, observou-se que quando o professor sai de sala por algum motivo, os estudantes tendem a sair com mais facilidade, mas esse número não é muito expressivo, só quando ocorre alguma agressão física, pois se forem pegos passeando pelo pátio podem receber uma advertência oral ou escrita e caso seja reincidente, com várias saídas no mesmo dia, sem a autorização do professor.

Nos corredores percebi a prática de Bullying tanto nas turmas menores, quanto nas maiores. A pesquisa realizada por Zequinão, Medeiros, Pereira & Cardoso (2016) também revelou que é comum a ocorrência de bullying nos corredores e no refeitório das escolas, principalmente no horário de recreio.

Vale salientar que alguns estudantes são reincidentes nesta prática, no entanto, a equipe gestora, tenta monitorar o recreio (Figura 19), passeando pelo pátio e corredores. Com essa prática da equipe gestora, os estudantes tendem a se refugiar na sala de aula, na hora do recreio, para tentar se esconder de possíveis situações da prática de Bullying.

Figura 19. Refeitório na hora do recreio.



Fonte: A autora (2020).

Observei que existe um espaço mais afastado do pátio, a lateral da escola (figura 20) e os estudantes gostam de ficar neste local. Alguns conflitos acontecem neste lugar, mas são reflexo. A prática de bullying em ambientes como a parte de trás ou nas laterais das escolas também ficaram evidenciadas no trabalho dos autores Zequinão, Medeiros, Pereira & Cardoso (2016). Em sua maioria as situações ocorridas estes locais são oriundas de conflitos que tiveram origens na sala de aula ou fora da escola, pois as questões externas acabam influenciando o meio.

Figura 20. Lateral da escola.



Fonte: A autora (2022).

Todavia, a equipe gestora da escola é bem atuante e sempre está circulando pelo pátio e salas verificando o andamento das turmas e os demais funcionários são orientados, se perceberem alguma movimentação diferente, podem intervir ou chamar a equipe gestora, que é composta por gestor, assistente de gestão, coordenador pedagógico, secretária e coordenadora de biblioteca.

A maioria fica aguardando o professor em sala, e alguns vão para a banca dos colegas para conversar. Uma minoria fica realizando as atividades propostas em sala. Observou-se que esse comportamento depende muito de professor para professor e da autoridade e contrato didático que o professor tenha com a sala. Percebi, também, que a escola é

monitorada por câmeras dentro da sala de aula e fora dela e que qualquer problema que surgir vai ser monitorado.

6.1.3. Tipos de interação com demais pessoas do espaço escolar.

Nos dias 09, 10 e 11 de fevereiro de 2022 fui até a escola para observar os tipos de interação que acontecem entre as pessoas. Percebi que a escola apresenta um ambiente agradável e a maioria das pessoas (funcionários) interagem bem, salvo algumas situações do cotidiano, que quando verificadas, são logo contornadas e resolvidas pela gestora.

Os estudantes em sua maioria interagem bem tanto com os outros colegas de classe e com os funcionários. Mas existe a agressão verbal, a falta de respeito e educação com colegas de classe e a agressão física acaba ocorrendo. Não existe a falta de respeito ou desacato ao funcionário público com frequência. Isso parte mais das famílias do que dos estudantes, embora alguns estudantes desacatem os professores e faltam com respeito, mas são logo encaminhados para a gestão para que as providências sejam tomadas. Não identifiquei ameaças aos professores durante a observação, só a falta de educação doméstica, agressões físicas, verbais, emocionais e a prática de bullying, que muitos, quando chamados, alegam que é uma brincadeira. Interagem bem com as merendeiras, porteiro, auxiliares de serviços gerais e demais funcionários. Existe um número pequeno de agressões verbais ao professor.

Na medida do possível, os estudantes se relacionam bem. Não pude observar muitas demonstrações de afeto por causa da pandemia e do distanciamento social. Todavia, as meninas tendem mais ao contato físico, o abraço do que os meninos. Mas são afetuosos e quando um estudante está doente ou com alguma preocupação, procuram ajudar. A escola estimula o acolhimento entre os estudantes e as relações de afetividade, trabalhando as competências socioemocionais descritas na BNCC, realizando diferentes atividades em sala de aula.

Os professores são orientados a observarem os estudantes mais retraídos, tímidos, os que choram em sala de aula, os que são agressivos ou que se tornam agressivos, os que não participam, que não interagem.

A escola estimula o protagonismo Juvenil e todas as salas possuem líderes, vice-líderes e professores conselheiros e ou orientadores. Alguns professores, trazem textos para reflexão, realizam dinâmicas de sala ou utilizam outras situações didáticas na tentativa de melhorar as relações e o respeito pelo próximo e a escola sempre bate na tecla da empatia.

Na Figura 21, observa-se a dinâmica desenvolvida sobre a afetividade entre colegas de sala de aula.

Figura 21. Dinâmica sobre a afetividade.

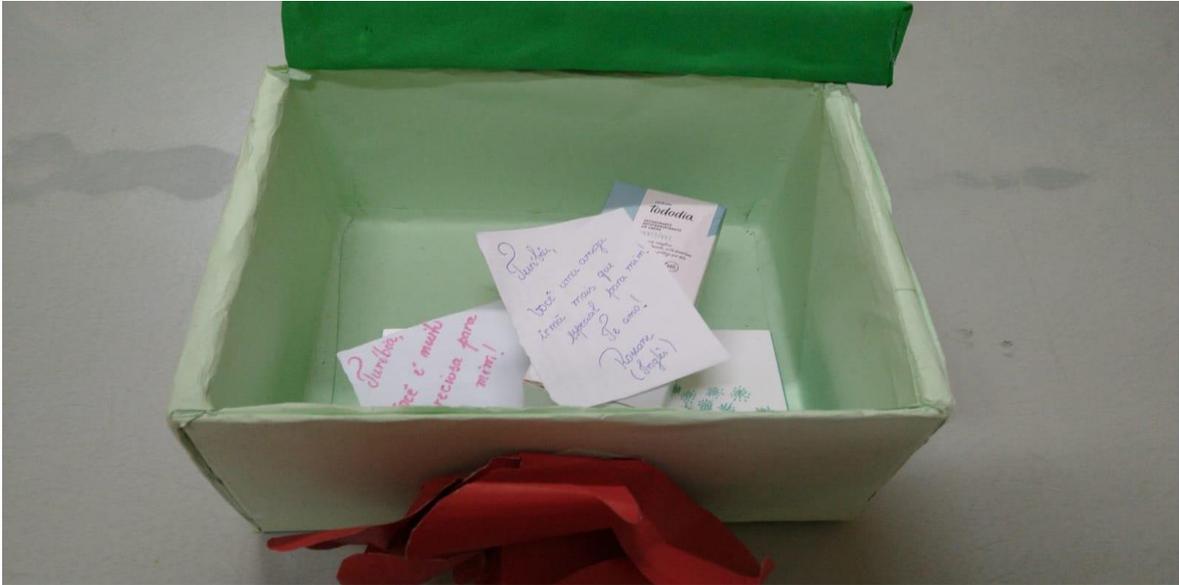


Fonte: A autora (2022).

Entre os discentes e docentes, a maioria demonstra uma preocupação com o estudante, com seu desenvolvimento pessoal, emocional, social e na aprendizagem. Buscam resolver questões cotidianas com cuidado e atenção. A escola e a equipe de professores desenvolvem ações que busquem maiores reflexões sobre o respeito, amor ao próximo, empatia...e constantemente demonstram afetuosidade, seja através de uma mensagem, pirulito, chocolate, dinâmicas de grupo, dentre outras questões. Os docentes se relacionam bem e em sua maioria demonstram laços de afinidade e cuidado com o outro quer sejam nas relações pessoais e de trabalho. Procuram se ajudar. Alguns professores trabalham mais isolados, e são mais tímidos, mas a maioria busca trabalhar em parceria. A escola desenvolveu uma dinâmica da caixinha do acolhimento (Figuras 22 e 23), onde cada professor, cuida de um colega, sem se

identificar, deixando mensagens, presentinhos, chocolates. Percebi que existem grupos de professores que têm relações de coleguismo e amizade fora do ambiente de trabalho.

Figura 22. Caixinha para a dinâmica do acolhimento.



Fonte: A autora (2022).

Figura 23. Dinâmica do acolhimento.



Fonte: A autora (2022).

Os profissionais de educação também têm um bom relacionamento com os estudantes, observando o estudante como um todo, procurando escutar, quer seja numa situação de conflito ou não. Os funcionários são bem atentos, e quando percebem alguma falta de comportamento, procuram intervir e orientar. A escola necessita de mais profissionais na secretaria e de apoio a gestão, professores e alunos.

6.1.4. Atividades desenvolvidas

Nos dias 14, 15 e 16 observei as atividades que os professores desenvolviam em sala de aula. Percebi que as atividades desenvolvidas em sala de aula são diversificadas e depende de professor para professor. Mas precisam melhorar. Poucos professores ainda trabalham de forma tradicional, e a escola está atenta a isso, propondo momentos de estudo, formações, intervenções pedagógicas. Como se pode observar nas figuras 24 e 25 as dinâmicas desenvolvidas na sala de aula.

Figura 24. Roda de conversa sobre o bullying.



Fonte: A autora (2022).

Figura 25. Atividade de reflexão.



Fonte: A autora (2022).

Em sua maioria, os professores têm buscado inovar, adequar o uso das tecnologias, utilizando novas situações didáticas, metodologias. Percebi que a mudança está ocorrendo de forma gradativa e que alguns professores conseguem se desenvolver de forma mais rápida, outros nem tanto. Mas, ainda existem professores que ainda não conseguiram se desenvolver para atender as necessidades do novo cenário escolar, oriundo da pandemia e do contexto escolar. A escola tem tentado trabalhar e se ajustar para superar as dificuldades, mas o período que os estudantes passaram fora da escola de forma presencial prejudicou bastante e muitos estudantes perderam o ritmo escola e estão se readaptando.

A escola não tem a prática de fazer um mapa de sala para demarcar os lugares. Deixa os estudantes escolherem seus lugares para sentar e só interfere em situações de conflito ou quando há necessidade por problemas de comportamento, digo indisciplina, ou por orientação médica, como por exemplo, os estudantes que precisam sentar na frente por causa de problemas na vista ou por alguma orientação. Em muitas situações os estudantes se ajustam entre si, existindo estudantes que sentam no mesmo lugar todos os dias ou aqueles que sentam em lugares diferentes todos os dias, mas preferem sentar próximos dos seus colegas e grupos de pessoas. Tendem a sentar próximo das pessoas com mais afinidade.

Percebi que a equipe gestora e de professores a escola tem avançado tanto em resultados internos como nas avaliações externas, mas a responsabilidade do trabalho não deve ser jogada exclusivamente no professor. Tem alunos que frequentam a escola e não

estudam e não querem saber se a prática pedagógica é mais tradicional ou não, simplesmente não reconhecem seu papel no espaço escolar, como estudante

A escola busca formar um professor mediador, facilitador e articulador do conhecimento e não apenas aquele que detém a informação. Existe a discussão entre os pares, a troca de ideias, a formação de novas ideias. E todos têm o direito da fala e da escuta. Na figura a seguir, observa-se os professores reunidos para discussão sobre o bullying.

Figura 26. Planejamento para o projeto sobre o bullying.



Fonte: A autora (2022).

A escola tem um calendário pedagógico onde as ações são planejadas, definidas, executadas, ajustadas. Ocorrem momentos de reunião e de alinhamento pedagógico (Figura 27) tanto entre a equipe gestora e professores, entre professores e entre os membros da equipe gestora.

O trabalho de escuta dos professores é realizado e intervenções são feitas. Isso também ocorre com os estudantes pois a escola defende que a interação, a relação dialógica quer seja entre professores ou entre professores e estudantes é necessária para o contexto de ensino aprendizagem, para o contexto social pois a base da comunicação é o diálogo. A disposição do ouvir e do falar e estes valores são compatíveis e enriquecedores para o ambiente escolar e principalmente para a sala de aula.

Figura 27. Reunião de professores.



Fonte: Foto da pesquisadora

Embora todas as salas sejam monitoradas por câmeras de vigilância, para alguns estudantes não oferecem medo. Todavia, as câmeras, em sua maioria, conseguem inibir alguns atos de bullying.

6.2. Resultados da entrevista em profundidade

A análise dos dados desta categoria, foi realizada a partir da entrevista em profundidade com 18 professores do 6º ao 9º ano. Os professores, em ocasião de suas privacidades, serão denominados nesta pesquisa por L, T, R, E, M, S, A, B, O, C, D, F, G, H, I, J, N, X. Serão apresentadas as subcategorias como: concepção dos professores a respeito do bullying; fatores que influenciam na prática do bullying; métodos para identificar o bullying no contexto escolar; e ações realizadas no enfrentamento do bullying no ambiente escolar.

6.2.1. Concepção dos professores a respeito do bullying

O objetivo desta subcategoria é identificar o processo de construção das representações sociais dos professores no espaço escolar sobre o fenômeno bullying. Para atender este objetivo se fez três questionamentos para os participantes.

Pergunta 1. Qual a sua concepção a respeito do bullying?

Professor L: *“Um tipo de violência”*.

Professor T: *“A prática de atos violentos, sejam físicos ou psicológicos, contra uma pessoa que, em sua maioria, não consegue se defender”*.

Professor R: *“É uma das formas mais eficazes de tortura psicológica, onde quem a sofre se desestrutura completamente emocionalmente”*.

Professor E: *“São ações violentas que podem ser físicas ou psicológicas e normalmente repetitivas”*.

Professor M: *“São agressões verbais, psicológicas que humilham a vítima”*.

Professor S: *“É uma ação onde os indivíduos envolvidos (agredidos) e (agressor) se machucam das mais variadas maneiras como: fisicamente e psicologicamente”*.

Professor A: *“Bullying é a prática de atos violentos, intencionais e repetidos contra uma pessoa indefesa, que pode causar danos físicos e psicológicos nas vítimas”*.

A resposta destes participantes L, T, R, E, M, S e A corroboram com o pensamento de Bittencourt (2012, p. 212) que diz que essa prática de agressão “se caracteriza por um conjunto de atitudes agressivas, repetitivas e intencionais, retratadas pela hostilização e perseguição de indivíduos sozinhos ou em grupo (agressores) em relação a outros estudantes (vítimas)”.

Professor B: *“São gestos que intimidam e agredem pessoas tanto verbal quanto fisicamente”*.

Professor O: *“É uma agressão que pode ser física ou verbal”*.

Professor C: *“É toda forma de constrangimento ou ridicularização da vítima”*.

Professor D: *“Preconceitos em forma de brincadeira”*.

Professor F: *“Terrorismo disfarçado de brincadeira”*.

Professor G: *“É qualquer atitude realizada com a intenção de humilhar ou diminuir uma pessoa, com palavras ou agressões físicas”*.

Professor H: *“Atitudes e comportamentos que rebaixam pessoas ou grupos”*.

Professor I: *“São agressões físicas, verbais e psicológicas que denigre a imagem do próximo”*.

Professor J: *“Tipo de agressão verbal e física”*.

Professor N: *“É um tipo de agressão física, psicológica, verbal, social e material”*.

Professor X:

“São atitudes repetitivas e desrespeitosas para o semelhante (Estudante) cuja intenção maior é magoar e oprimir física e espiritualmente. E pode acarretar em agressões de palavras e até chegar ao ponto de ocorrer agressões físicas também”.

As respostas dos professores B, O, C, D, F, G, H, I, J, N e X com relação ao que pensam sobre o bullying estão em sintonia com a percepção de Pires (2013, p. 13) que descreve o bullying como:

atos, palavras ou comportamentos prejudiciais, intencionais e repetidos. Dentre eles estão: ofensas à integridade física, moral, humilhações, difusão de boatos, exposição ao ridículo, agressões físicas e psicológicas que levam a vítima a manter o sofrimento em silêncio. A ação mais preocupante é a violência sutil, velada, mascarada ou invisível, por se passar despercebida.

Sendo assim, de acordo com as respostas dos participantes, interpreta-se que o bullying é entendido como um ato comportamental repetitivo, ligado à agressividade física, verbal e psicológica, com o intuito de intimidar, constranger e humilhar as vítimas.

Observa-se na figura a seguir as palavras que mais se destacaram nas respostas dos participantes.

Figura 28. Concepção sobre o bullying.



Fonte: A autora (2022).

Pergunta 2. De que forma os profissionais têm participado da construção de conscientização do combate ao bullying no espaço escolar?

Professor L: *“No enfrentamento a essa prática dentro da escola com ações e palestras de conscientização e estarem atentos a qualquer sinal que indique o bullying”.*

Professor T: *“Através das mídias, das crenças limitantes, trazidas do contexto familiar, a não aceitação por parte dos colegas”.*

Professor R: *“Desconheço tais ações”.*

Professor E: *“Conscientizando e explicando o que é o bullying. Protegendo no caso de surgir algum indício”.*

Professor M: *“Trabalhos sobre o tema respeitar o próximo”.*

Professor S: *“Geralmente esses agentes (agressor) agem no intuito de brincadeira, sendo que só eles se divertem enquanto o agressor sofre”.*

Professor A: *“Através de palestras e eventos”.*

Professor B: *“Ter palestras sobre o assunto”*.

Professor O: *“Observando os alunos”*.

Professor C: *“Desenvolvendo projetos interdisciplinares com a temática ao longo do ano.”*

Professor N: *“Realizando palestras, conversando”*.

Professor D: *“Observando os sinais de agressividade, quer sejam físicos ou psicológicos para intervir ou combater a violência”*.

Professor F: *“Atentar para os sinais de violências, procurando parar os agressores”*.

Professor X: *“Conversando sobre a temática em sala de aula”*.

Figura 29. Construção de conscientização do combate ao bullying no espaço escolar.



Fonte: A autora (2022).

Pergunta 3. O que os professores devem saber a respeito do bullying?

Professor L: *“As causas, as consequências e como enfrentar o bullying”*.

Professor T: *“Os professores são os agentes formativos e tem o papel fundamental na prevenção do bullying. Então, precisam saber os fatores e sinais que caracterizam a prática e saber como combater”*.

Professor R: *“Devem fazer um estudo mais profundo para saber o que realmente é esse fenômeno social, para assim ter condições de agir, conforme as situações apresentadas”*.

Professor E: *“Conhecer tanto o agressor como o agredido o elo que interliga essa expugnável relação de ataques. Qual a motivação que leva cada um dos personagens envolvidos assumir os papéis de vítima e agressor na esfera social”*.

Professor S: *“Saber identificar os casos de bullying”*.

Professor A: *“Precisam saber identificar o bullying, suas causas e consequências”*.

Professor B: *“A lidar com as diversas situações de agressões”*.

Professor O: *“Compreender um pouco das relações pessoais e interpessoais dos seus colegas de trabalho e de sua comunidade escolar”*.

Professor C: *“Os professores precisam de formação para identificar o bullying”*.

Professor D: *“A gravidade e impacto negativo na formação escolar e social do aluno”*.

Professor F: *“Tudo sobre o bullying para poder ajudar os alunos”*.

Professor G: *“Saber lidar com essa situação”*.

Professor H: *“Primeiramente compreender a natureza do bullying. Em seguida, identificar as atitudes que provocam o bullying e saber que procedimento tomar diante de tal ato”*.

Professor I: *“Entender o que é o bullying e saber mediar e saber resolver tal situação”*.

Professor J: *“Como identificar o bullying e como trabalhar a redução desse fenômeno”*.

Professor N: *“Aprender como combater o bullying”*.

Professor X: *“A definição, as causas, os tipos e as maneiras de como evitar”*.

Professor M: *“Saber diferenciar o que é bullying e um ato pontual”*.

Figura 30. O que os professores devem saber a respeito do bullying.



Fonte: A autora (2022).

Pergunta 4. Como você identifica que o estudante está sendo vítima de bullying?

Professor L: *“Ao perceber no dia a dia tristeza, irritabilidade, faltas frequentes, isolamento, medo de falar com as pessoas e desinteresse pelas atividades em sala de aula, principalmente em grupo”*.

Professor T: *“A partir do comportamento, do rendimento dentro da sala de aula, das atividades de um olhar, uma palavra, uma frase”*.

Professor R: *“Baixa estima e falta de motivação”*.

Professor E: *“Conversando com os alunos”*.

Professor M: *“Comportamento retraído”*.

Professor S: *“Quando ele se afasta dos demais, preferindo ficar isolado”*.

Professor A: *“Retração comportamental, o não desejo de vir a escola e agressividade”*.

Professor B: *“A vítima geralmente se senta no fundo da sala, é um aluno tímido e que prefere não ficar perto do grupo”*.

Professor O: *“Através da identificação do preconceito nas ações”*.

Professor C: *“Pelo comportamento”*.

Professor D: *“Pelas ações e comportamentos”*.

Professor F: *“Quando o aluno se isola dos demais; não se comunica com ninguém; falta muito e vive triste”*.

Professor G: *“Pelo comportamento do aluno”*.

Professor H: *“A partir da reação de defesa da pessoa atingida e das atitudes comportamentais em relação a ela”*.

Professor I: *“Quando consigo presenciar alguma cena ou quando o estudante me relata o ocorrido”*.

Professor J: *“Na mudança de comportamento”*.

Professor N: *“Na mudança repentina de comportamento”*.

Professor X: *“Baixo rendimento, dificuldade de se socializar, choro, tristeza”*.

Figura 31. Como identificar o estudante vítima de bullying.

Falta de motivação
Mudança de comportamento
Isolamento
Falta frequente **Baixa autoestima**
Triste **Desinteresse**

Fonte: A autora (2022).

Pergunta 5. Quais as dificuldades dos docentes em distinguir o bullying de outros comportamentos considerados comuns no convívio escolar?

Professor L: *“É comum no ambiente escolar acontecer sintomas de estresse ou insegurança por parte dos alunos em uma prova, por exemplo. Também pode haver frustrações por notas baixas”.*

Professor T: *“A mistura que existe atualmente dentro do contexto escolar, de comportamentos que antes podiam ser até tidos como normais, mas que hoje não são”.*

Professor R: *“Convivemos com diferentes tipos de aspectos psicológicos e sociais e não temos formação para distinguir questões clínicas”.*

Professor E: *“A falta de conversa com os alunos”.*

Professor M: *“Falta de convívio e abertura ao diálogo”.*

Professor A: *“A falta de formações específicas para os gestores, professores e profissionais em educação”.*

Professor O: *“A naturalidade do preconceito na vida social”.*

Professor D: *“A diferença no tratamento e as brincadeiras”.*

Professor F: *“Faz parte das brincadeiras dos alunos os palavrões, agressão física e xingamentos. Para muitos estudantes é normal tratar os colegas de maneira desrespeitosa”*.

Professor H: *“Ter pouco tempo com os alunos”*.

Professor I: *“Falta de informação sobre o assunto”*.

Professor J: *“A dificuldade de conhecer o aluno”*.

Professor N: *“O pouco tempo de convivência com o alunado. A super lotação das turmas”*.

Professor X: *“Acredito que não há tanta dificuldade para distinguir o bullying de outras situações”*.

Figura 32. Dificuldades dos docentes em distinguir o bullying.

Naturalidade do preconceito

A falta de diálogo

Não ter formações específicas

Diferença no tratamento

Fonte: A autora (2022).

Como apontado pelos docentes há diversas dificuldades que influenciam diretamente no trabalho desenvolvido em sala de aula e ao combate ao bullying, pois um profissional bem preparado tem mais facilidade de lidar com os casos de violência. Assim, se faz “necessário maior preparo por parte dos professores, a fim de evitar que reforcem os sentimentos de inferioridade das vítimas, bem como a incredulidade com relação ao fim do sofrimento por elas vivenciado” (Zequinão, Medeiros, Lise, Treviso & Pereira, 2019, p. 14).

O investimento em formação voltada ao enfrentamento do bullying é de extrema importância aos professores, visto que são esses profissionais que estão em maior contato

com os alunos. Como destacado por Silva, Oliveira, Mello, Andrade, Bazon & Silva (2017) os dados de seu trabalho os docentes são os muitas vezes os principais responsáveis pelo desenvolvimento das atividades de intervenção nas escolas.

6.2.2 Fatores que influenciam na prática do bullying

O objetivo desta subcategoria é verificar os fatores que influenciam na prática do bullying.

Pergunta 1. Quais os eventos que estão associados ao fenômeno bullying no espaço escolar?

Professora L: *“Intimidação, a própria violência física ou psicológica, perseguições a existência de situações humilhantes e vexatórias e ameaças”.*

Professor T: *“Ausência de professor na sala de aula, ida ao banheiro e no recreio”.*

Professor R:

“Ao desenvolvimento físico e intelectual do aluno, cujas ações muitas vezes são impulsivas e temperamentais. A falta de orientação familiar, a desestrutura familiar acaba incitando em atos violentos que acabam recaindo com os seus potenciais alvos de vingança”.

Professor E: *“Piadas, agressões, humilhações são eventos associados ao bullying”.*

Professora M: *“Na hora do recreio e qualquer tempo que não tem supervisão”.*

Professora S: *“Agressões verbais, agressões físicas, brincadeiras e insultos”.*

Professor A: *“Normalmente nos intervalos de uma aula para outra e nos recreios. Tendo em vista que é um fenômeno que pode ocorrer a qualquer hora e qualquer momento”.*

Professor B: *“Estar acima do peso ou abaixo do peso, orientação sexual”.*

Professor O: *“Na sala de aula, na hora do intervalo e na quadra”*.

Professor C: *“Em sala de aula”*.

Como destacado pelos participantes T, O, C é visível que há ocorrência de bullying em salas de aulas, na quadra da escola, entre outros locais. Os dados de Zequinão, Medeiros, Lise, Treviso & Pereira (2019) reforçam as ações de violência nas salas de aulas quando os professores não estão observados, bem como no momento em que os alunos estão na quadra na aula de educação física.

Professor D: *“Apelidos, empurrões e risinhos”*.

Professor F: *“Por meio de agressões físicas como empurrões, socos. Por meio de ataques com palavras pejorativas, apelidos, insultos, palavrões”*.

Professor G: *“Brigas, discussões e a falta de respeito”*.

Professor H: *“Atitudes e comportamentos agressivos, palavrões”*.

Professor I: *“Brigas, xingamentos, humilhação”*.

Professor J: *“Comentários maldosos, ofensas, agressões psicológicas e físicas”*.

Professor N: *“Ofensas, comentários maldosos, agressões físicas e verbais”*.

Professor X: *“Conflitos, humilhação, bilhetes ofensivos, agressões”*.

Figura 33. Eventos que estão associados ao fenômeno bullying no espaço escolar.



Fonte: A autora (2022).

Observa-se no discurso dos professores os eventos associados a ocorrência no bullying muitas vezes não está ligado a somente um fator, é válido esclarecer que associado a isso, tem-se a frequência dos tipos de ações praticadas pelos agressores. Bandeira & Hutz (2012) ressaltam que os principais tipos de violências são: Apelido, insulto, deboche, Mentira, fofoca, Ameaça, Empurrão, chute, soco, Isolamento.

Pergunta 2. Quais as formas de relacionamento entre os professores e alunos que podem ser interpretados como bullying?

Professor L: *“Quando o professor faz uso de sua autoridade em sala para excluir, ofender ou prejudicar o aluno intencionalmente. Assim como, um aluno que faça agressões físicas, verbais ou psicológicas ao professor”.*

Professora T: *“Abordagem depreciativa de ambos os lados. Escolhas e preferências entre os alunos. Brincadeiras maldosas e apelidos”.*

Professor R: *“Cada ato de palavras ou ações que firam o conceito de dignidade humana, e falta de empatia ao próximo”.*

Professor E: *“Piadas e agressões”.*

Professor M: *“Falta de respeito”.*

Professor S: *“Insultos, assédio moral, exclusão, chantagem e ignorar”.*

Professor A: *“Brincadeiras desrespeitosas de ambas as partes e verbalização pejorativa”*.

Professor B: *“Os professores fazem comentários desnecessários sobre as roupas, cabelo, e outros comportamentos. Os alunos ficam assustados por não saberem se defender de uma pessoa que deveria passar confiança”*.

Professor D: *“Às vezes o professor abusa da autoridade em sala de aula”*.

Professor F: *“Muitas vezes brincadeiras excessivas de um professor com alunos, por meio de apelidos e atos de discriminação”*.

Professor G: *“Falta de respeito diário”*.

Professor H: *“Ignorar as manifestações dos estudantes, linguagem inadequada, incentivar o preconceito”*.

Professor I: *“Os apelidos”*.

Professor J: *“Os apelidos, brincadeiras de duplo sentido e as difamações”*.

Professor N: *“Não existe bullying entre professor e aluno”*.

Professor X: *“Os apelidos”*.

Observar-se nas falas de parte dos profissionais relatam haver casos em que o comportamento do professor não é ético, pois ele acaba por usar de autoridade para fazer algumas brincadeiras que ofendem os alunos, além disso quando um aluno chegar a compartilhar que foi vítima de bullying o professor não acredita. Assim, Brino & Lima (2015) esclarecem que a partir do momento em que o docente não investiga o que é falado pelos alunos, podem vir a contribuir para a continuidade das ações violentas.

Figura 34. Relacionamento entre os professores e alunos que podem ser interpretados como bullying.



Fonte: A autora (2022).

Pergunta 3. Que fatores são considerados essenciais para o significado atribuído ao fenômeno bullying?

Professora L: *“Fatores que atribuem significados ao bullying são os psicológicos relacionados a saúde mental, fatores sociais e demográficos, convivência e situações familiares, influencias comportamentais dos colegas”.*

A resposta do professor L está de acordo com os autores Trevisol & Campos (2016, p. 278) que apresentam em seus estudos a concepção de professores sobre os possíveis fatores relacionados a ocorrência do bullying:

A convivência do grupo familiar do estudante é o fator primordial para a ocorrência de tais situações, o preconceito e a crítica ao diferente, a falta de diálogo, o uso e abuso de drogas entre outros vícios, má influência dos meios de comunicação, a violência (tanto familiar quanto entre os colegas), a fragilidade emocional, a intolerância e o individualismo.

Professora T: *“O preconceito em todas as suas vertentes. As redes sociais com as suas mensagens. A não aceitação das diferenças”.*

Professor M: *“Traumas, inibições”.*

Professor S: *“Agressões físicas e verbais”.*

Professor A: *“Brincadeiras com ações pejorativas, questões relacionadas a raça, cor, religião e orientação sexual”*.

Professor O: *“A violência e o preconceito contidos nas falas e nos gestos”*.

Professor D: *“A violência, o preconceito”*.

Professor F: *“A agressão física e verbal. A exclusão de alunos de alunos pelos demais estudantes”*.

Professor H: *“Comportamentos agressivos”*.

Professor I: *“As brigas constantes”*.

Professor J: *“As agressões físicas, psicológicas e verbais”*.

Professor N: *“Padrões sociais, físicos, psicológicos ou comportamentais”*.

Professor X: *“A presença de alunos novatos, alunos tímidos, discriminação”*.

Figura 35. Fatores essenciais para o significado atribuído ao fenômeno bullying.



Fonte: A autora (2022).

6.2.3 Ações realizadas no enfrentamento do bullying no ambiente escolar

Serão descritos nesta subcategoria as principais ações realizadas no enfrentamento do bullying no ambiente escolar. Para tal foram feitas quatro perguntas, apresentadas a seguir:

Pergunta 1. O que você costuma fazer quando ocorre um episódio de violência dentro da sala de aula?

Professor L: *“Mediar a comunicação entre os alunos envolvidos para identificar o que motivou o fato; tentar resolver e em piores casos leva-los à gestão para que tudo se esclareça e se resolva”.*

Professor T: *“Paro na hora o que está acontecendo, encaminho os alunos para a coordenação e converso, incentivando os outros alunos sobre o que não deve ser feito”.*

Professor R: *“Levar o caso a direção”.*

Professor E: *“Primeiramente advertência, segundo aulas com temas para conscientizar”.*

Professor M: *“Discussão em grupo”.*

Professor S: *“Procuro conversar e passo o caso para a direção da escola”.*

Professor A: *“Medir o conflito dos envolvidos, encaminhar para a coordenação”.*

Professor B: *“Procuro explicar que o episódio não é uma brincadeira e que pode machucar a vítima de várias formas. Também é necessário que todos os alunos acessem materiais que falem sobre o bullying”.*

Professor O: *“Dependendo da gravidade, procuro resolver na sala de aula”.*

Professor D: *“Faço a intervenção imediatamente”.*

Professor F: *“Chamo as partes envolvidas e faço a acareação; em seguida escuto as testemunhas e por fim converso com todos conscientizando sobre o bullying”.*

Professor G: *“Costumo intervir e conversar sobre o ocorrido”.*

Professor H: *“Interrompo a aula e retiro os envolvidos da sala para conversamos”*.

Professor I: *“Costumo conversar”*.

Professor J: *“Intervir e tentar resolver o problema. Caso não consiga levar o caso para a gestão”*.

Professor N: *“Fazer uma intervenção imediata e levar o caso a gestão”*.

Professor X: *“As ações mais eficazes são realizadas nas feiras de conhecimento”*.

Figura 36. Medida realizadas quando ocorre um episódio de violência dentro da sala de aula.



Fonte: A autora (2022).

Pergunta 2. Quais as ações implementadas pelos professores, no sentido de ajudar a minimizar o bullying no ambiente escolar?

Professor L: *“Incentivar a solidariedade, a generosidade e o respeito às diferenças por meio de conversas; campanhas de incentivo à paz, a tolerância; e atividades colaborativas em seus trabalhos didáticos”*.

Professor T: *“Conteúdos com o objetivo de uma maior integração e a aceitação das diferenças entre eles, com atividades em grupos”*.

Professor E: *“Elaboração de projetos”*.

Professora M: *“Projeto sobre o tema, aberto para discussão”*.

Professora S: *“Diálogos, orientações e conscientização sobre a importância do respeito mútuo”*.

Professor A: *“Ações temáticas e reflexivas no âmbito social e educacional”*.

Professor O: *“Abordar o tema com mais frequência”*.

Professor D: *“Temos um comitê de intervenção que fica atento aos comportamentos dos alunos”*.

Professor F: *“Projetos para conscientizar os alunos”*.

Professor G: *“Palestras e atividades sobre o tema”*.

Professor H: *“Trabalho sobre a importância da diversidade na diferença sobre a identificação de sentimentos e comunicação assistiva”*.

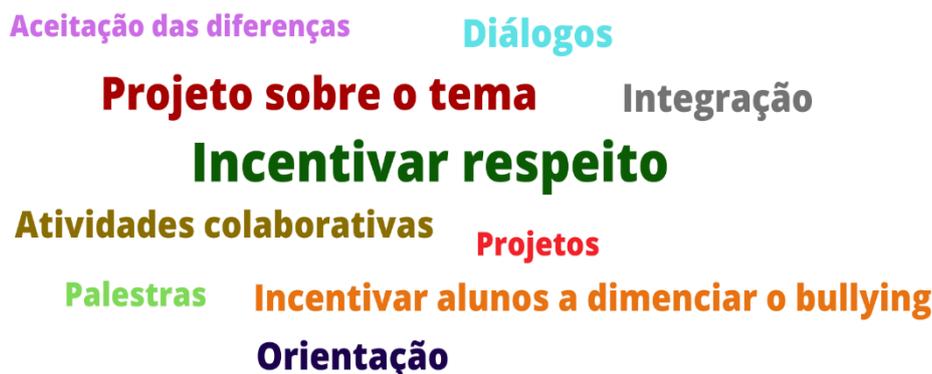
Professor I: *“Encaminhar para a direção. Realizar um projeto sobre o tema”*.

Professor J: *“Incentivar os alunos a denunciarem o bullying. Dar apoio psicológico”*.

Professor N: *“Oferecer eventos sobre a temática, apoio psicológico, incentivar a liderança positiva e o combate ao bullying”*.

Professor X: *“Ajudam os alunos a se tornarem cidadãos conscientes”*.

Figura 37. Ações implementadas pelos professores para minimizar o bullying no ambiente escolar.



Fonte: A autora (2022).

Como destacado pelos docentes, há diversas ações que são implementadas pelos professores, assim como pela escola, de modo geral essas iniciativas visam orientar os alunos sobre o bullying, criando conscientização nos educandos. Salmazo, Rinaldi, Moreno, Oliveira & Vieira-Junior (2021) apontam em suas pesquisas que as principais ações destacadas foram o auxílio individual, no caso são os diálogos existem entre os alunos/professores/gestão, além disso, as ações de sensibilização também foram bastante pontudas pelos participantes.

Pergunta 3. De que maneira essas ações ajudam as vítimas do bullying?

Professor L: *“Na prevenção desse problema, uma vez que a intervenção influencia nos acontecimentos e propicia um ambiente mais favorável ao diálogo”.*

Professor T: *“Ajudam gradativamente a diminuir os ataques e ações dentro e fora da sala de aula. Conscientizar com ações é a melhor estratégia”.*

Professor E: *“A se conscientizarem”.*

Professor M: *“Dando espaço para a exposição da situação”.*

Professor S: *“Ajudam a se respeitarem mutuamente”.*

Professor A: *“Colabora na formação de vida dos envolvidos”*.

Professor O: *“O aluno passa a ter consciência que esse comportamento não é bom”*.

Professor D: *“Tem contribuído muito para que os alunos possam lidar com os conflitos”*.

Professor F: *“A informação sempre ajuda na formação de uma consciência crítica quando utilizada por meio de reflexões”*.

Professor G: *“Conhecem mais sobre o bullying e suas consequências”*.

Professor H: *“Identificando fatos, sentimentos e necessidades, podem aprender a resolver conflitos sem partir para a agressão”*.

Professor I: *“Ajudam a esclarecer sobre o tema, pois alguns estudantes não conhecem o que é o bullying e as suas consequências”*.

Professor J: *“Para que os alunos se conscientizem na aceitação das diferenças”*.

Professor N: *“Na conscientização para a transformação da aceitação das diferenças”*.

Figura 38. De que maneira essas ações ajudam as vítimas do bullying.



Fonte: A autora (2022).

Pergunta 4. Como se verifica a eficácia das intervenções?

Professor L: *“Na mudança das atitudes dos alunos com seus colegas e professores, havendo mais empatia e um clima agradável em todos os espaços da escola”*.

Professor T: *“Através de um clima mais harmonioso e menos agressivo, com brincadeiras não ofensivas”*.

Professor E: *“Na conscientização”*.

Professora M: *“Convívio mais saudável entre os alunos”*.

Professora S: *“Na mudança de comportamento, alguns alunos amadurecem e ajudam a combater as agressões”*.

Professor A: *“Pouca colaboração da família dos envolvidos para a eficácia das intervenções feita pela escola”*.

Professor D: *“O número de caos diminui”*.

Professor F: *“Na mudança de comportamento dos alunos”*.

Professor G: *“Através da diminuição dos casos”*.

Professor H: *“Observado o comportamento do grupo e dos envolvidos em episódios de violência”*.

Professor I: *“Pela diminuição das agressões”*.

Professor J: *“Na diminuição dos casos no ambiente escolar”*.

Professor N: *“Observando a evolução da queda do bullying no espaço escolar”*.

Professor X: “*Os casos diminuem*”.

Figura 39. Eficácia das intervenções.

Os casos diminuem
Mudança de atitudes
Na conscientização **Convívio saudável**

Fonte: A autora (2022).

As estratégias de intervenções realizadas na visam a redução dos casos de bullying, e como relatado pelos docentes, essas ações influenciaram no comportamento dos alunos que se mostraram mais conscientes sobre seus atos, assim tornou-se possível verificar que o ambiente escolar ficou mais harmonioso. Os autores Silva, Oliveira, Mello, Andrade, Bazon & Silva (2017) corroboram afirmando que as intervenções que envolvem as habilidades sociais com estudantes demonstram ser eficaz, uma vez que reduzem a influência que os agressores possuem sobre as outras pessoas e concomitantemente as oportunidades para a prática de agressões

CONCLUSÕES E PROPOSTA

Ao longo das diferentes partes do trabalho, se obteve os resultados desta pesquisa. Com base nas análises e nos resultados, se discorre as conclusões em relação aos objetivos formulados:

Objetivo 1: Caracterizar os ambientes dentro da escola onde ocorre o bullying.

Como observado nos resultados, a escola em questão possui uma estrutura dividida entre as salas de aulas, banheiros, quadra esportiva, salas de administração (secretaria, gestão, coordenação), o local conta ainda com o ambiente de depósito, almoxarifado, pátio, dispensa e cozinha. É importante realçar que a escola por mais que tenha uma estrutura que é considerada de porte médio, a mesma não dispõem de um refeitório exclusivo para a realização da refeição dos alunos, sendo assim eles utilização o pátio da escola para essa função.

Há na escola dois espaços específicos que são utilizados frequentemente pelos docentes, sendo um deles a biblioteca, que é um espaço destinado a práticas de leituras. Além da biblioteca, há o laboratório de multimídia, a qual os professores utilizam principalmente para a exibição de vídeos e filmes para os alunos. Ainda em relação ao laboratório de multimídia, sempre necessário, a equipe pedagógica da escola auxilia os professores e alunos no desenvolvimento das atividades neste espaço, principalmente pelo fator de que não há um profissional específico destinado ao ambiente.

Durante a observação das atividades nesses locais não foi possível vivencia nem um caso de bullying. Talvez pelo fato de em ambos os espaços os alunos sempre estão sob a supervisão dos docentes o que inibe as práticas de bullying entre os discentes. Isso evidencia a importância do professor na coibição dessas práticas de violências, visto que o docente tem uma imagem de autoridade em sala de aula.

Todavia, em ambientes onde não há a fiscalização dos professores e da equipe pedagógica, é possível observar casos de conflitos, agressões verbais e físicas entre os alunos, como é o caso dos momentos em que eles se encontram no pátio da escola, nos horários do lanche ou de entrada e saída da escola. É válido esclarecer que esses tipos de violências são mais observadas no turno vespertino, esses dados podem ser em decorrência dos alunos que estudam de tarde serem mais velhos.

Outro ponto a ser destacado é que nas observações ficou evidenciado que muitos dos estudantes que praticam bullying são reincidentes, tanto em relação a quem prática quanto

quem sobre a violência, pois os autores têm a prática bullying com as mesmas pessoas, mesmo que haja monitoramento da equipe da escola.

Objetivo 2: Identificar o processo de construção das representações sociais dos professores

É possível observar que o processo de construção das representações sociais dos professores no espaço escolar sobre o fenômeno bullying ocorre pelo conhecimento construído durante a vida pessoal do docente, bem como pela vida profissional, sendo essas duas vertentes indissociáveis.

Dentre as concepções destacadas pelos participantes estão que o bullying se constituir um tipo de violência, seja ela física ou psicológica, preconceitos, e os atos de violentos geralmente são praticados contra uma pessoa que não consegue se defender, gerando um ciclo que se repete frequentemente, onde quem a sofre se desestrutura completamente emocionalmente.

Como apontado pelos docentes, esses atos de violência acarretam problemas para todos os indivíduos envolvidos, ambos se machucam das mais variadas formas, sendo fisicamente ou psicologicamente, muitas vezes gera depressão a vítima, a pessoa torna-se mais retraída, caracterizando-se como uma dificuldade de relaciona-se com outras pessoas, pois sente insegura.

Objetivo 3: Verificar os fatores que influenciam na prática do bullying.

Além de verificar como se dá a construção das representações sociais ligadas ao fenômeno bullying, outro ponto que buscou-se compreender os fatores que estão associados na prática do bullying.

Dentre os principais pontos que foram abordados pelos docentes foram: a intimidação; humilhações; ameaças; violências físicas ou psicológicas; perseguições; piadas; brincadeiras e insultos de mau gosto; brigas; discussões e a falta de respeito; apelidos; empurrões e risinhos; conflitos; humilhação; bilhetes ofensivos; agressões; atitudes e comportamentos agressivos; palavrões.

Além do já destacado, há docentes que relacionam a ocorrência do bullying com fatores associados a falta de fiscalização no momento em que os alunos encontram-se fora da sala de aula, como é o caso das saídas para ir ao banheiro e no momento do recreio; os momentos em que os alunos estão na aula de educação física na quadra; ausência de

professor na sala de aula também é um fator facilitado para as ocorrências, como bem mencionado pelos entrevistados.

Porém, é ressaltado que o bullying é um fenômeno que pode ocorrer a qualquer hora e qualquer momento, por isso é de extrema importância que toda a equipe da escola esteja atenta para possíveis situações favoráveis a tais violências, minimizando assim os atos de violências.

Ficou evidenciado ainda que a participação da família também contribui para os casos de bullying, uma vez que o ambiente familiar é responsável pela formação do caráter da criança, sendo assim a falta de orientação e a desestrutura familiar acaba incitando em atos violentos que acabam recaindo com os seus potenciais alvos de vingança.

Objetivo 4: Descrever as principais ações que são realizadas no enfrentamento do bullying no ambiente escolar.

Mediante a ocorrência de bullying evidencia-se que os professores possuem importante papel no enfrentamento a tais casos, onde ele identifica, realiza a mediação e encaminha a coordenação pedagógica para as devidas providências. Além disso, o professor tem a função de orientar os alunos para as consequências que o bullying pode causar, não somente para quem sofre a violência, mas também para quem pratica.

Entre as medidas implementadas na escola para minimizar os casos de bullying no ambiente escolar estão as campanhas de incentivo à paz, a tolerância; atividades que busquem trabalhar a interação e a aceitação das diferenças.

Há também a realização de rodas de conversas sobre conscientização e a importância do respeito mútuo; realização de palestras; ações temáticas e reflexivas; projetos de conscientização dos alunos. Todas essas ações realizadas na escola possuem a mesma finalidade, educar e conscientizar os discentes acerca da temática, e com isso formar cidadãos críticos e conscientes.

Além disso, há também a importância de orientar os alunos a realizarem denúncias dos atos de bullying, bem como o apoio psicológico aos envolvidos, pois a violência deixa marcas profundas nas vítimas, nos agressores e em quem observa.

Com destaque pelos participantes da pesquisa, todas as ações desenvolvidas na escola ajudam gradativamente a reduzir os casos de violências dentro e fora da sala de aula, pois os alunos tornam-se mais conscientes e reflexivos sobre as suas ações e mais atentos aos atos de violência praticados por seus colegas.

Mediante ao exposto, evidencia-se que a prática de bullying é comum no ambiente escolar, os atos de violências comprometem o aprendizado do aluno, e como meio para coibir as ações de bullying a escola busca estratégias voltadas a conscientização dos discentes. Assim, recomenda-se:

- ✓ A criação de mais estratégias para coibir totalmente o bullying na escola.
- ✓ Implementação de projetos que trabalhem em conjunto com a sociedade.
- ✓ Atendimento psicológico aos alunos sempre que necessário.
- ✓ Fortalecimento das rodas de conversas entre alunos/alunos e professores/alunos, pois esses momentos expandem o leque de conhecimento dos discentes.
- ✓ O desenvolvimento de estratégias mais rígidas de fiscalização nos momentos em que os alunos não se encontram em sala de aula.
- ✓ Maior participação da família na vida escola dos alunos.
- ✓ Investimento em cursos que capacitem os profissionais a lidar com esses casos de violências.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Almeida, G.J. (2005). *As representações sociais, o imaginário e a construção social da realidade*. In: SANTOS, Maria de Fátima de Souza; ALMEIDA, Leda Maria de. (orgs.). *Diálogos com a teoria das representações sociais*. Ed. Universitária da UFPE.
- Almeida, J.L.F. (2008). *Violência escolar e a relação com o conhecimento e a prática docente. Enfrentamento à Violência*. Cadernos Temáticos dos Desafios Educacionais Contemporâneos. Curitiba: SEED – Pr, 93 p. Recuperado de http://www.dhnet.org.br/dados/cadernos/edh/caderno_enfrentamento_violencia_escola.pdf.
- Almeida, A. A., Salgado, F. S., Senra, L. X., & Lourenço, L. M. (2013). Bullying e Aspectos Psicossociais: Estudo Bibliométrico. *Temas em Psicologia*, Vol. 21, Núm.1, p. 245-258.
- Alvarez, A.L.C, Ramírez, M. E. M., & Cordero, M. V. (2020). Cyberbullying desde la perspectiva del estudiantado: “lo que vivimos, vemos y hacemos”. *Rev Electrónica Educ*. Vol. 24, Núm. 1, p. 1-24.
- Alvim, C.G. (2001). *A representação social de asma e o comportamento de familiares de crianças asmáticas* (Dissertação de mestrado). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Brasil.
- Araújo, L.S., Coutinho, M.P.L., Miranda, R.S., Saraiva, E.R.A. (2012). Universo consensual de adolescentes acerca da violência escolar. *Psico-USF, Bragança Paulista*, Vol. 17, Núm. 2, p. 243-251.
- Araújo, J.B., & Gomes, F.J.C. (2014). A perspectiva do professor diante do bullying no âmbito escolar. *Revista eletrônica do curso de pedagogia do campus Jataí – UFG*. Vol. 1, Núm. 16, p.1-21.
- Arruda, A. (2002). *Teoria das representações sociais e teorias de gênero*. Cadernos de Pesquisa. São Paulo, Núm. 117, p. 127-147.
- Avilés, J.M.M. (2013). *Bullying: guia para educadores*. 1ª ed. Campinas: Mercado de Letras.
- Bandeira, C.M., & Hutz, C.S. (2012). Bullying: prevalência, implicações e diferenças entre os gêneros. *Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional*, SP, Vol. 16, Núm. 1, p. 35-44.
- Bazon, M.R., & Silva, J.L. (2017). Prevenção e enfrentamento do bullying: o papel de professores. *Revista Educação Especial*, Vol. 30, Núm. 59, p. 615-628.
- Baldry, A.C., & Farrington, D.P. (2000). Bullies and delinquents: personal characteristics and parental styles. *Journal of community and applied social psychology*, Vol. 10, p. 17-31.
- Barbiani, R. (2016). Violação de direitos de crianças e adolescentes no Brasil: interfaces com a política de saúde. *Saúde Debate*, Vol. 40, Núm. 109, p. 200-211.

- Beaudoin, M.N., & Taylor, M. Bullying e Desrespeito: como acabar com essa cultura na escola. Tradução: Sandra Regina Netz. Porto Alegre: Artmed, 2006.
- Bee, H. (2011). *A criança em desenvolvimento*. 12ª ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 568p.
- Belotti, S.H.A., & Faria, M.A. (2010). Relação Professor/Aluno. *Revista Eletrônica Saberes da Educação*, Vol. 1, Núm. 1, p. 1-12. Recuperado de <http://docs.uninove.br/arte/fac/publicacoes/pdfs/salua.pdf>.
- Binsfeld, A.R., & Lisboa, C.S.M. (2010). Bullying: um estudo sobre papéis sociais, ansiedade e depressão no contexto escolar do Sul do Brasil. *Interpersona*, Vol. 4, Núm. 1, p. 74-105.
- Bittencourt, D.M.B. (2012). Fenômeno bullying na escola. *Práxis Educacional*, Vol. 8, Núm. 3, p. 211-231.
- Borges, T.A.S. (2015). *Memórias do bullying*. Barueri: Novo Século Editora.
- Borsa, J.C.; Petrucci, G. W., & Koller, S.H. (2015). A participação dos pais nas pesquisas sobre o bullying escolar. *Psicologia Escolar e Educacional*, Vol. 19, Núm. 1, p. 41-48.
- Botler, A.M.H. (2016). Injustiça, conflito e violência: um estudo de caso em escola pública de Recife. *Cadernos de Pesquisa*, Vol. 46, Núm. 61, p. 716-732.
- Brambilla, B.B., & Avoglia, H.R.C. (2010). O Estatuto da criança e do adolescente e a atuação do psicólogo. *Psicólogo inFormação*, Núm. 14, p. 102-221.
- Brasil. Lei nº 13.185, de 6 de novembro de 2015. Institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (Bullying). Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03_ato2015-2018/20158/lei/113185.htm.
- _____. Ministério da Saúde. Portaria MS/GM nº 737, de 16 de maio de 2001. Aprova a Política Nacional de Redução da Morbimortalidade por Acidentes e Violências. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 18 maio 2001. Seção IE. Recuperado de http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2001/prt0737_16_05_2001.html.
- _____. Estatuto da criança e do adolescente. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, e legislação correlata. Câmara dos deputados. 9ª ed, 207p. Brasília, 2012. Recuperado de https://crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/camara/estatuto_crianca_adolescente_9ed.pdf.
- Brino, R.F., & Lima, M.H.C.G. (2015). Compreendendo estudantes vítimas de bullying: para quem eles revelam?. *Psic. da Ed.*, São Paulo, Vol. 40, p. 27-39.
- Bozza, T.C.L. (2016). *O uso da tecnologia nos tempos atuais análise de programas de intervenção escolar na prevenção e redução da agressão virtual* (Dissertação de mestrado). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, Brasil, 2016. Recuperado de http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/305317/1/Bozza_ThaisCristinaLeiteBozza_M.pdf.

- Calsa, G.C., & Araújo, K.T. (2013). A teoria das representações sociais (TRS) e a psicologia social como fundamentos para as reflexões sobre a constituição de saberes, as significações de práticas sociais e a escola. *Anais...XI Congresso Nacional de Educação. II Seminário Internacional de representações sociais, subjetividade e educação. IV. Seminário Internacional sobre profissionalização docente.* Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, PR. Recuperado de https://educere.bruc.com.br/ANAIS2013/pdf/9964_5196.pdf.
- Camargo, E.P. (2017). Inclusão social, educação inclusiva e educação especial: enlaces e desenlaces. *Ciênc. Educ., Bauru*, Vol. 23, Núm. 1, p. 1-6.
- Carraro, T.E., Prado, M.L., Silva, D.G.V., Radünz, V., Kempfer, S.S., & Sebold, L. F. (2011). Socialização como processo dinâmico de aprendizagem na enfermagem. Uma proposta na metodologia ativa. *InvestEducEnferm*, Vol. 29, Núm. 2, p. 247-254.
- Carvalho, L.T. (2013). *Representações sociais de professores de educação física da rede pública de londrina-pr sobre a construção da moral em suas aulas* (Monografia de graduação). Universidade Estadual de Londrina, Londrina, PR, Brasil.
- Castro, D.S.P. (2002). *Construção de um saber e responsabilidade social na Psicologia: o conselho tutelar em foro*. São Paulo: Instituto de Psicologia da USP.
- Castro, E.G., & Macedo, S.C. (2019). Estatuto da Criança e Adolescente e Estatuto da Juventude: interfaces, complementariedade, desafios e diferenças. *Rev. Direito Práx., Rio de Janeiro*, Vol. 10, Núm. 02, p. 1214-1238.
- Calhau, L. B. (2011). *Bullying: o que você precisa saber*. 3. ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2011.
- Coutinho, K.A. (2017). *As representações sociais de acadêmicos do curso de pedagogia acerca do bullying* (Dissertação de mestrado). Universidade Estadual de Maringá. Maringá, PR, Brasil.
- Cunha, C.H.L., & Lemos, D.V.S. (2010). *Grupo: o poder da construção coletiva*. Rio de Janeiro: Qualitymark.
- Cunha, M.L.C. (2019). *Violência psicológica contra Crianças e adolescentes*. Departamento de Enfrentamento de Violações aos Direitos da Criança e do Adolescente. DEEVDCA/MMFDH. Recuperado de <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/crianca-e-adolescente/dados-e-indicadores/VIOLNCIAPSICOLGICA.pdf>.
- Dantas, R.O.R., Moraes, C.S., Silva, E.G., & Araújo, O.H.A. (2017). A didática a partir de pedagogos contemporâneos. *Temas em Educ. e Saúde*, Vol. 13, Núm. 2, p. 187-196.
- Ens, R.T., Eyng, A.M., & Gisi, M.L. (2013). Representações sociais sobre bullying no cotidiano de escolas públicas de educação básica. *R. Educ. Públ. Cuiabá*, Vol. 22, Núm. 50, p. 785-808.

- Fante, C.A.Z. (2005). *Fenômeno bullying: como prevenir a violência nas escolas e educar para a paz*. 2. ed. Campinas: Verus Editora.
- Fante, C., & Pedra, J.A. (2008). *Bullying escolar: perguntas e respostas*. Porto Alegre: Artmed.
- Faria, J.T. (2020). O papel dos pais no desenvolvimento da resiliência em vítimas de bullying escolar. *Cadernos Brasileiros de Saúde Mental*, Vol. 12, Núm.31, p. 01-14.
- Ferreira, T. R. S. C., & Deslandes, S. F. (2018). Cyberbullying: conceituações, dinâmicas, personagens e implicações à saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*, Vol. 23, Núm. 10, p. 3369-3379.
- Ferreirinha, I.M.N., & Raitz, T.R. (2010). *As relações de poder em Michel Foucault: reflexões teóricas*. In: Revista de Administração pública, Vol. 44, Núm. 2. Rio de Janeiro, p. 367-383.
- Fisher, R.M. (2010). *Bullying escolar no Brasil- relatório final*. São Paulo: CAETS/FIA.
- Fonseca, S.M.C., & Santo, E.E. (2014). Bullying: violência entre pares que causa mal estar na comunidade escolar. *Ensino Em Re-Vista*, Vol. 21, Núm. 2, p.363-376. Recuperado de <http://www.seer.ufu.br/index.php/emrevista/article/view/28032>.
- Freire, P. (1987). *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Frick, L.T. (2016). *Estratégias de prevenção e contenção do bullying nas escolas: as propostas governamentais e de pesquisa no Brasil e na Espanha* (Tese de doutorado). Faculdade de Ciências e Tecnologia - UNESP, Presidente Prudente, SP, Brasil.
- Galli, M.V. (2017). *Bullying: características desencadeadoras na opinião de universitários* (Dissertação de Mestrado). Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Bauru, SP, Brasil.
- Galvão, A.C., Moraes, J.B., & Santos, N. (2020). Serviço Social e escuta especializada: proteção integral ou produção antecipada de provas? *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, Núm. 38, p. 263-282.
- Gaudêncio, M., Lima, I.F., & Albuquerque, M.E.B.C. (2019). Indicadores informacionais em inclusão social: um estudo de caso na base de dados scielo. *R. Inf. Cult., Mossoró*, Vol. 1, Núm. 1, p. 44-59.
- Georgiou, S.N., & Stavrinides, P. (2008). Bullies, victims and bully-victims: psychosocial profiles and attribution styles. *SchPsycholInt*, Vol. 29, p. 574-89.
- Giordani, J.P., Seffner, F., & Aglio, D.D.D. (2017). Violência escolar: percepções de alunos e professores de uma escola pública. *Psicologia Escolar e Educacional*, SP. Vol. 21, Núm. 1, p. 103-111.
- Gini, G., & Pozzoli, T. (2006). The role of masculinity in children's bullying. *Sex roles*, Vol. 54, p. 585-588.

- Gonzaga, L.L., & Lannes, D.R.C. (2016). Intimidação sistemática (bullying): reflexões e dicas de elaboração de projeto antibullying. *Revista Educação Pública*, Vol. 16, ed, 20. Recuperado de <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/16/20/intimidao-sistematica-bullying-reflexes-e-dicas-de-elaborao-de-projeto-antibullying#>.
- Guerra, V. N. A. *Violência de pais contra filhos: a tragédia revisitada*. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- Humpel, P.R.A., Bento, K.C.M., & Madaba, C. (2019). Bullying vs. educação escolar inclusiva. *Rev. Psicopedagogia*, Vol. 36, Núm. 111, p. 378-90. Recuperado de <https://cdn.publisher.gn1.link/revistapsicopedagogia.com.br/pdf/v36n111a12.pdf>.
- Inácio, S.R.L. (2011). *Bullying: a síndrome da humilhação*. 2008.
- Isolan, L. (2014). Bullying escolar na infância e adolescência. *Revista brasileira de psicoterapia*, Vol. 16, Núm. 1, p. 68-84.
- Jodelet, D. (2005). *Experiência e representações sociais*. In: MENIN, M. S. de S.; SHIMAZU, A. de M. (Org.). *Experiência e representação social: questões teóricas e metodológicas*. São Paulo: Casa do Psicólogo, p. 23-56.
- Junior, G.N.A.C. (2014). *Bullying e cyberbullying: ações, programas e projetos de enfrentamento nas escolas públicas de Uberlândia* (Dissertação de mestrado). Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, MG, Brasil.
- Lamas, K.C.A., Freitas, E.R., & Barbosa, A.J.G. (2013). Bullying e relação professor-aluno: Percepções de estudantes do Ensino Fundamental. *Psico*, Vol. 44, Núm. 2, p. 263-272.
- Lisboa, C., Braga, L.L., & Ebert, G. (2009). O fenômeno bullying ou vitimização entre pares na atualidade: definições, formas de manifestação e possibilidades de intervenção. *ContextosClínic*. Vol. 2, p. 59-71.
- Lisboa, C.S.M. (2002). Estratégias de copying de crianças vítimas e não vítimas de violência doméstica. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, Vol. 15, p. 345-62.
- Lopes, E.K. (2018). Bullying: fenômeno social e seu envolvimento nas instituições de ensino particulares – uma análise da responsabilidade civil e seus aspectos. Recuperado de <https://www.rkladvocacia.com/bullying-fenomeno-social-e-seu-envolvimento-nas-instituicoes-de-ensino-particulares-uma-analise-da-responsabilidade-civil-e-seus-aspectos>.
- Madeira, M.C. (1997). *Representações sociais e educação: algumas reflexões*. Natal: EDUFRN.
- Marcolino, E.C., Cavalcanti, A.L., Padilha, W.W.N., Miranda, F.A.N., & Clementino, F.S. (2018). Bullying: prevalência e fatores associados à vitimização e à agressão no cotidiano escolar. *Texto Contexto Enferm*, Vol. 27, Núm. 1, p. 1-10. Recuperado de https://www.researchgate.net/profile/francisco_miranda5/publication/323544651_bullying_prevalencia_e_fatores_associados_a_vitimizacao_e_a_agressao_no_cotidiano_es

colar/links/5a9d443ca6fdcc3cbacdf1fb/bullying-prevalencia-e-fatores-associados-a-vitimizacao-e-a-agressao-no-cotidiano-escolar.pdf.

- Martins, M. (2005). O problema da violência escolar: uma clarificação e diferenciação de vários conceitos relacionados. *Revista Portuguesa de Educação*, Vol. 18, Núm. 1, p. 93-105.
- Medeiros, A.V.M. (2012). *O fenômeno bullying [manuscrito]: (in)definições do termo e suas possibilidades* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Goiás, Goiânia, GO, Brasil.
- Morera, J.A.C., Padilha, M.I, Silva, D.G.V., & Sapag, J. (2015). Aspectos teóricos e metodológicos das representações Sociais. *Texto Contexto Enferm*, Florianópolis, Vol. 24, Núm. 4, p. 1157-1165. Recuperado de https://www.scielo.br/pdf/tce/v24n4/pt_0104-0707-tce-24-04-01157.pdf.
- Moscovici, S. (2004). *Representações sociais: investigações em psicologia social*. Trad. De Pedrinho Guareschi. Petrópolis: Vozes.
- _____. (2007). *Representações sociais: investigação em psicologia social*. 6 ed. Petrópolis: Editora Vozes. (Psicologia Social).
- _____. (2012). *Representações sociais: investigações em psicologia social*. 9ªed. Petrópolis (RJ): Vozes; 2012.
- Neto, A. A.L. (2005). Bullying: comportamento agressivo entre estudantes. *Jornal de Pediatria*, Vol. 81, Núm. 5, p. 164-172.
- Novais, E.L. (2004). É possível ter autoridade em sala de aula sem ser autoritário?. *Revista Linguagem e Ensino*. Vol. 7, Núm. 1. Pelotas: Educat, p. 15-51, 2004.
- Oliveira, J.S., Rodrigues, V.E.R. (2014). *Bullying: algumas contribuições para o enfrentamento desse fenômeno no 7º Ano do Ensino Fundamental*. In: os desafios da escola pública paranaense na perspectiva do professor PDE. Produções Didático-Pedagógicas. Governo do Estado do Paraná. Recuperado de http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospede/pdebusca/producoes_pde/2014/2014_unicentro_ped_artigo_juliani_sueke_de_oliveira.pdf.
- Oliveira, W.C. (2018). O papel do professor diante do bullying na sala de aula. *Educere - Revista da Educação*, Vol. 18, Núm. 2, p. 297-317, 2018.
- Oliveira, A.M., Almeida, M.F.S.S., & Trindade, Z.A. (2014). *Teoria das representações sociais: 50 anos*. Basília: Technopolitik.
- Oliveira, A.P.G., & Milnitsky-Sapiro, C. (2007). Políticas Públicas para Adolescentes em Vulnerabilidade Social: Abrigo e Provisoriedade. *Psicologia: Ciência e Profissão (CFP)*, Brasília, ano 27, Núm. 4, p. 622-635.
- Oliveira, W.A., Silva, J., Yoshinaga, A., & Silva, M.A.I. (2015). Interfaces entre família e bullying escolar: uma revisão sistemática. *Psico-USF, Bragança Paulista*, Vol. 20,

Núm. 1, p. 121-132. Recuperado de <https://www.scielo.br/pdf/pusf/v20n1/1413-8271-pusf-20-01-00121.pdf>.

- Pacheco, C.R.C. (2008). *Violência, Educação e Autoridade: Entre as Águas que Arrastam e as Margens que Aprisionam*. In: Cunha, Jorge Luiz da; Dani, Lucia Salete Celich (Org.). *Escolas, Conflitos e violência*. Santa Maria: Ufsm.
- Passos, V.O.A. (2012). *O relacionamento professor-aluno e o bullying no ensino fundamental* (Tese de doutorado). Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, ES, Brasil.
- Passos, C.M.O., & Ribeiro, O.O.P. (2016). A justiça restaurativa no ambiente escolar. Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Recuperado de https://www.mprj.mp.br/documents/20184/69946/cartilha_justica_restaurativa.pdf.
- Paula, J. B., & Peixoto, M. F. (2019). A inclusão do aluno com autismo na educação infantil: desafios e possibilidades. *Cadernos da Pedagogia*, Vol. 13, Núm. 26, p. 31-45.
- Patrício, C.J. (2013). *A violência por trás da “brincadeira” : um estudo quantitativo sobre o bullying entre estudantes de Belo Horizonte* (Dissertação de mestrado). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil.
- Pavan, L. (2007). *O papel do professor diante do bullying em sala de aula*. Bauru: Universidade Estadual Paulista.
- Penrose, R. (2009). *Teacher-student relationship* (Dissertação de Mestrado). Sacramento, Califórnia, Estados Unidos.
- Pereira, B.O. (2002). *Para uma escola sem violência: estudo e prevenção das práticas agressivas entre crianças*. Edição – Fundação Calouste Gulbenkian. Fundação para a Ciência e a Tecnologia: Porto.
- Pereira, R.A. (2019). *Como combater o bullying na sua escola: guia para educadores e gestores*. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 52 p. Recuperado de https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/564663/2/Produto%20Educativo_PR_OFEPT_Ricardo.pdf.
- Pereira, B.O., Silva, M.I., & Nunes, B. (2009). Descrever o bullying na escola: estudo de um agrupamento de escolas no interior de Portugal. *Revista Diálogo Educacional*, Vol. 9, Núm. 28, p. 455-466.
- Pereira, F.O. (2011). *Especificidades psicológicas e comportamentais da violência, em particular entre pares na escola – bullying*. *Cadernos de Investigação Aplicada*, Vol. 5, p.55 – 103.
- Pires, J.P.M. (2013). *A percepção da violência do bullying em uma escola privada de Porto Alegre a partir de um estudo de caso* (Dissertação de mestrado). Centro Universitário Metodista. Porto Alegre, RS, Brasil.

- Pires, T.R.O., & Moretti, G.A.S. (2016). Escola, lugar do desrespeito: intolerância contra religiões de matrizes africanas e escolas públicas brasileiras. *Revista de Direitos Humanos e Efetividade*, Vol. 2, Núm. 1, p. 01 – 20.
- Pingoello, I. (2012). *Ações educativas aplicadas por professores em alunos do 6º ano do Ensino Fundamental para a redução do bullying* (Tese de doutorado). Universidade Estadual Paulista, Marília, SP, Brasil.
- Placco, V.M.N. S. (2002). *Representações sociais de jovens sobre a violência e a urgência na formação dos professores. Psicologia da Educação. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados PUC-SP*, Núm. 14/15. Recuperado de <https://revistas.pucsp.br/psicoeduca/article/view/32012>.
- Ramirez, L.P.G.C. (2020). Acoso escolar cibernético enel contexto de la pandemia por COVID-19. *Revista Cubana de Medicina*, Vol. 59, Núm. 4, p. 1-3.
- Ribeiro J.J.C. (2009). *Fenômeno Bullying no cotidiano do Colégio Estadual Professora Elzira Correia de Sá: uma perspectiva à luz da ótica discente*. Programa de Desenvolvimento Educacional, Paraná, p. 1-23.
- Rigby, K. (2008). *Childrenandbullying*. In GISE, Maria Lourdes, ENS, Romilda Teodora, (Org.). *Bullying nas escolas estratégias de intervenção e formação de professores*. 1ª Ed. Unijui, Ijuí.Rs 2011.
- Romano, T.A., & Mascarenhas, S. (2012). Avaliação de Representações de Professores Acerca da Ocorrência do Bullying no Ambiente Escolar. *Revista EDUCAmazônia - Educação Sociedade e Meio Ambiente, Humaitá*, Vol. 9, Núm. 2, p. 92-125.
- Rosa, M.J.A. (2010). Violência no ambiente escolar: refletindo sobre as consequências para o processo ensino aprendizagem. *Revista fórum identidades, Itabaiana: GEPIADDE*, Vol. 8, Núm. 4, p. 143-158.
- Rossato, G., & Rossato, S.M. (2013). *Educando Para a Superação do Bullying escolar*. São Paulo: Edições Loyola.
- Sá, C.P. (1996). *Núcleo central das representações sociais*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- _____. *A construção do objeto de pesquisa em representações sociais*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998. 110p.
- Santos, H. (2016). A violência presente nas relações entre alunos e professores no contexto escolar: um estudo bibliográfico (Monografia de graduação). Universidade do Sul de Santa Catarina, SC, Brasil, 2016. Recuperado de <http://www.uniedu.sed.sc.gov.br/wp-content/uploads/2017/02/Artigo-Helen.pdf>.
- Santos, J.C.J. (2011). *Violência e suas implicações no ambiente escolar* (Monografia de graduação). Centro Universitário Municipal de São José, São José, SC, Brasil.
- Santos, B.R., Torres, A.S., Nicodemos, C., & Deslandes, S.F. (2009). *Desenvolvimento de paradigmas de proteção para crianças e adolescentes brasileiros*. In: ASSIS, S.G., et

al., orgs. Teoria e prática dos conselhos tutelares e conselhos dos direitos da criança e do adolescente [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ; Educação a Distância da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, p. 19-65.

Sarzi, L.Z. (2013). *As implicações do bullying escolar na aprendizagem dos alunos: um olhar do professor*. XI Congresso Nacional de Educação. II Seminário Internacional de representações sociais, subjetividade e educação – SIRSSE. IV Seminário Internacional sobre profissionalização docente – SIPD/CATEDRA UNESCO. Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2013.

Sancovschi, B. (2007). Sobre a noção de representação em S. *Psicol Sociedade*, Vol. 19, Núm. 2, p. 7-14.

Salmazo, A. H. M., Oliveira, C. S., Rinaldi, L., Moreno, N. S., & Vieira-Junior, F.U. (2021). Bullying e medidas para reduzi-lo: percepção dos alunos do ensino médio em diferentes contextos educacionais. *SciELOPreprints*.
<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.2444>.

Selingardi, L.A.S. (2012). *Bullying: um fenômeno social e cultural* (Monografia de graduação). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, Brasil.

Sena, S.P. (2013). *As representações sociais de famílias de adolescentes envolvidos em bullying [manuscrito]: características e percepções do fenômeno* (Tese de doutorado). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil.

Senra, L.X., Lourenço, L.M., & Pereira, B.O. (2011). Características da relação entre violência doméstica e bullying: Revisão sistemática da literatura. *Revista Interinstitucional de Psicologia*, Vol. 4, Núm. 2, p. 297-30.

Silva, A.B.B. (2010). *Bullying: mentes perigosas nas escolas*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.

_____. *Bullying Cartilha 2010-Projeto Justiça nas Escolas* [Internet]. 3ª ed. Brasília: Conselho Nacional de Justiça. Recuperado de http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/cnj/cartilha_bullying.pdf.

Silva, A.N., Oliveira, J.C., Lamas, K.A., & Barbosa, A.G. (2013). *Pesquisas sobre bullying no Brasil*. In A. G. Barbosa, L. M. Lourenço, & B. Pereira (Orgs.), *Bullying: Conhecer e intervir* (p.11-31). Juiz de Fora, MG: Universidade Federal de Juiz de Fora.

Silva, E.F. (2013). *O fenômeno do bullying: implicações do ambiente escolar na prática da violência entre pares* (Dissertação de mestrado). Universidade Federal do Amazonas, Manaus, AM, Brasil.

Silva, C.E., Oliveira, R.V., Bandeira, D.R., & Souza, D.O. (2012). Violência entre pares: um estudo de caso numa escola pública de Esteio/RS. *Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional, SP*. Vol. 16, Núm. 1, p. 83-93. Recuperado de <https://www.scielo.br/pdf/pee/v16n1/09.pdf>.

Silva, M.V.A., Ribeiro, V.M., & Diniz, S.O. (2014). *Bullying: práticas positivas de prevenção na escola*. Cartilha do Ministério Público.

- Silva, E.N., Rosa, E.C. (2013). Professores sabem o que é bullying? Um tema para a formação docente. *Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional, SP*. Vol. 17, Núm. 2, p. 329-338.
- Silva, E.S., Sousa, M.F.V., & Pereira, E.M. (2012). Possibilidade da prática de bullying por parte dos professores: possibilityofbullyingofpracticeonthepartofteachers. *Faculdades promove Brasília. Recuperado de* http://nippromove.hospedagemdesites.ws/anais_simposio/arquivos_up/documentos/artigos/422bdc3ee916d5b54a9eee976a774bcb.pdf.
- Silva, G.F. (2015). *O fenômeno bullying em escolares do ensino fundamental* (Dissertação de mestrado). Universidade Estadual Paulista, Bauru, SP, Brasil. Recuperado de <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/124127>.
- Silva, L.O., & Borges, B.S. (2018). Bullying nas escolas. *Direito & Realidade*, Vol. 6, Núm. 5, p. 27-40.
- Silva, M., & Silva, A.G. (2018). Professores e Alunos: o engendramento da violência da escola. *Educação & Realidade, Porto Alegre*, Vol. 43, Núm. 2, p. 471-494. Recuperado de https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S2175-62362018000200471&script=sci_abstract&tlng=pt.
- Silva, J. L., Oliveira, W.A., Bazon, M.R., & Cecílio, S. (2013). Bullying na sala de aula: percepção e intervenção de professores. *Arquivos Brasileiros de Psicologia, Rio de Janeiro*, Vol. 65, Núm. 1, p. 121-137. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672013000100009.
- Silva, J.L., Oliveira, W.A., Sampaio, J.M.C., Salgado, F.S., Pereira, B.O., & Silva, M.A.I. (2017). Assistência oferecida a estudantes que relatam serem vítimas de bullying. *Estudos de Psicologia*, Vol. 22, Núm.3, p. 325-335.
- Silva, J.L., Oliveira, W.A., Mello, F.C.M., Andrade, L.S., Bazon, M.R., & Silva, M.A.I. (2017). Revisão sistemática da literatura sobre intervenções antibullying em escolas. *Ciência & Saúde Coletiva*, Vol. 22, Núm. 7, p. 2329-2340.
- Silva, T.B. (2017). A construção do indivíduo social na escola (Trabalho de Conclusão de Curso). Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, Brasil.
- Silveira, D.P., Silva, J.C.S., Souza, C.R., & Lorenzetti, L. (2022). Contribuições da temática freiriana para o ensino de ciências: uma análise nas atas do enpec no período 2011-2019. *Revista REAMEC - Rede Amazônica de Educação em Ciências e Matemática*, Vol. 10, Núm. 2, p. 1-22.
- Siqueira, A.O., & Silva-Neto, D.D. (2011). A afetividade na aprendizagem dos alunos (Monografia de graduação). Faculdade de Ciências Educação e Teologia do Norte do Brasil. Roraima, RO, Brasil.

- Spink M.J.P. (2011). O conceito de representação social na abordagem psicossocial. *Cad Saúde Pública*, Vol. 9, Núm. 3, p. 300-308.
- Teixeira, H.C., & Volpini, M.N. (2014). A importância do brincar no contexto da educação infantil: creche e pré-escola. *Cadernos de Educação: Ensino e Sociedade*, Bebedouro-SP, Vol. 1, Núm. 1, p. 76-88.
- Trevisol, M.T.C., & Campos, C.A. (2016). Bullying: verificando a compreensão dos professores sobre o fenômeno no ambiente escolar. *Psicologia Escolar e Educacional*, SP. Vol. 20, Núm. 2, p. 275-283.
- Trindade, Z.A., & Souza, L.G.S. *Gênero e escola: reflexões sobre representações e práticas sociais*. In: Oliveira, A. M. de; Jodelet, D. (Orgs.) *Representações sociais: interdisciplinaridade e diversidade de paradigmas*. Brasília: Thesaurus, 2009.
- Troop-Gordon, W., & Ladd, G. (2015). Teachers' victimization-related beliefs and strategies: Associations with students' aggressive behaviour and peer victimization. *Journal of Abnormal Child Psychology*, New York, Vol. 43, Núm. 1, p. 45-60.
- Valle, J.E. (2017). *A influência do envolvimento em bullying e da relação professor-aluno no engajamento escolar* (Dissertação de mestrado). Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, SP, Brasil.
- Wang, M., Brinkworth, M., & Eccles, J. (2013). Moderating effects of teacher-student relationship in adolescent trajectories of emotional and behavioral adjustment. *Developmental Psychology*, Vol. 49, Núm. 4, p.690-705.
- Wanderlei, M. L. O. (2019). *Bullying e crianças: da escola para casa e de casa para a escola* (Dissertação). Universidade Federal Rural de Pernambuco e Fundação Joaquim Nabuco. Recife. PE. Brasil.
- Weisz, I. C. (2021). Bullying e cyberbullying: atualizações científicas sobre um tema que não pode ser ignorado pelos professores. *Revista Educação Pública*, Vol. 21, Núm. 29. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/21/29/bullying-e-cyberbullying-atualizacoes-cientificas-sobre-um-tema-que-nao-pode-ser-ignorado-pelos-professores>. Acesso em: 10 de set. 2022.
- Wellichan, D. S. P., & Souza, C. S. (2017). A inclusão na prática: alunos com deficiência no ensino superior. *RPGE – Revista online de Política e Gestão Educacional*, Vol. 21, Núm. 1, p. 146-166.
- Yin, R. K. (1994). *Case Study Research: Design and Methods*. Sage Publications, Thousand Oaks, CA.
- Yoon, J., Sulkowski, M. L., & Bauman, S. A. (2016). Teachers' responses to bullying incidents: effects of teacher characteristics and contexts. *Journal of School Violence*, Vol. 15, Núm. 1, p. 91-113.
- Zequinão, M. A., Medeiros, P., Pereira, B., & Cardoso, F. L. (2016). Bullying escolar: um fenômeno multifacetado. *Educ. Pesqui.*, São Paulo, Vol. 42, Núm. 1, p. 181-198.

Zequinão, M.A., Medeiros, P., Lise, F.A., Treviso, M.T.C., & Pereira, M.B.F.L.O. (2019). Associação entre bullying escolar e o país de origem: um estudo transcultural. *Revista Brasileira de Educação*, Vol. 24, p. 1-22.

ANEXO 1: ITEM DE VALIDAÇÃO

**UNIVERSIDAD AUTÓNOMA DE ASUNCIÓN
FACULTAD DE CIENCIAS HUMANÍSTICAS Y DE LA COMUNICACION
PROGRAMA DE MAESTRIA EN CIÊNCIA DE LA EDUCACIÓN**

FORMULÁRIO DE VALIDAÇÃO

DOUTORANDA: Maria de Lourdes Leôncio Chacon
ORIENTADOR: Prof. Dr.

Prezado (a) Professor (a), Doutor (a) _____, este formulário destina-se à fase de validação do roteiro de observação participante e do roteiro de entrevista que serão utilizados como instrumentos de coleta de dados em minha pesquisa de campo de Doutorado em Ciências da Educação pela Universidade Autónoma de Assunção – UAA, intitulada: **“Os efeitos do bullying no ambiente escolar: representação social dos professores de uma escola pública em Recife – PE”**.

Esta pesquisa tem como Objetivo Geral: Analisar as representações sociais desenvolvidas pelos professores sobre o bullying no ambiente escolar do Ensino Fundamental II, da Escola Embaixador Gilberto Amado, localizada no bairro do Hipódromo em Recife, Pernambuco.

Para tal, solicito sua análise no sentido de verificar se há adequação entre os instrumentos e os objetivos específicos desta pesquisa, assim como a clareza na redação; se há indução de resposta nas perguntas e se existe coerência interna (item-domínio) nas questões. Caso julgue necessário, fique à vontade para fazer suas observações.

VALIDAÇÃO DO ROTEIRO DE OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE

Local Escolhido:

Público Alvo:

Horário:

Este roteiro de observação participante tem como objetivo específico verificar os fatores que influenciam na prática do bullying.

Compreender o contexto no qual a escola está implicada, bem como seu funcionamento.

1. Descrição do Ambiente observado (corredor, hall, salas de aula, sala das (os) professoras(es), refeitório, quadra esportiva etc.).

2. Dinâmica da escola no pátio, o que ocorre quando as(os) discentes por algum motivo saem de sala de aula.

3. Tipos de interação com demais pessoas do espaço escolar.

4. Relato detalhado da sala de aula e seu funcionamento.

A) Expressões afetivas

Entre as(os) discentes.

Entres as(os) discentes e as(os) docentes.

B) Relações

1. Como se dá a relação entre os pares e entre alunas(os) e professoras(es) na sala de aula?

2. Existe interação entre as(os) profissionais de educação com as(os) estudantes no contexto de sala de aula?

C) Atividades

1. Como as(os) estudantes escolhem os lugares de sentar durante as aulas?

2. Qual(is) práticas a(o) docente se utiliza na realização das atividades?

3. Isso se dá de maneira dialógica?

4. Como se relacionam com as(os) professoras(es) dentro e fora da sala de aula?

VALIDAÇÃO POR ASPECTOS GERAIS		
	SIM	NÃO
O instrumento contém instruções claras para o roteiro de observação participante?		
Os itens permitem o alcance dos objetivos da investigação?		
Os itens estão distribuídos de forma sequencial?		
Os itens são suficientes para coletar as informações?		

ROTEIRO DE ENTREVISTA

VALIDAÇÃO POR PERGUNTA
Identificar o processo de construção das representações sociais dos professores no espaço escolar sobre o fenômeno bullying.

PERGUNTAS	CLAREZA NA REDAÇÃO		INDUÇÃO DE RESPOSTA		COERENCIA INTERNA (item-domínio)		MEDE O QUE SE QUER MEDIR	
	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO
1: Para você, o que é bullying?								
2: Quais são os eventos que estão associados ao fenômeno bullying no espaço escolar?								
3: De que forma os agentes sociais têm participado da construção do sentido da bullying no espaço escolar?								
4: Indique os fatores que foram considerados essenciais para o significado atribuído ao fenômeno bullying?								
5: O que você acha que professores precisam saber sobre bullying?								
Caracterizar os tipos de estratégias referidas pelos docentes frente ao bullying.								
PERGUNTAS	CLAREZA NA REDAÇÃO		INDUÇÃO DE RESPOSTA		COERENCIA INTERNA (item-domínio)		MEDE O QUE SE QUER MEDIR	
	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO
1: A escola possui o Projeto Político Pedagógico? Caso afirmativo, neste documento se compreende o respeito pela pessoa humana? Quais são os objetivos e estratégias que se orientam nesse sentido?								
2: Cite as estratégias para o enfrentamento de uma situação de bullying em sala de aula?								
3: De que maneira você desenvolve essas estratégias no contexto de suas práticas docentes, frente ao bullying?								
Relatar o método utilizado para identificar o bullying no ambiente escolar.								
PERGUNTAS	CLAREZA NA REDAÇÃO		INDUÇÃO DE RESPOSTA		COERENCIA INTERNA (item-domínio)		MEDE O QUE SE QUER MEDIR	
	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO

1:Quais as formas de relacionamento entre professores e alunos que podem ser interpretados como bullying?								
2:Em que espaços e atividades da escola as práticas de violência entre alunos podem ser observadas com mais frequência?								
3:Como você identifica que o estudante está sendo vítima de bullying?								
4:Quais as dificuldades dos docentes em distinguir o bullying de outros comportamentos considerados comuns no convívio escolar?								
5:Quais os sinais ou indicadores levam a identificar o bullying?								
Descrever as principais ações dos professores que são realizadas no enfrentamento do bullying no ambiente escolar.								
PERGUNTAS	CLAREZA NA REDAÇÃO		INDUÇÃO DE RESPOSTA		COERENCIA INTERNA (item-domínio)		MEDE O QUE SE QUER MEDIR	
	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO
1: O que você costuma fazer quando ocorre um episódio de violência dentro da sala de aula?								
2:Descreva as ações implementadas, pelos professores, no sentido de ajudar no enfrentamento ou na minimização do bullying no ambiente escolar?								
3: De que maneira essas ações ajudam as vítimas do bullying e os agressores?								
4: Como é verificada a eficácia das intervenções?								

	SIM	NÃO
O instrumento contém instruções claras para responder a entrevista?		
As perguntas permitem o alcance dos objetivos da investigação?		
As perguntas estão distribuídas de forma sequencial?		
As perguntas são suficientes para coletar as informações?		

DADOS DO AVALIADOR:

Nome completo: _____

Formação: _____

Instituição de Ensino: _____

ANEXO 2: CARTA DE APRESENTAÇÃO

Carta de Apresentação

Recife -PE/Brasil, _____ de _____ de 2021.

Assunto: Coleta de dados para dissertação de doutorado

Cara Gestora, Dóris Sandra Gonzaga

A Universidade Autônoma de Assunção/Paraguai está em processo de realização do curso de Doutorado em Ciências da Educação. No momento, a instituição está iniciando a fase de construção das dissertações que representam requisito parcial para a conclusão do curso.

Para a realização da minha dissertação de doutorado, preciso realizar um estudo sobre: **O bullying no ambiente escolar: representação social de um grupo de professores**, cujas estratégias metodológicas envolverão: aplicação de entrevista em profundidade para um grupo de 18 professores e a observação participante dos alunos. A realização desse trabalho tem como objetivo: Analisar as representações sociais desenvolvidas pelos professores sobre o bullying no ambiente escolar do Ensino Fundamental II, da EREF Embaixador Gilberto Amado, localizada no bairro do Hipódromo em Recife, Pernambuco.

Essa pesquisa será realizada por Maria de Lourdes Leôncio Chacon, sob orientação do Prof. Dr. Renê Flores Castillo, cujo tema é **“O bullying no ambiente escolar: representação social de um grupo de professores”**

Nesse sentido, venho solicitar sua contribuição e autorização para o desenvolvimento dessa pesquisa nessa instituição. Asseguramos que os aspectos de ordem ética – garantia de sigilo dos questionários e entrevista – serão rigorosamente respeitados em todas as atividades propostas.

Desde já agradeço, colocando-me a disposição de Vossa Senhoria para maiores esclarecimentos no telefone (81) 992759075 ou pelo e-mail maylucha@yahoo.com.br

Atenciosamente,

Maria de Lourdes Leôncio Chacon

ANEXO 3: TERMO DE CONCENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

**UNIVERSIDAD AUTÓNOMA DE ASUNCIÓN
FACULTAD DE CIENCIAS DE LA EDUCACIÓN Y DE LA COMUNICACIÓN
PROGRAMA DE DOCTORADO EN CIÊNCIA DE LA EDUCACIÓN**

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado (a) como voluntário(a) a participar da entrevista cujo objetivo geral é: Analisar as representações sociais desenvolvidas pelos professores sobre o bullying no ambiente escolar do Ensino Fundamental II, da Escola Embaixador Gilberto Amado, localizada no bairro do Hipódromo em Recife, Pernambuco. Projeto de pesquisa do Doutorado de Maria de Lourdes Leôncio Chacon, sob a orientação do Professor Renê Flores Castillo no programa de Doutorado em Ciências da Educação, da Universidade Autônoma de Assunção - UAA.

Nesse sentido, venho solicitar sua contribuição e autorização para o desenvolvimento dessa pesquisa. Asseguro que os aspectos de ordem ética – garantia de sigilo da observação participante e entrevista – serão rigorosamente respeitados em todas as atividades propostas.

Desde já agradeço, colocando-me a disposição para maiores esclarecimentos no telefone (81) 992759075 ou pelo e-mail: maylucha@yahoo.com.br

Pesquisador Responsável: Maria de Lourdes Leôncio Chacon – Doutoranda no Programa de Doutorado em Ciências da Educação, da Universidade Autônoma de Assunção - UAA.

Assinatura do(a) Participante

___/___/___

Assinatura da Pesquisadora

___/___/___